ENSAIOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Igor Soares Amorim
Rodrigo de Sales
(Orgs.)

ENSAIOS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Igor Soares Amorim
Rodrigo de Sales
(Orgs.)

PROJETO GRÁFICO | DIAGRAMAÇÃO

Chris Dalla Costa

PRODUÇÃO EDITORIAL

Editora Udesc

DOI 10.5965/978-65-88565-20-9

E59 Ensaios em organização do conhecimento / Igor Soares Amorim e Rodrigo de Sales; Projeto gráfico Chris Dalla Costa - Florianópolis: UDESC, 2021.
212 p. : il.

ISBN-e: 978-65-88565-20-9
Inclui referências e posfácio.

1. Ciência da Informação. 2. Organização da informação. 3. Sistemas de organização do conhecimento. I. Amorim, Igor Soares. II. Sales, Rodrigo de. III. Costa, Chris Dalla.

CDD: 020 - 20. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB 14/865
Biblioteca da UDESC

UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Dilmar Baretta
Reitor

Luiz Antonio Ferreira Coelho
Vice-Reitor

Marilha dos Santos
Pró-Reitor de Administração

Márcio Metzner
Pró-Reitor de Planejamento

Nerio Amboni
Pró-Reitor de Ensino

Mayco Morais Nunes
Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade

Letícia Sequinatto
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDITORA
UDESC

Marcia Silveira Kroeff
Coordenadora

Fone: (48) 3664-8100
E-mail: editora@udesc.br
http://www.udesc.br/editorauniversitaria

CONSELHO EDITORIAL
Marcia Silveira Kroeff | Presidente
Alexandre Magno de Paula Dias | CESFI
Fernanda Simões V. Guimarães Torres | CEFID
Giovanni Lemos de Mello | CERES
Janine Kniess | CCT
Monique Vandresen | CEART
Nilson Ribeiro Modro | CEPLAN
Rafael Tezza | ESAG
Renan Thiago Campestrini | CEAVI
Rosana Amora Ascari | CEO
Roselaine Ripa | CEAD
Silvia Maria Fávero Arend | FAED
Veraldo Liesenberg | CAV

SUMÁRIO

Prefácio 7

I. Pensamentos na Organização do Conhecimento

Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari
Rodrigo de Sales 13

O sujeito e seu duplo: contribuições bakhtinianas para as atividades de Organização do Conhecimento
Aline Elis Arboit 41

A Análise Discurso de Michel Pêcheux e a Organização do conhecimento: possiblidades teórico-metodológicas
Thiago Henrique Bragato Barros 61

Wittgenstein na e para a epistemologia da Organização do Conhecimento: indícios de um longo diálogo filosófico a partir de Cadernos (1914-1916) e Fichas (Zettel)
Gustavo Silva Saldanha 79

Uma Crítica Deleuziana à Imagem Platônica do Livro
Igor Soares Amorim 101

II. Representação em Domínios do Conhecimento

A representação do objeto museológico pela ótica da reprodutibilidade técnica
Renata Cardozo Padilha 125

Os caminhos informacionais da representação da música
Camila Monteiro de Barros..... 141

Organização do Conhecimento arquivístico
Graziela M. de Medeiros e Luciane Paula Vital..... 163

Organização do Conhecimento Crítica:
Reflexões sobre Representação e Homossexualidade
Fabio Assis Pinho e Suellen Oliveira Milani 187

Posfácio 211

PREFÁCIO

Quando um grupo de jovens produtivos pesquisadores resolve se reunir para pensar a Organização do conhecimento (OC), o resultado é esta obra em que a teoria e a prática se entrelaçam e carregam de cientificidade os processos, instrumentos e fazeres da Ciência da Informação. Apoiando-se em grandes filósofos e mostrando a complexidade da tarefa de organizar o conhecimento em áreas e documentos não-tradicionais, a escrita dos autores provoca o leitor a pensar e repensar.

A obra se apresenta em duas partes. A primeira de caráter teórico, inicia-se com o texto *Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari* de Rodrigo de Sales. Nele, o autor traz uma contribuição intrigante com relação às bases teóricas dos sistemas de organização do conhecimento (SOC). Em uma proposta moderna e atual, cujo pano de fundo é a democratização e a inclusão, o autor tece um caminho teórico de cunho não determinista e mais experimental para repensar os instrumentos da organização do conhecimento (OC). Para tanto, Sales apresenta uma proposição sustentada pelos pensamentos dos filósofos: Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari, os quais ajudam Sales a compreender, questionar e romper com as regras do jogo vigentes nos SOC clássicos. Trata-se de uma visão provocante que desperta no leitor o interesse pelo inédito.

Em *O sujeito e seu duplo: contribuições bakhtinianas para atividades de Organização do Conhecimento*, Aline Elis Arboit revisita questões que envolvem o fazer profissional daquele que organiza e representa o conhecimento. Buscando inspiração nos conceitos de dialogismo, consciência intersubjetiva, ato responsável, compreensão responsiva e polifonia de Bakhtin, a autora analisa a não neutralidade deste profissional (sujeito individual e coletivo) nos espaços mediadores de discursos em que ele se insere. Vale a pena conferir!

Voltando à discussão dos aspectos teórico-metodológicos do universo da Organização do conhecimento, Thiago Henrique

Bragato Barros apresenta em — *A análise do discurso de Michel Pêcheux e a organização do conhecimento: possiblidades teórico-metodológicas* — a análise do discurso (AD) de Michel Pêcheux e sua aplicabilidade nos estudos correntes da análise de domínio. Para o autor, a AD tem um grande potencial para subsidiar a reflexão sobre os aspectos ideológicos, sociais e políticos subjacentes ao discurso das comunidades contempladas na análise de domínio.

Gustavo Silva Saldanha abre o capítulo *Wittgenstein na e para a epistemologia da organização do conhecimento: indícios de um longo diálogo filosófico a partir de Cadernos (1914-1916) e Fichas (Zettel),* mostrando a relevância do pensamento sobre a linguagem de Wittgenstein para o campo da OC. A correlação é descrita de forma clara, comprovando a aderência dos argumentos do filósofo com o desenvolvimento da teoria e aplicação em OC. O foco do autor é o contexto brasileiro e internacional dos estudos em OC, levados ao longo dos últimos 30 anos. Após demonstrar as correspondências, Saldanha indica rumos para um aprofundamento de questões relativas à OC à luz dos escritos de Wittgenstein, um filósofo de tamanha originalidade e contribuição à humanidade.

Fechando a primeira secção, Igor Soares Amorim revisita, no capítulo de título — *Uma crítica deleuziana à imagem platônica do livro*, grandes clássicos da literatura em Biblioteconomia e Ciência da Informação e propõe uma discussão acerca do livro, baseada na noção de livro-rizoma de Deleuze e Guattari. Nessa perspectiva, destaca que a descrição deve superar o registro restrito, a forma e conteúdo e passar a representar a conexão do livro com o mundo.

Na segunda parte da obra, focaliza-se em textos de natureza aplicada e volta o olhar à representação de domínios do conhecimento. Em sua abertura, Renata Cardozo Padilha traz em — *A representação do objeto museológico sob a ótica da reprodutibilidade técnica* — uma reflexão sobre a representação desse objeto, aplicando as ideias que Walter Benjamin desenvolveu na década de 30, ao que ele denominou reprodutibilidade técnica. O paralelo é estabelecido com base nas noções de ampliação da democratização e pluralidade de vias de acesso, independentemente da distância geográfica a que esteja o usuário do item informacional. Se na época de Benjamin, o objeto reproduzido era obra de arte fotografada ou reprisada na forma cinematográfica, na atualidade o foco da autora é o objeto museológico físico que sofre a ação de ser digitalizado.

No seio da discussão, ela aponta instrumentos modernos adotados, mundialmente, para a documentação da obra e preservação da interoperabilidade entre os sistemas de informação de museus. Entre eles, destaca o *Conceptual Reference Model*, uma ontologia formal criada pelo *International Commitee for Documentation* (CIDOC), que procura integrar, mediar e intercambiar a informação sobre os objetos museológicos. Uma reflexão original que irá, certamente, despertar a curiosidade do leitor.

No capítulo seguinte, intitulado — *Os caminhos informacionais da representação da música* — Camila Monteiro de Barros mostra que a representação do conhecimento da informação musical envolve uma complexidade de fenômenos que a aplicação de teorias de base linguística está longe de atender. Com base neste questionamento, Barros revela o papel fundamental das dimensões: emocional, de uso e de interpretação como características imprescindíveis a serem levadas em consideração na organização do conhecimento deste campo. Entrelaçando os eixos de análise da noção de domínio, relação entre conhecimento e realidade e os graus de significação da música, Barros fundamenta uma base teórica que orienta a organização do conhecimento da informação musical. Para tal, apresenta a Semiótica de Peirce e seu arcabouço teórico, explorando saídas para lidar com as especificidades da informação musical e sua representação. Texto esclarecedor, singular e notável que desperta o interesse de quem lê.

O documento arquivístico é abordado por Graziela Martins de Medeiros e Luciane Paula Vital no interessante texto — *Organizando o conhecimento em ambientes arquivísticos*. Nele, Medeiros e Vital, partindo das ideias postuladas na literatura de OC sobre o tratamento temático da informação, mostram a importância da indexação de assunto e o controle do vocabulário para documentos de arquivos. Cumprem uma tarefa complexa, tendo em vista que a indexação arquivística comporta um conjunto de peculiaridades, definindo-a como um processo dinâmico ainda pouco explorado. Uma contribuição que vem agregar conhecimento, estabelecer pontes e favorecer o desenvolvimento científico.

Em *Organização do conhecimento crítica: reflexão sobre a representação e a homossexualidade*, Fábio Assis Pinho e Suellen Oliveira Milani levantam uma questão de extrema relevância: a dimensão ética dos processos e instrumentos de OC. Com base

no conceito de desvio (*bias*), entendido como algo estabelecido sempre em relação a um padrão vigente, os autores examinam os instrumentos de classificação e indexação e trazem inúmeros exemplos da presença de irregularidades nesses sistemas. Comprovam, assim, que de fato a terminologia e a estrutura de classificações e tesauros estão altamente comprometidas por refletirem a cultura da sociedade dominante. Apontam, também, a importância de se considerar a garantia literária e a de uso como meios de se compreender a língua estabelecida e construir sistemas mais próximos da realidade linguística do grupo social, para o qual se pretende organizar e representar o conhecimento e a informação. Finalmente, apresentam uma série de orientações que direcionam o profissional da informação a caminhos mais justos na construção e aplicação de sistemas de organização do conhecimento. Um tema provocante que clama por um posicionamento urgente no fazer profissional.

Nesta coletânea, a combinação do teórico e prático estimula o pensamento crítico e oferece ao leitor os pilares para encontrar soluções a questões atuais da organização e representação do conhecimento e informação. Escritos, tecidos com rigor científico, incitando aqueles que desejam avançar na construção de um saber sólido, adaptado aos tempos modernos. Parabéns aos autores! Boa leitura!

Lígia Café

Florianópolis, 1 de maio de 2020

I

Pensamentos na Organização do Conhecimento

Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari

Rodrigo de Sales
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina

1 Introdução

O título da última edição do Congresso Brasileiro em organização do conhecimento, realizado em 2019, pelo capítulo brasileiro da ISKO (*International Society for Knowledge Organization*), a saber, "*Organização do Conhecimento responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas*", inspira não somente o título deste texto como expõe o sentimento que move o presente estudo. Como ser responsável ao sugerir ordenações ao conhecimento? Como promover sociedades democráticas e inclusivas? Sim, essa é uma missão e um desafio que temos enquanto membros da comunidade científica da organização do conhecimento. Devemos sim ser responsáveis e buscar, incessantemente, a democratização e a inclusão de nossas sociedades em nossos fazeres.

Entendemos que esta é uma oportunidade de retomarmos a intenção da ISKO, proposta por Dahlberg (1993, 2006, 2014), e falarmos de uma organização do conhecimento enquanto um domínio autônomo que se preocupa com o desenvolvimento de meios de se organizar conceitos às mais variadas áreas e para as mais variadas finalidades. Entretanto, diferentemente de Dahlberg, não tomamos o rumo das determinações classificatórias e das definições conceituais. Pelo contrário, adotamos o rumo da experimentação teórica a fim de abrir brechas nas sedimentadas estruturas deste domínio tão adepto às sistematizações.

Abordamos, aqui, uma concepção alargada da ideia de Dahlberg, para quem a organização do conhecimento seria a

organização sistemática de conceitos. Consideramos ser necessário ampliar a ideia que se tem de conceito que, até então, parece, pelo menos na prática, repousar na concepção linguístico-terminológica, na dependência da designação verbal. Parece-nos que, nas sociedades coexistentes ao século XXI, o que se relacionam não são mais apenas designações verbais e suas cargas conceituais, mas sim uma pluralidade de signos pertencentes às mais diversas manifestações semióticas. Referimo-nos aos objetos digitais, aos textos, às imagens, aos sons, aos vídeos. Em sociedades permeadas pelo território web, a noção de conceito, a nosso ver, deve ser ampliada para que possamos nos aproximar cada vez mais das realidades possíveis. Não queremos, com isso, sugerir que a visão tradicional de organização do conhecimento tenha reduzido a questão do "conceito", exclusivamente, à concepção linguístico-terminológica, mas gostaríamos de chamar a atenção à perigosa primazia dada ao termo em sua roupagem mais comum — a palavra escrita. Sabemos que a noção de conceito transborda a designação verbal mais comum e que traz consigo uma característica de abstração marcante, pertencendo ao espírito, ao pensamento. Por esta razão, procuramos contemplar em nossa discussão as mais distintas manifestações de conceitos.

Se aceitarmos ampliar o alcance do conceito, entendendo que num ambiente web o conceito é entidade móvel, é som, é vídeo, é texto, é imagem, teremos, também, de acolher a ideia de alargar as potencialidades dos instrumentos que visam à organização de tais entidades. E é justamente neste ponto que pretendemos, com este ensaio, contribuir para uma organização do conhecimento "responsável", que promova "democracia" e "inclusão", ampliando a discussão relativa aos aspectos instrumentais da organização do conhecimento, ou melhor, aos sistemas de organização do conhecimento.

Se o conceito-termo (designação verbal) agora divide o protagonismo com outras entidades (objetos digitais), parece urgente a necessidade de se rever as bases teóricas que sustentam a construção dos sistemas de organização do conhecimento. Aludindo à noção foucaultiana de que ferramentas classificatórias são dispositivos de poder que ordenam e legitimam discursividades, compreendemos que os sistemas de organização do conhecimento impactam, em maior ou menor medida, toda uma esfera social. Tal compreensão nos leva, também, ao encontro da organização do conhecimento

composta por uma dimensão cognitiva e por uma dimensão social, conforme proposto por Hjorland (2003, 2008). Nesta perspectiva, o autor deixa clara a relação de complementariedade entre ambas as dimensões (absolutamente diferente de uma relação antagônica). Não se isola uma organização cognitiva do conhecimento, que se preocupa com os processos e instrumentos próprios das unidades de informação de uma organização social do conhecimento.

Neste contexto, buscar democratização e inclusão requer um esforço de respeito às sociedades dentro de um cenário real. Nesse sentido e no anseio de abordar esta temática de forma mais harmônica com o século XXI, composto, por sua vez, por sociedades líquidas (BAUMAN, 2001) e marcadas pela intempestividade e pela diversidade, tem-se neste ensaio o objetivo de vislumbrar possibilidades teóricas alternativas para se pensar a dimensão instrumental da organização do conhecimento, por considerarmos que as teorias tradicionais, que vêm subsidiando os sistemas de organização do conhecimento, refletem visões de séculos anteriores (XIX e XX), não comungando com as peculiaridades que se apresentam no século XXI. Em outras palavras, defende-se aqui a ideia de que, para se construir instrumentos que organizem conhecimentos, é necessário experimentar posturas teóricas mais condizentes com o nosso tempo.

Sendo assim, cabe uma verificação dos aportes teóricos vigentes à construção de sistemas de organização do conhecimento, de modo a tecer algumas críticas cabíveis, porém sem deixar de reconhecer suas relevâncias ao desenvolvimento da área. Trata-se, então, de um exercício de natureza especulativa, pautado em uma investigação crítica das bases teóricas da dimensão instrumental da organização do conhecimento, com a finalidade de propor novas direções epistemológicas.

Um esclarecimento parece ser necessário para iniciarmos nossa especulação teórica. A preocupação, aqui, não está direcionada à discussão dos conceitos, mas sim às possibilidades de os relacionar de forma mais livre. Em outras palavras, não nos importam os pontos a serem conectados, mas sim as linhas que os conectam. Portanto, temos uma preocupação de ordem estruturante que colocamos em debate justamente por entender que a abordagem estruturalista, que formaliza os atuais sistemas de organização do conhecimento, embora eficiente no quesito científico da recuperação da informação, pode ser

insuficiente no quesito filosófico da organização do conhecimento. Ousamos, provisoriamente, afastar-nos do instrumentalismo científico da recuperação da informação para nos aproximarmos da arte de organizar com vistas à democratização e inclusão.

Para tanto, optamos por nos desvencilhar de uma lógica hegemônica estruturalista, a fim de nos aproximarmos de uma experiência mais pós-estruturalista. Tal opção se baseia na ideia de que os determinismos (sejam eles essencialistas, universalistas ou positivistas) que fundamentam o pensamento estruturalista, base forte da organização do conhecimento atual, podem, ao invés de incluir e democratizar, ajudar a perpetuar uma lógica excludente formalizada por instrumentos rigidamente formais. Referimo-nos às lógicas categoriais e classificatórias que insistem em priorizar a busca pela essência para nomear, situar, modelar e ordenar os saberes. Predizer o que as coisas são, como são, como se relacionam e como podem funcionar foi a tônica do discurso acadêmico nos últimos séculos e já demonstrou seu imenso valor científico. Na organização do conhecimento praticada nas áreas informacionais, por exemplo, as construções de classificações, tesauros, taxonomias e ontologias já demostraram sua enorme eficiência para o instrumentalismo demarcado pelo binômio eficiência-eficácia, tão necessário à organização da informação. No entanto, entendemos ser hora de experimentar outras possibilidades que, ao menos, questionem o utilitarismo ao qual submetemos a organização do conhecimento.

Outro esclarecimento ainda se faz necessário nesta introdução: o convite feito aqui neste ensaio, de nos aproximarmos de uma visão pós-estruturalista, no afã de "respirar" novos "ares", foi conduzido por ideias extraídas de três textos principais: o capítulo destinado à "*Classificação*" de As Palavras e as Coisas, de Michel Foucault; o ensaio intitulado "*O que é o Contemporâneo*", de Giorgio Agamben e, o primeiro capítulo de Mil Platôs, de Deleuze e Guattari, onde os autores apresentam a ideia de "Rizoma".

Assim, mesmo entendendo toda a força que há na expressão "pós-estruturalismo", que colocaria muitos outros autores e obras lado a lado, limitamos esta investigação na articulação entre as ideias de "classificação", "contemporaneidade" e "rizoma", e como tais ideias podem ajudar na construção de uma organização do conhecimento mais democrática e mais inclusiva.

2 Teorias vigentes nos instrumentos de organização do conhecimento

Longe da pretensão de detalhar as inúmeras teorias que apoiam a construção de sistemas de organização do conhecimento (SOCs), exporemos aqui uma visão panorâmica, não sem críticas, dos posicionamentos teóricos que vêm servindo de base para o desenvolvimento dos SOCs ao longo dos anos.

A contribuição do pensamento clássico ocidental ao desenvolvimento dos SOCs está evidente, por exemplo, na noção aristotélica de categorização, que vem suportando praticamente toda e qualquer iniciativa de classificação no mundo ocidental. Dito de outra maneira, parece que todo esforço de formação de classes de entidades que se acomodam em esquemas classificatórios para cumprir os mais variados propósitos — filosófico, científico e bibliográfico — encontram, ainda, segurança no posicionamento aristotélico. Não se trata especificamente das categorias de Aristóteles, pois essas já foram devidamente questionadas pela história da filosofia. Mas se trata da noção de categorização, da forma de se pensar por categorias. Trata-se da crença de que de fato há categorias ontológicas fundamentais capazes de conduzir a compreensão do mundo. Junta-se à primazia da categorização ontológica a divisão tripartitiva, que propunha a divisão das disciplinas em três grandes grupos, outra herança aristotélica que influenciaria, dentre outros, Bacon e Hegel.

Os esquemas de classificações bibliográficas, por exemplo, parecem até hoje refletir a ideia de que nomear e situar os assuntos em um quadro lógico-relacional é o caminho mais seguro para se organizar o conhecimento ou seus representantes — disciplinas, assuntos e conceitos. No contexto das classificações bibliográficas, soma-se ao protagonismo do pensamento aristotélico as contribuições de, pelo menos, outros dois importantes pensadores da filosofia ocidental, cujas dialéticas para a divisão das ciências estão refletidas até hoje em nossas classificações — Francis Bacon e Georg W. F. Hegel (SALES, 2017, 2018; FERREIRA e SALES, 2018).

O desenvolvimento das classificações bibliográficas, notadamente a partir da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa ocidental, pareciam se apoiar em perspectivas filosóficas que acreditavam ser possível conceber uma classificação universal do conhecimento. A dialética

empirista de Bacon e a dialética racionalista-idealista de Hegel, por exemplo, serviram de base à elaboração de classificações bibliográficas repercutidas internacionalmente, tais como a Classificação de Livros de Harris (1870), a Classificação Decimal de Dewey (1876), a Classificação da *Library of Congress* (1901) e a Classificação Decimal Universal (1906) [LEIDECKER, 1946; EATON, 1959; LA MONTAGNE, 1961, COMARONI, 1976; WIEGAND 1996, 1998; OLSON, 2001, 2011].

Nesse sentido, temos no contexto das classificações bibliográficas, o desenvolvimento de instrumentos que pretendiam capturar uma organização universal do conhecimento e que, como afirmam Ferreira e Sales (2018), refletiam uma forma de ver o mundo historicamente marcada por um misto de perspectivas universalistas que englobavam, tanto a lógica categorial aristotélica quanto as dialéticas indutiva de Bacon e idealista de Hegel. A crença na universalidade do conhecimento e na possibilidade de esquematizá-lo, segundo uma ótica essencialista (aristotélica), indutivo-empirista (baconiana) e idealista-racionalista (hegeliana) parece ter dado os contornos teóricos à construção das classificações bibliográficas do século XIX, que continuam vigentes até hoje.

Se por um lado a lógica categorial e a postura taxo-classificatória de filosofias clássicas e modernas contribuíram para a construção de classificações bibliográficas, por outro, teorias mais contemporâneas, vindas da linguística e da terminologia, auxiliaram fundamentalmente a construção de sistemas de organização do conhecimento preocupados com a representação verbal de assuntos e conceitos. Teorias da linguística, como a perspectiva estruturalista de Sausurre e a gramática funcional de Simon Dik e teorias terminológicas como a teoria geral da terminologia de Eugen Wüster, a teoria comunicativa da terminologia de Maria Teresa Cabré e a socioterminologia de François Gaudin, (CAMPOS, 2001; CAFÉ, 2003; SALES e CAFÉ, 2009) vêm sendo empregadas como subsídios para a estruturação de SOCs em sua dimensão verbal, nas chamadas linguagens documentárias verbais (vocabulários controlados, tesauros e ontologias). Seja numa postura mais normativa ou numa postura mais sociocomunicativa, o que parece ser alcançado, com esses aportes teóricos, são possibilidades de se ter controle e precisão de linguagens de especialidades usadas por especialistas de áreas do conhecimento.

Para além das perspectivas classificatórias e linguísticas, encontramos também aportes vindos da teoria do conceito de Ingetraut Dahlberg e da teoria da classificação facetada de Ranganathan, conforme encontrado em Campos (2001), Campos e Gomes (2003), Tristão, Fachin, Alarcon (2004), dentre outros. Tais abordagens teóricas vêm sendo empregadas desde meados do século XX, para subsidiar teoricamente estudos voltados à construção de linguagens documentárias, tanto verbais (tesauros) quanto notacionais (classificações). Os membros do *Classification Research Group* (CRG) muito provavelmente são os maiores disseminadores da teoria facetada, ao passo que os membros da ISKO ajudaram, expressivamente, a divulgar a teoria do conceito de Dahlberg.

Mais recentemente, a partir da década de 1990, perspectivas da engenharia computacional, somadas a abordagens de filosofias ontológicas, subsidiam a construção de artefatos digitais, ontologias que têm por finalidade modelar domínios específicos do conhecimento por meio de relacionamentos conceituais, proporcionados por regras de inferências automaticamente alcançadas por algoritmos matemáticos. (FERNÁNDEZ, 1999; ALMEIDA, BAX, 2003; GUIZZARDI, FALBO, GUIZZARDI, 2008).

Neste cenário, o que percebemos são aportes teóricos vindos das mais variadas áreas (e não ignoramos aqui a existência de outras contribuições teóricas, como as vindas das ciências cognitivas, por exemplo) para compor um consistente arcabouço teórico-metodológico na construção de sistemas de organização do conhecimento (SOCs). Todos esses aportes somam, cada qual a sua maneira, elementos de sustentação do desenvolvimento de instrumentos que classificam assuntos, controlam terminologias e modelam domínios de conhecimento. Nesse aspecto, formam um conjunto de instrumentos (SOCs) que servem de auxílio aos processos de organização e recuperação da informação.

É inegável que os processos de organização e recuperação da informação avançaram, significativamente, nos séculos XIX e XX em decorrência do desenvolvimento instrumental da organização do conhecimento, pautado nas abordagens teóricas expostas acima. Assim como é inegável o fato de que a comunidade científica e profissional espera dos profissionais da organização do conhecimento, instrumentos e serviços que apresentem eficiência no que se refere à recuperação da informação. Entretanto,

considerando a liquidez das sociedades atuais, gostaríamos de sugerir novos caminhos teóricos para se pensar a construção dos instrumentos que pretendem organizar o conhecimento. Possibilidades teóricas que transbordem a rigidez inflexível das classificações, o controle demasiado dos tesauros e o formalismo predeterminado das ontologias.

Entendemos que classificar assuntos, controlar terminologias e modelar domínios de conhecimento, por meio de visões pré-concebidas ou de atribuições de características predeterminadas, os séculos XIX e XX já os fizeram com grande êxito. No entanto, consideramos que o século XXI nos coloca o desafio de experimentarmos outros posicionamentos teóricos que, em hipótese alguma, deverá trabalhar na negação daquilo que já foi construído e já demonstrou sua eficiência. Sabemos que o desafio que nos é dado vai em direção ao deslocamento de uma visão determinística, idealizadora de um discurso normativo de organização do conhecimento para uma visão experimental que permita a aproximação com a imprevisibilidade real da organização do conhecimento. Deslocar do ideal (que classifica, controla e modela) para o real (que rompe, acolhe e permite).

3 Uma especulação teórica à organização do conhecimento: um pós-estruturalismo possível

Para convidar o leitor à abertura de outras possibilidades teóricas para a organização do conhecimento, gostaríamos primeiramente de lançar alguns questionamentos: Já paramos para refletir o quanto nosso pensamento é resultado de um processo de aculturamento? A afirmação de que classificar é inerente ao ser humano não carece de crítica? Classificar, controlar e modelar são os únicos caminhos possíveis à organização do conhecimento?

Todas essas questões se misturam entre si e nos estimulam a nos inquietar com o que está vigente. Inspiração que vem, dentre outros autores, de Olson (2001) e de García Gutiérrez (2007, 2018), que já nos apresentaram os impasses causados pela hegemonia do pensamento ocidental, pautado quase que exclusivamente na relação dicotômica e no binômio diferenças-semelhanças, responsáveis pela construção de sistemas classificatórios demasiadamente rígidos e deterministas. Vimos,

na seção anterior, que o controle terminológico e a modelização de domínios de conhecimento, inclusos em definições prévias não escapam desta lógica determinística.

Diante disso, nossa proposta de um posicionamento teórico menos rígido para apoiar a construção de sistemas de organização do conhecimento se constrói com base na experimentação de três perspectivas vindas da filosofia: a *classificação* segundo Foucault, a *contemporaneidade* conforme Agamben e o *rizoma* de Deleuze e Guattari. Trata-se de trazer para o contexto da organização do conhecimento tais concepções que podem nos ajudar na construção de três movimentos: a) compreender as "regras do jogo" com Foucault; b) duvidar das "regras do jogo" com Agamben e; c) romper e alterar as "regras do jogo" com Deleuze e Guattari.

3.1 O "alerta" de Foucault

Há um senso comum em pensar que o pós-estruturalismo é oposição direta ao estruturalismo. Preferimos compreender que o pós-estruturalismo é o próprio estruturalismo que, levado radicalmente até suas últimas consequências, dissolve-se por não mais conseguir sustentar o argumento de que o mundo pode ser explicado pelas predefinições de suas estruturas. E esse rompimento por transbordamento pode ser mais bem compreendido no "desmascaramento" que Michel Foucault faz das classificações dos seres vivos ao afirmar, em As Palavras e As Coisas, que a História Natural é uma língua bem falada.

Quando Foucault (2007) separou as "palavras" das "coisas" para desnaturalizar a própria História Natural, mostrando como as classificações dos seres vivos não passavam de escolhas do pensamento humano, deu-nos a possibilidade de compreender um pouco mais as regras do jogo. O que se ensaiava era uma arqueologia das ciências, a qual Foucault não a concebeu sem antes desnudar a lógica estruturalista de tal sorte que a mesma não parece ter suportado.

Historicizando a chamada História Natural, Foucault (2007) expôs as narrativas que botânicos e zoólogos dos séculos XVI, XVII e XVIII construíram para tentar explicar ou compreender o mundo dos seres vivos. Segundo o autor, "o que existiam no século XVI e até meados do século XVII

eram histórias". (FOUCAULT, 2007, p. 176). Contar a história de uma ave, de uma planta ou de uma serpente era dizer tudo que dizia respeito a elas. "A história de um ser vivo era esse ser mesmo, no interior de toda a rede semântica que o ligava ao mundo". (Idem, p. 176-7). Assim, segundo a história narrada por Foucault (2007) no referido período, contar a história de um animal era falar, por exemplo, de seu habitat, das lendas que o envolviam, dos seus valores nutritivos, como capturá-lo, como torná-lo saboroso, quais alegorias poderiam ser feitas a partir dele, quais literaturas e fábulas o retratavam, etc. No texto de Foucault (2007), há indícios de que algumas tentativas de enquadramento classificatório já existiam no século XVI, onde as aves, por exemplo, eram classificadas com base em seus comportamentos: as que caçavam durante o dia, as que tinham hábitos noturnos, as que preferiam o mar ou a floresta.

No século XVIII, com a utilização dos instrumentos óticos, os seres vivos (plantas e animais) passaram a ser mais bem observados, começando a ser classificados por suas estruturas corporais e orgânicas, membros, tecidos, ramificações menores, sistemas internos, ou seja, segundo Foucault (2007), os seres passaram a ser classificados pelo que era visível — era a visibilidade estrutural norteando a classificação de plantas e animais. O embate que surgiu entre botânicos e zoólogos no século XVIII, agora municiados por instrumentos de observação ótica, era o de definir o caráter (característica) que deveria ser preponderante na classificação dos seres. Optar pela observação orgânica interna (sistemas respiratórios e digestivos, por exemplo) ou privilegiar aspectos estruturais mais externos?

Na abordagem foucaultiana, a classificação dos seres vivos, no período clássico (séculos XVI, XVII e XVIII), passou minimamente pelas fases da observação comportamental, da observação estrutural e da definição de caráter dos seres. Todas essas fases foram fundamentais para que botânicos e zoólogos, não sem muito conflito, nomeassem os seres e os colocassem em relação de vizinhança (relacionamento entre os semelhantes). Muitas foram as variáveis neste discurso de classificação dos seres até se chegar à hegemônica taxonomia de Carlos Lineu. Não nos cabe a discussão dessas variáveis, mas sim a constatação de que as classificações dos seres vivos, vistas por muitos como

exemplos de classificações naturais, não têm nada de naturais. Foram artificialmente construídas pelo homem após exaustivos processos de observação, definição de caráteres, nomeação e estabelecimento de relações de vizinhança.

Que as classificações são construções do homem e, portanto, não-naturais não é novidade. Mas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que todo esse discurso da História Natural só triunfou, segundo Foucault (2007), por ser uma língua bem falada. É este "alerta" dado pelo autor que, a nosso ver, permite-nos compreender um pouco mais as regras do jogo, que parecem estar de fato na força da palavra, na força da linguagem, ou seja, na potência do discurso. Discursos que criam verdades "naturais" e "inquestionáveis". Discursos que narram histórias, justificam escolhas e determinam visões de mundo. Uma língua bem falada (bem articulada) é o dispositivo mais caro para a arte do convencimento, do aculturamento. Se zoólogos nos convenceram de que os mamíferos são "naturalmente" mamíferos, fizeram-no com o mesmo dispositivo de aculturamento que Aristóteles e seus seguidores usaram para nos inculcar a ideia de que categorias são necessárias — o discurso.

Se a classificação dos seres vivos não passa de um dispositivo alinhavado por uma língua bem falada, por um discurso muito bem colocado, o que podemos pensar dos demais instrumentos de organização do conhecimento?

3.2 O "contemporâneo" de Agamben

Ao abordar a História Natural como uma língua bem falada, como um discurso bem articulado, Foucault nos auxilia a compreender um pouco melhor as regras do jogo, ou seja, compreender como as verdades científicas podem surgir e vigorar por meio de uma narrativa bem construída. Na seção 2 deste ensaio, apresentamos o triunfo das narrativas de classificação, de controle terminológico e de modelagem de domínios à orientação teórica dos sistemas de organização do conhecimento. Afirmamos, também, que tais narrativas se fundam em perspectivas determinísticas que procuram predizer, ou melhor, pré-organizar o conhecimento de maneira sistemática.

Nesse sentido, o discurso vigente para a construção de

sistemas de organização do conhecimento (SOCs) não resiste à tentação de predefinir as possíveis formas de se organizar conhecimentos. Classificações (pré)definem as classes, as subclasses e os desdobramentos das subclasses de assuntos. Taxonomias repetem tal procedimento no meio digital. Tesauros (pré)definem termos especializados e suas relações. Ontologias (pré)definem atributos de objetos e sentenças verdadeiras por meio de axiomas. Observamos, neste contexto, a insistente presença da predefinição do que pode ou não pode em um universo de possibilidades.

É justamente este posicionamento teórico, fortemente pautado pela previsão da organização do conhecimento, que pretendemos questionar por ora. E o faremos inspirados pela concepção de "contemporaneidade" de Giorgio Agamben. Para Agamben (2009), ser contemporâneo não consiste necessariamente em aderir às coisas de seu tempo ou se revestir dos traços que as identificam como pertencentes ao seu tempo, mas sim lançar luz àquilo que seu tempo ainda não iluminou. Ser contemporâneo, para Agamben (2009), quer dizer buscar incessantemente o não-vivido, aquilo que foi ofuscado pelas luzes do presente — o inédito. Incide na criação de possibilidades, ainda, não experimentadas. A inspiração do filósofo italiano para esta perspectiva anacrônica do contemporâneo vem de Nietzsche, quem, segundo o próprio Agamben (2009),

> [...] situa a sua exigência de "atualidade", a sua "contemporaneidade" em relação ao presente, numa desconexão e numa dissociação. Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado a suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual [...] (AGAMBEN, 2009, p. 58).

É justamente esse anacronismo que faz com que o "ser" contemporâneo consiga perceber e compreender o seu tempo melhor do que os demais. Agamben metaforiza a contemporaneidade com a descoberta feita pela neurofisiologia de que o escuro não é uma passividade, mas sim uma atividade produzida pelos olhos humanos, ativada pela ausência de luz. Na falta de luz, as *off-cells* (células periféricas da retina) são desinibidas e acabam produzindo uma espécie particular de visão, aquela imagem opaca, densa e hermética que chamamos de escuro. Trazendo esta explicação da

neurofisiologia, Agamben (2009) nos chama a atenção para o fato de que, para ser contemporâneo é necessário enxergar as trevas, o escuro que nosso tempo ainda não iluminou. E o escuro, conforme mostrado no exemplo das *off-cells*, não se trata de uma não-visão passiva, mas sim de uma visão especial ativa ou ativada.

Outra imagem evocada por Agamben (2009), para melhor ilustrar a questão do contemporâneo, vem da astrofísica e se refere à densa treva que circunda as estrelas no espaço.

> No universo em expansão, as galáxias mais remotas se distanciam de nós a uma velocidade tão grande que sua luz não consegue nos alcançar. Aquilo que percebemos como o escuro do céu é essa luz que viaja velocíssima até nós e, no entanto, não pode nos alcançar, porque as galáxias das quais provém se distanciam a uma velocidade superior àquela da luz [...] Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo. Por isso os contemporâneos são raros (AGAMBEN, 2009, p. 65).

O convite que o autor nos faz é justamente buscar esta luz ofuscada pelos "holofotes" do nosso tempo. É buscar o não experimentado, o não vivenciado. É esse ineditismo, essa contemporaneidade de Agamben que gostaríamos de trazer ao universo da organização do conhecimento. Como enxergar essa luz que insiste em não ser vista? Como vivenciar o não-vivido na organização do conhecimento? Entendemos que a resposta pode estar na experiência de se mudar o posicionamento teórico, afastando-nos das teorias que refletem coisas já vividas, já consolidadas pela ótica marcada pela previsibilidade e pela predeterminação (classificação, controle e modelagem — pensamento hegemônico ocidental) e, aproximando-nos do acolhimento ao intempestivo, ao incerto, ao real. Consideramos que a abordagem rizomática de Deleuze e Guattari pode nos dar apontamentos eficientes nesta direção.

3.3 O "rizoma" de Deleuze e Guattari

Antes de expor a proposta rizomática à organização do conhecimento, é importante esclarecer que alguns autores já vêm empregando no âmbito da ciência da informação algumas ideias de Deleuze e Guattari, no entanto com objetivos distintos daquele

proposto neste estudo. São os casos dos trabalhos de Mostafa (2010, 2012, 2013), Mostafa e Cruz (2009), Mostafa, Amorim e Sousa (2014), Benevenutto, Silva e Mostafa (2015), que têm lançado mão da filosofia de Deleuze e Guattari para ampliar as discussões epistemológicas da ciência da informação e da filosofia da informação. Miranda (2007), Miranda e Miranda (2013), por sua vez, têm se respaldado no conceito de rizoma para repensar os aportes metodológicos da organização do conhecimento no que se referem às classificações bibliográficas. O que pretendemos, aqui, é trazer a abordagem rizomática como um plano de fundo teórico possível para alavancar formas de organização do conhecimento menos rígidas e menos determinísticas.

É relevante afirmar também que a escolha desta abordagem como um possível posicionamento teórico à organização do conhecimento se deve ao fato de que, se a ideia é buscar o não-experimentado, o contemporâneo, temos de aceitar a ideia de que o "devir" ocupa papel preponderante nesta experiência. E entendemos que a abordagem rizomática é a própria concretização dos devires.

> Entrar no campo do devir é estar sempre compondo em nossos corpos algo de inusitado a partir do encontro com o outro, embarcando constantemente em possíveis linhas de fuga desterritorializantes [...] Partindo dessa ideia, é afirmar que cada sujeito pode ser definido por uma lista de afetos e devires, quer dizer, ele é, por si só, uma multiplicidade de acontecimentos que nunca cessam de assediá-lo e de gerar efeitos diferenciados em sua vida. (DOREA, 2002, p. 104).

Praticamente tudo que opera no pensamento de Deleuze e Guattari opera em multiplicidade e consiste, na maior parte das vezes, em acontecimentos. Com a ideia de devir não é diferente. Entendendo que o devir é uma espécie de desdobramento da diferença, ele acontece em uma zona de vizinhança, de fronteira e de copresença. E essa zona fronteiriça de acontecimentos não obedece a uma lógica estrutural, apenas reconhece a conexão heterogênea de uma multiplicidade de afetos. Deleuze e Guattari (2002) explicitam bem essa ideia de multiplicidade ao discorrerem a respeito do devir-animal. Segundo os autores, um devir-animal lida sempre com "uma matilha", "um bando", "uma população", "um povoamento", ou seja, com uma multiplicidade.

> A sociedade e o Estado precisam das características animais para classificar os homens; a história natural e a ciência precisam das características para classificar os próprios animais. O serialismo e o estruturalismo ora graduam características segundo suas semelhanças, ora as ordenam segundo suas diferenças [...] Mas não nos interessamos pelas características; interessamo-nos pelos modos de expansão, de propagação, de ocupação, de contágio, povoamento. (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 20).

Os autores se valem da ideia de matilha e contágio para contraporem a visão evolucionista de filiação, opondo-se à lógica de produção e reprodução dadas em uma concepção hereditária. Interessa a eles aquilo que escapa, que perturba, que surpreende, ou seja, a aspereza da anomalia. Deleuze e Guattari operam tais termos, pode dizer-se, para dar destaque às linhas de fuga que provocam a desterritorialização. São esses ingredientes filosóficos que dão existência ao devir, à diferenciação ocorrida como consequência do encontro dos diferentes. (SALES, 2018).

Para dar continuidade a nossa proposta de uma contemporaneidade à organização do conhecimento, partimos do pressuposto de que qualquer tentativa de se organizar conceitos, objetos, imagens, sons, etc., deve necessariamente levar em conta os "devires" que envolvem toda e qualquer relação entre conceitos, objetos, imagens, sons, etc. Em outras palavras, todo instrumento que pretenda organizar conhecimentos por meio da relação entre entidades (conceitos, objetos, imagens, sons, etc.) deve acolher a ideia de que há devires e que tais devires são reais e inusitados, impossíveis de serem previstos. Nesse sentido, vemos na abordagem rizomática uma postura teórica compatível com o acolhimento, ou melhor, com o reconhecimento dos devires existentes nas relações. Mesmo que tais devires não sejam passíveis de serem capturados e codificados, eles estão presentes nas relações reais entre as coisas. Um instrumento que organiza conhecimento não precisa codificar, controlar e determinar os devires, mas dar vazão à imprevisibilidade que eles causam. Daí a necessidade de uma abordagem rizomática.

O rizoma de Deleuze e Guattari (2014) é uma metáfora à concepção de uma nova abordagem epistemológica que pode servir tanto à filosofia, à política e à sociologia, quanto à linguística, à psicanálise e à educação. Neste estudo, buscamos possibilidades teóricas que ampliem o debate sobre a construção

de sistemas de organização do conhecimento, de modo a proporcionar um rompimento com os modelos vigentes que refletem estruturas hierarquizadas e hierarquizantes que, por sua vez, dão contornos nítidos ao pensamento arborescente ocidental, pautado na centralidade e nos determinismos prévios. O termo rizoma, tomado de empréstimo da botânica por Deleuze e Guattari (2014) se refere a hastes subterrâneas que crescem para qualquer lado e tomam as mais variadas formas de maneira imprevisível. A grama é um bom exemplo de rizoma. Segundo os autores, "O rizoma nele mesmo tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos". (DELEUZE e GUATTARI, 2014, p. 22). Percebemos na abordagem rizomática uma negação às previsibilidades e às predefinições das formas e das relações, postura típica do pensamento ocidentalizado que privilegia tanto a hierarquia das relações quanto a sua centralidade. Já vimos que este modelo ocidental de pensamento reflete na construção de sistemas de organização do conhecimento que predominantemente procuram classificar, controlar e modelar conhecimentos. Em outras palavras, a centralidade, a hierarquia e a previsibilidade a serviço da preorganização do conhecimento.

Deleuze e Guattari (2014) avançam suas críticas também ao campo da informática. Para os autores, a informática nada mais faz que reproduzir a lógica arborescente e o formalismo das hierarquias, na medida em que confere poder a uma memória organizada que opera como uma espécie de órgão central. Nesse sentido, nem mesmo o universo das máquinas consegue escapar do primado das estruturas hierárquicas, do privilégio da lógica arborescente e da preponderância de uma organização centralizada. Entretanto, conforme ponderou Sales (2018), vale considerar que tal crítica remete à virada da década de 1970 para 1980, época em que a obra dos autores foi publicada pela primeira vez. Seria mais prudente verificar se a informática nos dias atuais tem condições de acolher experimentos menos previsíveis e centralizadores. Entendemos que o grande desafio que se coloca agora à organização do conhecimento é experimentar a contemporaneidade (ao modo Agamben), ou seja, é buscar incessantemente o inédito, o não vivido, aquilo que nosso tempo ainda não deu luz ou sequer experimentou.

Na área da inteligência artificial, por exemplo, há abordagens como o *machine learning*, redes neurais artificiais e aprendizado profundo (*deep learning*). O *machine learning*, segundo Rezende (2003), tem como objetivo o desenvolvimento de técnicas computacionais sobre o aprendizado e a construção de sistemas capazes de adquirir conhecimento de forma automática. Basicamente, um sistema de aprendizado consiste em um programa computacional que toma decisões, baseado em experiências acumuladas por meio de soluções bem-sucedidas de problemas anteriores. Para Géron (2017), o *machine learning* é a ciência de programação de computadores que permite às máquinas o aprendizado através dos dados. Uma área que procura capacitar computadores ao aprendizado sem que seja explicitamente programado. Em linhas gerais, o aprendizado de máquina consiste no enfoque que possibilita aos programas de computadores aprenderem sem programações prévias, ou seja, aprender por meio de resultados obtidos de um processo que envolve experiências, tarefas e desempenhos.

Dentro do contexto de aprendizado de máquina, encontramos ainda a abordagem de redes neurais, que operam dentro daquilo que é hoje conhecido como aprendizado profundo. Para Ferneda (2006), as redes neurais artificiais buscam implementar modelos matemáticos que se inspirem em estruturas biológicas e conseguem o desenvolvimento de programações capazes de "adaptar os seus parâmetros como resultado da interação com o meio externo, melhorando gradativamente o seu desempenho na solução de um determinado problema". (FERNEDA, 2006 p. 25). O que se revela é um contexto em que programas são dotados da capacidade de aprender e se adaptar de acordo com experiências e interações com o meio externo dos usuários.

Nessa acepção, mesmo sem aprofundarmos a discussão tecnológica, percebemos um espaço de possibilidades concebido pela inteligência artificial. Um espaço perfeitamente capaz de trabalhar relações entre objetos digitais sem o estabelecimento prévio de conexões pautadas em características, atributos ou qualquer outro tipo de ordenação. Um espaço que se aproxima muito mais do imprevisível do que das confirmações de expectativas. Um espaço cujas estruturas já não são mais estruturas, mas sim formas móveis e nunca acabadas, pois estarão em constante movimento e construção; construção colaborativa, plural e indefinida. (SALES, 2018).

Não colocaremos, aqui, os aspectos que caracterizam os rizomas lado a lado dos aspectos que caracterizam o *machine learning*, de modo a sugerir que no contexto da inteligência artificial rizomas podem ser factíveis, pois isso já foi apresentado em outro artigo em que o autor afirma:

> Se as exigências para ser rizoma são conectividade, heterogeneidade, multiplicidade, ruptura e cartografia, arriscamos dizer que a abordagem de aprendizado de máquina as atende potencialmente. (SALES, 2018, p. 270).

O que gostaríamos e já o consideramos feito, é deixar claro que a área da informática já parece dispor de recursos suficientes nesta segunda década do século XXI, para proporcionar a criação de outras formas de organização do conhecimento em meios digitais. E o rizoma é nossa escolha.

Deleuze e Guattari (2014) enumeram assim as características do rizoma:

1 e 2 • "*Princípios de conexão e de heterogeneidade*: qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo" (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 22). Os elementos de um rizoma podem pertencer a diferentes grupos semióticos, não se prendendo exclusivamente ao signo linguístico. Podem se conectar elementos muito diversos, como linguísticos, perceptivos, mímicos, gestuais e cognitivos, bem como elementos das mais variadas áreas, como das artes, das ciências, da política e da biologia em uma ou em várias cadeias semióticas. O rizoma, diferentemente da árvore, é antigenealógico. (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

3 • *Princípio de multiplicidade*: "[...] somente quando o múltiplo é efetivamente tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto [...] uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto". (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 23). Para os autores, a inexistência de uma unidade que sirva de pivô ou de elemento centralizador é uma característica marcante do rizoma. Trata-se de uma multiplicidade em constante movimento e transformação. O rizoma possui tão somente determinações, grandezas e dimensões que se modificam ao crescerem.

4 • *Princípio de ruptura assignificante*: "Um rizoma pode ser

rompido, quebrado em um lugar qualquer e, também, retoma segundo uma ou outra de suas linhas". (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 25). Todo rizoma possui linhas de segmentaridades que dão forma a estratificações, territorialidades, organizações, significados e atribuições, mas é rompido por linhas de desterritorialização que escapam constantemente. O rizoma não tem nem início nem fim, ele apenas se move e ganha velocidade por meio de linhas de fuga e de movimentos de desterritorialização e desestratificação. Isso não significa dizer que não haverá no rizoma articulações, segmentaridades, estratos e territorialidades, porém se moverão constantemente por meio de conexões e rompimentos imprevisíveis.

5 e 6 • *Princípio de cartografia e de decalcomania*: diferentemente da árvore ou da raiz-pivotante ou fasciculada (representações metafóricas de Deleuze e Guattari para relações centralizadas e dicotômicas), o rizoma não é decalque, é mapa.

> Se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real [...] O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 30).

Assim como o mapa, o rizoma tem múltiplas entradas e múltiplas saídas. Provavelmente, a comparação que Deleuze e Guattari fazem entre o rizoma e o mapa, refere-se ao caráter de construção e reconstrução constantes, ou seja, à característica de não fechamento de ambos. Diferentemente do ato de decalcar, em que os contornos se fecham e dão formas definitivas, o "mapear" respeita a não previsibilidade da experiência real.

Relativo ao devir, que é real, mas também imperceptível, o rizoma, definitivamente, não o captura, assim como nenhum sistema de organização do conhecimento o faz. O rizoma sequer é capaz de identificar os mais variados devires. Ele apenas se faz como resultado de múltiplos devires. Ele reconhece a potência motriz que há em cada devir e simplesmente os acolhe numa multiplicidade de conexões imprevisíveis. A intempestividade do devir dá vez ao caráter mais marcante do rizoma: a indeterminação. Diversamente dos sistemas de organização do conhecimento vigentes, que

definem previamente as conexões entre os conceitos, com base em características e atributos que formam classes, subclasses e demais aglomerados, o rizoma (desenvolvido no ambiente digital) pode conectar todo e qualquer objeto digital (textos, sons, imagens e vídeos) sem determinações prévias. As relações entre os objetos podem passar a ser realizadas sem axiomas, sem cânones, sem predefinições, apenas se harmonizando num jogo de devires reais concatenados com o que somos, pensamos e agimos.

Entendemos que, assim como Foucault nos ajuda na compreensão das regras do jogo e Agamben nos lança luz para questioná-las, Deleuze e Guattari, com a abordagem rizomática, dão-nos caminhos à mudança, como também possibilidades para arriscarmos outras formas de se organizar conhecimentos. Dão-nos outro posicionamento teórico para se pensar a construção de sistemas de organização do conhecimento. Um posicionamento teórico menos orientado por visões determinísticas dadas de antemão. Um posicionamento teórico que abre espaço para as reais e inesperadas relações entre as coisas, procurando o afastamento das esperadas e idealizadas relações entre elas, pois, destas últimas, os séculos XIX e XX já deram conta. Resta sabermos que organização do conhecimento queremos promover no século XXI. Que organização do conhecimento será capaz de suscitar sociedades mais democráticas e inclusivas.

4 Uma possível síntese

Entendemos que para dar um pouco de clareza à proposta aqui ensaiada, uma síntese é necessária. O desafio colocado se volta à possibilidade de buscarmos uma organização do conhecimento mais democrática e mais inclusiva. O percurso que ora apresentamos passa pela alternativa de especularmos olhares teóricos que potencialmente tornam a organização do conhecimento, ou melhor, as relações de entidades de conhecimentos, mais flexíveis e menos predefinidas, por acreditarmos que assim estaremos mais próximos da realidade atual. Nesse sentido, expomos, a seguir, os emaranhados de aspectos marcantes que entendemos estarem presentes naquilo que chamamos de abordagem tradicional e abordagem alternativa da organização do conhecimento, de modo a oferecer uma imagem contrastante entre ambas:

Figura 1: Abordagem tradicional na Organização do Conhecimento

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 2: Abordagem Alternativa na Organização do Conhecimento

Fonte: Elaborado pelo autor

Embora as imagens acima deem uma sensação de antagonismo entre as abordagens, gostaríamos de enaltecer que nossa proposta vai em direção ao estabelecimento de relações de complementariedades entre elas. Em respeito à própria perspectiva rizomática, não se trata de negar e, muito menos, de coibir ou proibir os elementos já existentes e estabelecidos pela tradição; trata-se de abrir brechas, criar possibilidades, desestabilizar para buscar o novo, criar meios para o não-experimentado existir. Traço marcante no rizoma de Deleuze e Guattari (2014) é a coexistência de estratificações e desestratificações, de territorializações e desterritorializações, de estabilidades e desestabilidades, pois assim é a vida humana.

Nesse sentido, os aspectos aqui levantados pertencentes à abordagem tradicional não são, necessariamente, negados pelos aspectos da abordagem alternativa como numa simples dialética hegeliana, mas sim desviados e questionados por aspectos sociais e humanos reais. Indivíduos e sociedades se agenciam com os mais variados componentes da vida real, gerando devires, linhas de fuga, incertezas, conexões imprecisas, alianças repentinas que abrem espaços para heterogeneidades e relativismos. Se tal multiplicidade, marcada pelas pluralidades humanas e sociais, continuar a ser guiada e subjugada pelos dispositivos classificatórios, pautados exclusivamente pela lógica estruturalista, essa mesma "multiplicidade humana e social" (multiplicidade mundo) continuará a ser violentada pela exclusão. Exclusão daquilo que não foi previsto pelos instrumentos que organizam o conhecimento, tanto numa esfera menor — currículos, bibliotecas, arquivos e websites -, como numa esfera maior — sociedades, Estados e nações. Em última análise, sociedades rizomáticas não podem ser reguladas, exclusivamente, por instrumentos antirrizomáticos.

Nossa proposta instrumental para uma organização do conhecimento mais democrática e inclusiva se sustenta na ideia de que os sistemas de organização do conhecimento (SOCs) deverão dividir o protagonismo, ou melhor, deverão coexistir com as estrias perturbantes dos rizomas e suas linhas de fuga.

5 Conclusões

Consideramos que, as formas pelas quais nos habituamos a organizar o conhecimento não nos são inerentes como a tradição

do pensamento ocidental nos levou a crer. Se as sociedades ocidentais se amparam e buscam segurança nos sistemas rigidamente estruturados, deve-se a um aculturamento sustentado pelo discurso de um progresso direcionado pelo controle, pela regularidade, pela previsibilidade das relações. Tamanha é a força desse pensamento cultivado, que nos coloca, há milênios, na crença de que categorizar, classificar, hierarquizar, dicotomizar e rotular são os únicos caminhos possíveis para se relacionar com o mundo. Coloca-nos no fatalismo do enquadramento sistemático e na inevitável formatação das coisas e das ideias.

É função das comunidades científicas, especialmente aquelas ligadas à organização do conhecimento, proporcionar às sociedades uma crítica que questione os modelos hegemônicos que forjam, não sem o reconhecido êxito da eficiência e da eficácia, uma forma de existência e de convivência baseada, exclusivamente, na rigidez e na predeterminação das estruturas. Questionar o estruturalismo no qual nos inserimos não é negar os ganhos que ele promoveu em tempos anteriores, mas sim mirar outras paisagens, arriscar e experimentar a contemporaneidade.

O alerta de Foucault, que nos ajuda a desnaturalizar o natural, a contemporaneidade de Agamben, que dá primazia à busca pelo inédito e a flexibilidade dos caminhos abertos pelo rizoma de Deleuze e Guattari foram os elementos que buscamos para construir um posicionamento teórico mais adepto ao pós-estruturalismo, de modo a subsidiar a construção de sistemas de organização do conhecimento. Ou seriam antissistemas de organização do conhecimento?

Financiamento

Nesta pesquisa contamos com o financiamento do CNPq, através do Edital Universal MCTIC/CNPQ Nº 28/2018 — Projeto intitulado “Abordagem rizomática para a perspectiva instrumental da organização e representação do conhecimento no meio digital”.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é o contemporáneo?** e outros ensaios. Trad. de Vinícius Nicastro Honesko. Capecó, SC: Argos, 2009.

BARBOSA. M. O conceito de devir a partir da filosofia da diferença. In: **Colóquio Filosofia e Literatura: fronteiras**, 2., 2010, São Cristóvão. Anais... São Cristóvão, SE: Grupo de Estudos de Filosofia e Literatura, Universidade Federal de Sergipe, 2010. p. 82-99.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENEVENUTTO, F. E.; SILVA, M.; MOSTAFA, S. P. A repercussão de Gilles Deleuze na Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 2, 2015.

CAFÉ, L. Terminologia: aplicação do (re)modelo de Simon Dick. In: FAULSTICH, E; ABREU, S. P. de. (Org.). **Linguística aplicada à terminologia e à lexicologia**: cooperação internacional: Brasil e Canadá. Porto Alegre: NEC, Instituto de Letras, UFRGS, 2003. p. 59-82.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Rio de Janeiro: Eduff, 2001.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003.

COMARONI, J. P. **The eighteen editions of the Dewey Decimal Classification**. Albany, NY: Forest Press Division, Lake Placid Education Foundation, 1976.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowl. Org**. v. 33, n. 1, 2006, p. 11-19.

_____, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowl. Org**. v. 20, n. 4, 1993, p. 211-222.

_____, I. What is knowledge organization. **Knowl. Org**, v. 40, n. 1, 2014, p. 85-91.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1730 — Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: _____. **Mil platôs**. Tradução de Ana Lúcia de Oliverira. São Paulo: Ed. 34, 2002. v. 4. p. 11-113.

_____. Introdução: Rizoma. In: _____. **Mil platôs**. 2. ed. Tradução de Ana Lúcia de Oliverira, Arélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2014. v. 1, p. 17-49.

DOREA, D. **Gilles Deleuze e Felix Guattari**: heterogênese e devir. Margem, São Paulo, n. 16, p. 91-106, dez. 2002.

EATON, T. **The development of classification in America in the role of classification in the modern American library**. Champaign, Illinois: University of Illinois, 1959.

FERNÁNDEZ, M. et al. Building a chemical ontology using methontology and the ontology design environment. **Intelligent Systems**, v. 14, n. 1, p. 37-46, Jan./Feb.1999.

FERNEDA, E. Redes neurais e sua aplicação em sistemas de recuperação de informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 25-30, jan./abr. 2006.

FERREIRA, V. S.; SALES, R. Confluencias filosóficas para la clasificación de las artes: aproximaciones de Bacon, Hegel y Harris. **Scire: Representación y oerganización del conocimiento.** Zaragoza, v. 24, n. 1, 2018.

FOUCAULT, M. Classificar. In: _____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 171-226.

GARCÍA GUITIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

_____. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GÉRON, A. **Hands-on machine learning with scikit-learn and tensorflow: concepts, tools, and techniques to build intelligent systems**. Beijing; Boston; Farnham Sebastopol; Tokyo: O'Reilly, 2017. E-book.

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. ***Knowl. Org***. v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJORLAND, B. What is knowledge organization (KO)? ***Knowl. Org.*** v. 35, n. 3/2, p. 86-111, 2008.

LA MONTAGNE, L. E. **American library classification: with special reference to the Library of Congress**. Hamden, CT: The Shoe String Press, 1961.

LEIDECKER, K. F. **Yankee teacher**: the life of William Torrey Harris. New York: The Philosophical Library, 1946.

MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8., 2007, Salvador. **Anais...** São Paulo: Ancib, 2007. Disponível em . Acesso em: 12 maio 2017

MIRANDA, M. L. C. de.; MIRANDA, J. Organização e representação do conhecimento na web: desafios para a construção colaborativa de uma ontologia do samba. In: DODEBEI, V.; GUIMARÃES, J. A. C. **Complexidade e organização do conhecimento:** desafios do nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil, 2013. p. 252-259. (Estudos Avançados em Organização do Conhecimento, 2).

MOSTAFA, S. P. Um banho de empirismo: de Hume/ Deleuze ao empirismo radical de Bruno Latour. **InCID: revista de ciência da informação e documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 161-181, 2010. Disponível em < http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42311>. Acessado em: 9 jun 2017.

_____. Charles Peirce, Gilles Deleuze e a ciência da informação. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 27-37, jan./abr. 2012. Disponível em . Acesso em: 10 jul. 2017.

_____. **Filosofia da diferença e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

MOSTAFA, S. P.; AMORIN, I. S.; SOUSA, L. M. A. e. Filosofia e discurso na ciência da informação: tessitura de encontros. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 6-19, ago./fev. 2014.

MOSTAFA, S. P.; CRUZ, D. V. da N. **Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Campinas: Alínea, 2009.

MOSTAFA, S. P.; MANINI, M. P. Imagem, memória e informação: o bergsonismo na ciência da informação. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 2, n. 1, p. 2-18, 2017.

OLSON, H. A. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, v. 45, n. 3, 2001.

_____. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. Tradução de Márcia Regina Silva. **InCID: revista de ciência da informação e documentação**, v. 2, n. 1, p. 3-15, 2011.

REZENDE, S. O. (Org.). **Sistemas inteligentes**: fundamentos e aplicações. Barueri: Manole, 2003.

RUSSEL, B. **Historia de la filosofía occidental**. Tradução de Julio Gómez de la Serna; Antonio Dorta. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1947. v. 1.

SALES, R. Devir-rizoma: tumulto na organização e representação do conhecimento. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 259-275, novembro 2018. Disponível em http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4316. Acessado em: 12 abril. 2019.

SALES, R., CAFÉ, L. Diferenças entre tesauros e ontologias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2009.

TRISTÃO, A. M. D.; FACHIN, G. R. B; ALARCON O. E. Sistema de classificação facetada e tesauros: instrumentos para organização do conhecimento, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, 2004.

WIEGAND, W. A. **Irrepressible reformer**: a biography of Melvil Dewey. Chicago: American Library Association, 1996.

_____. The Amherst Method: the origins of the Dewey Decimal Classification scheme. **Libraries & Culture**, v. 33, p. 175-194, 1998.

O sujeito e seu duplo: contribuições bakhtinianas para as atividades de organização do conhecimento

Aline Elis Arboit
Bibliotecária do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

1 Introdução

Várias iniciativas no sentido buscar no conhecimento filosófico explicações para melhor compreender as bases da organização do conhecimento (OC) são perceptíveis desde a fundação deste domínio. De Cutter a García Gutierrez, passando principalmente por Dahlberg e Hjørland, verifica-se um movimento dialógico de concepções filosóficas no âmbito OC. (ARBOIT, 2012).

Apesar da existência conjunta de várias orientações filosóficas, de tempos em tempos, são verificáveis algumas orientações com adesão predominante por parte dos atores participantes. Tal processo foi analisado e mapeado por Arboit (2014). Atualmente, observa-se a ascendência dos enfoques sociocognitivos e culturais. (BEGHTOL, 2002; 2005; BERMAN, 1993; FROHMANN, 1990; 1994; 2001; 2004; 2008; GARCÍA GUTIÉRREZ, 2002, 2014; GARCÍA GUTIÉRREZ & MARTÍNEZ-ÁVILA, 2014; GUIMARÃES ET AL., 2008; HJØRLAND, 2002; 2008, A, B; HJORLAND & ALBRECHTSEN, 1995; HUDON, 1997; OLSON, 2001; 2002; OLSON & SCHLEGL, 2001).

Compactuando com as visões de mundo voltadas às perspectivas sociocognitivas e culturais, busca-se, por meio deste estudo, a discussão de alguns conceitos bakhtinianos e suas possíveis aplicações na OC. Para tanto, parte-se da análise dos conceitos de dialogismo, de consciência intersubjetiva, de ato responsável e compreensão responsiva e de polifonia, elaborados e defendidos por Bakhtin.

Procura-se, com base na teoria bakhtiniana, a reflexão sobre o profissional que organiza e representa o conhecimento como

um sujeito provido de uma consciência intersubjetiva que, por sua vez, é constantemente moldada a partir das relações que trava com o outro. Essa consciência é sempre composta por dois eixos indissoluvelmente e ativamente ligados: o "eu" e o "outro". Essa dualidade cede espaço ao sujeito e seu duplo, ou seja, o sujeito individual que se conecta constante e ativamente com o coletivo por meio da linguagem e da comunicação, fazendo com que seu individualismo não se desligue da coletividade. Concebe-se, portanto, que o sujeito é, ao mesmo tempo, individual e coletivo.

Consideram-se, desse modo, as atividades de organização e de representação do conhecimento como espaços mediadores de discursos em que a atuação do profissional se evidencia por um conjunto de diálogos eu-outro, que se operam em três dimensões: o "outro-autor do conteúdo", o "outro-integrante da comunidade usuária" e o "outro-instituição", o que, necessariamente, ocasiona uma não-neutralidade do "eu" de quem organiza ou representa, cuja ação transcende os limites da racionalidade para que possa chegar a um agir sensível e ético, regido de forma polifônica as distintas vozes sociais, sem excluir a(s) sua(s) própria(s) voz(es).

2 Dialogismo

O dialogismo é um conceito que permeia toda a obra bakhtiniana. Para estudá-lo, compreende-se ser necessário considerar a relação comunicativa entre o sujeito individual e a coletividade por meio da linguagem.

A alteridade do sujeito é o pressuposto para qualquer relação dialógica, uma vez que o dialogismo ocorre por consequência da alteridade das situações sociais, das quais os sujeitos participam. Constante e conscientemente, o sujeito ultrapassa sua identidade em busca de um novo ponto de vista, baseado na necessária interferência do outro em sua vida, pois, para o outro é possível ver o que o próprio sujeito não consegue em relação a si mesmo. Esse é o princípio da exotopia postulado por Bakhtin, justificado pelo excedente do ato de visão e conhecimento do sujeito adquirir a respeito do outro. Tal excedente é condicionado pelo lugar único que cada sujeito ocupa no mundo. Com efeito, um sujeito interage com outro para se identificar com ele e ver o mundo através do seu sistema de valores. (BAKHTIN, 2010a, 2010b, 2011).

A exotopia, a alteridade e o dialogismo são somente possíveis por meio dos atos de compreensão que cada sujeito realiza, nos quais a figura do outro é determinante. Afinal, conta-se com o excedente de visão sobre o sujeito que ele próprio não tem. Nesse ponto, atenta-se à duplicidade presente no sujeito: as situações sociais das quais participa fazem com que o sujeito, axiologicamente, opte ou não por uma transformação do "eu", porque esse "eu" existe sempre em relação ao "outro", de modo tão indissociável que não é possível delimitá-los completamente. Aponta Bakhtin que no romance "O duplo", Dostoievski ilustra bem a presença do "outro" no sujeito e sua relação com "eu". Ou seja, conforme o romancista, quanto mais harmoniosa a relação eu-outro dentro do sujeito, melhor para o sujeito, ao passo que a tentativa de descolamento desses dois eixos provoca o seu desequilíbrio, porque para Dostoievski, também, é inegável o fato de que o "eu" só existe com referência ao "outro".

Do exposto, é possível afirmar a coexistência do sujeito individual e do sujeito coletivo, habitando a mesma consciência. O sujeito e seu duplo, além de interagirem entre si, participam ativamente do processo comunicativo e de desenvolvimento da consciência, sempre, retroalimentado pelo contato social.

Na concepção bakhtiniana, a relação do eu-outro não se dá de modo passivo nem casual, mas sim de modo ativo e imperativo. A relação entre o eu e o outro é, ao mesmo tempo, "algo dado e algo a ser-realizado" como eventos únicos que, por sua vez, compõem a vida real e coletiva. Isso não significa que o autor acredite em uma empatia pura entre os sujeitos, mesmo porque isso implicaria perda do lugar único de existir de cada um e, logo, a perda da consciência.

A dialogicidade entre os sujeitos só é possível por meio da utilização dos signos linguísticos, que são, também, dialógicos. Por serem originários e estarem sempre vinculados ao meio social, o signo e a linguagem são considerados por Bakhtin/Volochínov elementos essencialmente ideológicos. (2010, p. 31). O signo sempre adquire um significado que o remete a algo situado fora de si mesmo. Desse modo, não há como interpretar um signo sem levar em conta seu entorno.

É nesse aspecto orientado à inter-relação dos signos, por meio da comunicação entre sujeitos constituintes de um grupo

social que reside o dialogismo. Na visão bakhtiniana, os signos aparecem somente em "terreno interindividual" e, desse modo, defende que a consciência individual a partir de si mesma não é capaz de explicar nada. Ao contrário, o funcionamento dela é que pode ser explicado a partir do seu meio social. Assim, acredita-se que a consciência é construída por signos apreendidos do exterior durante as relações que o sujeito desenvolve com outros sujeitos ao seu redor. Diante disso, verifica-se que o signo assume o papel não só de comunicar o pensamento, mas, sobretudo, de constituir o pensamento e, consequentemente, a própria consciência.

A atividade mental, além de ser exteriorizada somente por meio dos signos, é constituída igualmente por signos. Do contrário, assinalam Bakhtin/Volochínov (2010), toda atividade mental não seria exprimível. De acordo com os autores, não há uma ruptura qualitativa entre a atividade psíquica interior e sua expressão. Há somente uma mudança quantitativa, uma vez que o processo de expressão exterior requer a passagem de um código para outro, mas o conjunto não foge do quadro da expressão semiótica.

Para que o indivíduo expresse seus pensamentos de forma compreensível ao outro, ele apenas os decodifica por meio da fala, escrita ou códigos similares. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, 2010, p. 53). Com efeito, a mudança quantitativa ocorrida fica reduzida apenas à transformação dos signos que compõem o pensamento nos mais diversos códigos de comunicação que, por seu turno, também são considerados signos.

Seguindo essa linha, a palavra, sendo considerada um signo, acompanha e comenta todas as manifestações ideológicas, não podendo ser isolada e nem separada delas. Apesar de o discurso interior (o pensamento) ser considerado um ponto de intersecção de diversas reações semióticas, a palavra se torna fundamental, pois sem ela o psiquismo ou o pensamento seria demasiadamente reduzido, transformando-se quase em um processo fisiológico puro.

A introspecção, portanto, mais do que um processo meramente cognitivo, constitui-se ato de compreensão ideológica, pois um signo interior não pode ser esclarecido por si só, mas sim mediante a sua integração com outros signos via experiência e observação exterior. A atividade mental, portanto, não pode ser

vista como algo separado de uma determinada realidade social, porque o discurso interior é formado por enunciações resultantes de um diálogo do sujeito com o meio. Desse modo, segundo os autores, não há meios de delimitar as fronteiras entre o psíquico e o ideológico, mas somente o esclarecimento dos aspectos relacionados ao território único que os engloba, o do signo visto como essencialmente ideológico.

3 Consciência intersubjetiva como fato socioideológico

A consciência, de acordo com Bakhtin/Volochínov (2010), desenvolve-se a partir dos signos captados pelo sujeito durante sua interação com os outros. É formada por signos que coletivamente adquirem forma e valor, conforme as opções ideológicas (semióticas) realizadas pelos sujeitos durante o processo de interação social.

Sendo a consciência um resultado socioideológico, entendem os autores que ela não deve ser compreendida via Fisiologia ou Biologia. O fenômeno psíquico deve ser entendido a partir dos fatores sociais que interferem na vida concreta. Defendem, assim, que a Filosofia da Linguagem e a Sociologia são áreas mais compatíveis com o estudo da linguagem viva do que a Linguística, a Psicologia ou a Biologia.

Nesse sentido, Bakhtin (2010) critica a tentativa de categorizar o grande mundo da cognição teórica como entidade psíquica. O mundo teórico amplo, que compreende o conjunto das ciências e do conhecimento não deve, por conseguinte, ser confundido com o mundo teórico pequeno, que compreende a esfera do psíquico. Apesar de ser abstrato, o psíquico é um produto construído com base na busca pelo entendimento da ação-ato que permeia o pensamento vivo, ligado às relações sociais.

Em obra que analisa o Freudismo, Bakhtin/Volochínov (2009) reivindicam a socialização da psicologia, pois entendem que os estímulos produzidos em meio às condições sociais são os que movem os sujeitos. Os atos humanos devem, para eles, ser compreendidos coletivamente por uma psicologia que recorra a métodos objetivos, visando ao entendimento do comportamento humano, materialmente, expresso nas condições do meio natural e social.

O principal problema da psicanálise para os autores é a carência de entendimento quanto à essência sociológica dos fenômenos psíquicos. O conteúdo do pensamento ou até mesmo dos sonhos são, como exemplificado na obra (BAKHTIN/ VOLOCHÍNOV, 2009), manifestações altamente ideológicas e não resultado da criação individual isolada.

No que se refere à relação consciente-inconsciente, Bakhtin/ Volochínov (2009) pontuam que a introspecção se trata de uma atividade inteiramente consciente, pois a consciência reproduz as lutas entre ideologias oficiais e não oficiais que ocorrem durante a experiência social. Para ilustrar, a censura freudiana como um mecanismo que revela "uma imensa competência ideológica e requinte; produz entre as experiências emocionais uma seleção puramente lógica, ética e estética", e questionam: "será isso compatível com a sua estrutura inconsciente, mecânica"?

Para que a consciência não oficial ou "inconsciente" se realize como discurso tanto exterior como interior, o sujeito necessita de uma força interindividual, como as sessões de psicanálise. Sobre isso, os autores ressaltam que as sessões se tratam que um diálogo entre sujeitos, uma interação social entre terapeuta e paciente. A enunciação verbalizada não é, portanto, produto exclusivo de quem a enunciou e sim fruto da situação social estabelecida entre o médico e paciente.

A produção da consciência e do seu discurso interior está condicionada a sua afirmação enquanto realidade mediante a "encarnação material em signos". (Bakhtin/Volochínov, 2010). Tanto o discurso externalizado quanto o discurso pensado são frutos do diálogo entre os discursos absorvidos de outrem pela consciência individual. A substância desse processo não surge na mente individual, mas na sociedade, onde são negociados e atribuídos forma e valor às palavras e aos signos em um dado contexto para viabilizar a comunicação entre os sujeitos.

Durante a apreensão do discurso, "tudo que pode ser ideologicamente significativo tem sua expressão no discurso interior". Todo aquele que apreende o discurso exterior, desse modo, não pode ser considerado mudo; é um ser repleto de palavras interiores. Assim, a atividade mental é mediada pelo discurso interior e é neste ponto que se opera o diálogo do discurso apreendido do exterior, de tal modo, que se torna impossível concebê-los isoladamente.

O pensamento ou o discurso interior não podem ser chamados de monólogos, porque a consciência é vista como um conjunto de signos articulados, sucessivamente, importados do exterior via percepção e aceitado pelo sujeito durante seu contato com o meio social. Nesse ponto reside o conceito de dialogismo na linguagem, pois o pensamento, mesmo aquele não expresso, é considerado sempre um ato de compreensão e uma resposta do sujeito para com o mundo.

4 Ato responsável e compreensão responsiva

Qualquer ato, mesmo sendo de pensamento, de sentimento, de desejo, de fala, de ação é para Bakhtin (2010a) intencional, pois nele está presente a disposição ativamente responsável do sujeito, manifestada por meio de uma posição emotivo-volitiva em relação a uma determinada situação vivenciada. Ninguém age sem esperar uma resposta do outro, já que todo ato nunca ocorre em uma circunstância de total isolamento do mundo real. Por conseguinte, os enunciados, sendo atos, ao mesmo tempo em que respondem o já dito, germinam incessantemente novas repostas.

Cada ato se caracteriza pela singularidade, porque é praticado por um sujeito e, nesse sentido, é exclusivo, porque advém de um sujeito único, mesmo que constantemente moldado pelas relações sociais. Assim, o sujeito age de modo único e insubstituível a partir do lugar exclusivo que ocupa, sem álibi para existir e, por isso, não sendo indiferente aos demais, porque procura incansavelmente via compreensão e comunicação provocar o ato do outro. O pensamento, a compreensão, a comunicação são, portanto, sempre processos participativos, porque sempre interferem no mundo concreto em função do fato de que não há desculpas para não agir ou não existir, condição intrínseca a todos os sujeitos.

O ato ao qual Bakhtin se refere é simultaneamente responsável e responsivo, pois por um lado está relacionado a uma responsabilidade que um sujeito adquire perante os demais e, por outro, busca sempre uma responsividade, uma atitude compreensiva e comunicativa do outro para completar seu próprio ato; esse outro, por conseguinte, também espera uma resposta de outros e assim infinitamente. Diante disso, é possível afirmar que esse conceito duplo é permeado pelo

dialogismo, pois o ato sempre requer uma resposta dentro de um diálogo interindividual inacabado.

O ato, portanto, é caracterizado por sua ambivalência, na qual uma direção se volta à vida social e a outra à singularidade do sujeito. Logo, o ato deve, conforme o autor, "refletir-se em ambas as direções", seja em relação ao seu conteúdo, ao qual o autor chama de responsabilidade especial, seja em relação ao seu existir, uma responsabilidade moral. A integração dessas duas orientações tem por finalidade superar a separação e a mútua impenetrabilidade entre a cultura e a vida, conforme é defendida na perspectiva mais voltada ao racionalismo.

Bahktin (2010a) não nega a abstração, até a considera necessária ao desenvolvimento do pensamento e do conhecimento. O que ele crítica é o afastamento da vida cotidiana, justificado pela busca de um conhecimento puro, objetivo e neutro, porque todo ato se baseia em um posicionamento não indiferente em relação ao mundo, onde não é possível separar avaliações de cunho ético, estético e teórico. Também, considera a neutralidade inútil, porque a ciência, para interferir beneficamente no mundo, deve partir do quanto mais real possível, tendo em vista que os conceitos se tratam apenas de representações da realidade, repletas de julgamentos, uma vez que não são estabelecidos somente por meio da racionalidade, mas também axiologicamente.

O que é inaceitável para o teórico é o esforço científico, a fim de que a singularidade, a unicidade, a irrepetibilidade do ato de cada um, na sua subjetividade, fique relegado à esfera do privado, alheio do oficial, do formal, do cultural. Ou seja, para o conhecimento científico, é como se o sujeito e sua responsabilidade única e irrepetível em relação ao mundo simplesmente não existisse; admite-se somente um eu genérico e universal, que é para o autor um "eu" fictício e abstrato em nome de uma pretensa neutralidade no processo de produção do conhecimento.

O logicamente válido se trata de uma força obscura, se isolado do centro unitário e singular da consciência responsável. O mesmo, diz o autor, em relação ao racionalismo que contrapõe "o que é objetivo, enquanto racional, do é o que subjetivo, individual, singular, enquanto subjetivo e fortuito". Assim, o mundo científico irremediavelmente é o mundo integrado ao evento singular e único do existir, através de uma consciência responsável em um

ato-ação real, porque a singularidade não pode ser pensada, ela pode ser somente vivenciada e sentida de modo participativo, não indiferente ao aspecto emotivo-volitivo. (BAKHTIN, 2010a). De outro modo, para o conhecimento científico, é como se o sujeito e sua responsabilidade exclusiva em relação ao mundo simplesmente não existisse; admite-se somente um eu genérico e universal, que é para o autor um "eu" fictício e abstrato em nome de uma hipotética neutralidade no processo de produção do conhecimento.

Nesse sentido, a linguagem tem sido desenvolvida a serviço dos atos de compreensão e de comunicação participante, uma vez que a plenitude da palavra ocorre somente pela expressão do ato como existir-evento único, "tanto o seu aspecto de conteúdo-sentido (a palavra, o conceito), quanto o emotivo-volitivo (a entonação da palavra) na sua unidade" (BAKHTIN, 2010a). Defende, portanto, que essa palavra viva, plena e única, pode ser responsavelmente significativa, porque pode representar a verdade de um dado momento, mesmo com toda sua subjetividade.

A resposta do interlocutor é sempre atravessada por um valor apreciativo, ou seja, ela necessariamente pressupõe um julgamento de valor. Por isso, as palavras mudam de significação, pois sempre são reavaliadas, levando-se em conta seu deslocamento de um contexto apreciativo para outro. "Isolar a significação da apreciação", para Bakhtin/Volochínov (2010), "destitui a primeira de seu lugar na evolução social viva (…) e a torna um objeto ontológico, transforma-a em um ser ideal, divorciado da evolução histórica". Defende-se, aqui, que tal apreciação deve sempre ser traspassada pela figura do outro em uma atitude polifônica, buscando desse modo respeitar a pluralidade social.

5 Polifonia

Para desenvolver o conceito de polifonia, Bakhtin (2010b) recorre ao universo literário, principalmente às obras de Dostoiévski, pois acredita que o romancista não apenas conseguiu dar vozes as suas personagens, como também fez com que elas tivessem uma relação de isonomia entre si e, ainda, uma relativa autonomia em relação ao seu criador.

O termo polifonia foi emprestado por Bakhtin (2010b) do campo da música. Dito de outro modo, nas orquestras sinfônicas

cada instrumento tem um som distinto e cada um participa à sua maneira, integrando o conjunto das execuções musicais. O autor do romance, portanto, passa a ser visto como um regente das vozes de seus personagens, assim como o maestro que rege a orquestra. E essas vozes são também vozes sociais, uma vez que o romance reflete a percepção que o seu criador tem do mundo.

Por se referir à equipolência de vozes, a polifonia acarreta necessariamente o dialogismo existente na linguagem. As vozes sociais, em função das visões de mundo as compõem, atribuem diversos significados às palavras, conferindo à linguagem desse modo uma dinamicidade semiótica.

Em contraposição à polifonia, o monologismo "nega a isonomia entre as consciências, não vê nessa relação um meio de chegar à verdade, concebe-a de modo abstrato como algo acabado, fechado, sistêmico". Por esse ângulo, denuncia Bakhtin/Volochínov (2010) a coisificação do homem que surge com a sociedade de classes e chega ao limite com o capitalismo, reduzindo o sujeito à condição de objeto, assim como no romance monológico o autor faz com os personagens, oprimindo o indivíduo, sujeitando-o às mais variadas formas de violência. A busca por uma atitude polifônica, tanto na literatura quanto na vida, equivale à libertação desse indivíduo que, escravo mudo de uma consciência hegemônica, adquire sua autonomia.

Assim como nas relações dialógicas, a polifonia também demanda uma atuação pautada pelo princípio da exotopia. Não há polifonia se o "eu", de sua posição única, não enxerga o "outro" e vice-versa. Uma atitude polifônica busca, ao máximo, a redução da diferença de horizontes dos sujeitos, sem eliminá-la totalmente, pois a existência da singularidade depende dessa diversidade. Entretanto, por mais que o sujeito seja único e singular, para Bakhtin, ele não é isolável.

Esse mundo polifônico idealizado por Bakhtin é caracterizado pelo respeito ao pluralismo das vozes sociais, onde todos podem encontrar lugar para se manifestar, de modo que nenhuma voz se sobreponha a outra. Como esse mundo poderia existir em um mundo povoado por diversas ideologias, constantemente, em choque? O que importa para o autor é a possibilidade do diálogo e isso não significa sempre consenso, ou seja, significa também polêmica, paródia, crítica, contraposição parcial ou total. De fato,

o que Bakhtin reivindica é, sobretudo, o respeito entre os sujeitos com posturas ideológicas distintas, mesmo porque tais posturas nunca são absolutas e acabadas, visto que a própria consciência de um sujeito pode ser palco de tensões sociais.

6 Impossibilidade da neutralidade nas atividades de ORC

As atividades de representação e a organização do conhecimento podem ser vistas como atos responsáveis, pois além de estarem calcadas em uma posição avaliativa, acredita-se que elas se baseiam em juízos de valor espacial e temporalmente localizados. As escolhas de um ou mais signos para representar um documento ou um conceito são sempre feitas por meio de apreciação, do contrário, seriam atos mecânicos, automáticos, passíveis de serem realizados por máquinas. O mesmo ocorre na construção de instrumentos, métodos e sistemas de OC; todos são elaborados a partir de índices de valor atribuídos de modo consciente por quem os constrói, como bem mostram Berman (1993), Olson (2001) e Olson & Schlegl (2001). Assim, tais atividades e produtos prescindem tanto de aspectos relacionados à racionalidade como aos relacionados à ética e à apreciação estética em certos casos, tal qual a representação de obras de arte ou conteúdos literários, pois eles também são considerados inteiramente produtos de uma interpretação específica da realidade.

No início dos anos noventa, Frohmann (1990) já questionava o enfoque mentalista da indexação, o qual reduz a atividade em uma operação essencialmente cognitiva. Essa concepção, segundo o autor, encontra fundamento na crença de que os conceitos são gerados unicamente dentro da mente individual e de que qualquer tipo de abstração se trata de um produto de um mero processo individual e intelectual. Em contrapartida, Frohmann ressalta a necessidade de se construir, de modo consistente e explícito, regras para indexação a partir de uma interpretação consciente e socialmente contextualizada do indexador em seu diálogo com o conteúdo expresso nos textos dos documentos. Para tanto, o contexto social de produção e uso da informação deve ser observado, uma vez que o autor considera serem as características desse ambiente determinadas por regras socialmente estabelecidas e, portanto, variáveis de contexto para contexto.

Com base em uma concepção sociológica, tem-se verificado que, no domínio de OC, a neutralidade não é algo considerado possível, já que qualquer signo está sempre ligado ao seu contexto. Deste modo, durante as atividades de representação e organização do conhecimento não se pode exigir do classificador ou do indexador a anulação de suas concepções, suas visões de mundo, suas influências ou que simulem a inexistência ou o "desligamento" momentâneo da sua consciência.

Representar e organizar o conhecimento são atos de compreensão responsiva que, por seu turno, sofrem influências tanto de discursos externos (discurso do autor e discurso dos usuários, por exemplo) quanto de discursos internos (as vozes ideológicas e sociais que compõem a consciência de quem representa ou organiza), ambos correlacionados entre si; e porque o resultado dos atos de representar e organizar se tratam também de uma resposta aos discursos externos e internos. Dependendo do domínio a ser coberto pelos instrumentos e métodos de organização e representação do conhecimento, tais relações discursivas são mais perceptíveis, por exemplo, nas ciências sociais e humanas em relação às exatas. Porém, isso não significa que o discurso ideológico esteja completamente ausente nas ciências exatas; o que difere nesse caso é o grau de intensidade e aproximação com o cotidiano, que é mais elevado nas ciências sociais e humanas. Todo o processo de produção do conhecimento não é neutro, uma vez que depende de uma percepção, de uma descrição e de uma avaliação, incialmente de um cientista e, posteriormente, de um grupo deles que, apesar dos títulos acadêmicos, não deixam de ser sujeitos.

Diante das reflexões sobre a presença da subjetividade nas atividades de organização de representação do conhecimento, Hjørland (2008a) oportunamente se pergunta: é a OC uma atividade neutra? Pode ser? Deve ser? Segundo o autor, estas questões são tradicionalmente tratadas de forma passiva, pois o conhecimento ainda é considerado como o "espelho da natureza". Tais perguntas, conforme o autor, devem ser respondidas a partir de uma perspectiva pragmática e crítica.

Habitualmente, os conceitos, por exemplo, têm sido considerados resultados de um processo lógico-cognitivo isolado, ocorrido dentro da consciência do ser quando ele, por meio da

linguagem, qualifica uma determinada substância. Tal qualificação, por sua vez, atribui características inerentes à substância e, ao mesmo tempo em que revela sua essência, diferencia-a das demais. Visto que foi com base nessa visão de mundo relacionada à univocidade da substância, que Dahlberg (1993, 2006) e Wüester (1979) elaboraram respectivamente a Teoria do Conceito e a Teoria Geral da Terminologia. O conhecimento, a linguagem e o signo linguístico tendem a ser caracterizados como objetos abstratos, autônomos e totalmente desvinculados da prática social e do caráter ideológico que os interpõem. Daí decorre a concepção de linguagem e de conhecimento como sendo naturais e, portanto, neutros, já que se acredita que sua formação ocorre sem as interferências das relações coletivas.

Hjørland (2008a) acredita que a neutralidade não é possível em nenhuma descrição da realidade, pois tal representação é feita a partir de uma avaliação funcional em determinado contexto. Por fim, conclui que sem a percepção e a adoção de valores devidamente contextualizados, não há como se desenvolver, tanto uma teoria como prática satisfatória em OC.

Em relação à subjetividade e à ética informacional, Frohmann (2008) sustenta que a ética está sempre envolvida nas deliberações morais que ocorrem durante as relações entre sujeitos. A subjetividade, portanto, é vista como o cerne da ética, sobretudo na área informacional. Nesse aspecto, o autor propõe a análise do discurso como método de ensino e pesquisa por se tratar de uma iniciativa que privilegia uma visão analítica, crítica e, logo, não neutra dos processos de produção e uso da informação, vista como discursos socialmente construídos. (FROHMANN, 1994, 2001).

Considera-se que os julgamentos de valor estão inexoravelmente ligados a qualquer ato responsivo, especialmente aos relacionados às atividades de representação e organização do conhecimento. Esses atos não são indiferentes às vozes sociais que são afetadas por eles. Contudo, ao invés do esforço de neutralização, o que se reivindica é um esforço para que todas as vozes sociais envolvidas participem do processo, conforme postula García Gutierrez (2002), quando sugere a adoção da "ética transcultural de medição". Para que isso ocorra, compreende-se que o classificador ou indexador não pode privilegiar uma voz em detrimento da outra, nem tampouco anular qualquer uma

delas, inclusive aquelas que habitam a sua própria consciência, buscando o exercício da polifonia durante a realização dos atos de representação e organização do conhecimento.

O profissional de OC, com efeito, passaria de um omisso colaborador da ideologia hegemônica, escondido por detrás da máscara da neutralidade, a um agente participante e colaborador de um processo democrático que não suplanta e nem ignora nenhuma postura ideológica envolvida, inclusive a sua. Mais do que isso: além de participar ativamente do processo, assumindo uma postura ideológica, atua como regente das demais vozes sociais, sobretudo àquelas relacionadas à produção e ao uso do conteúdo representado e organizado. Para tanto, é necessário que o profissional pratique o princípio da exotopia para se aproximar o máximo possível do outro, entender seus interesses, suas necessidades. Obviamente, é impossível ver o mundo tal qual o outro o vê, mas, é possível, por meio do excedente de visão que o "eu" tem em relação ao "outro", o eu simular o outro, no sentido compreendê-lo para melhor representá-lo. Ao mesmo tempo, os aspectos cronotópicos devem ser levados em consideração, pois, como já visto, o "outro", assim como o "eu", são também produtos de uma determinada época e lugar.

Observa-se que a atitude ética e democrática do profissional, em consonância com o pluralismo social faz-se necessária, de modo a se buscar o exercício de uma polifonia, uma equipolência de vozes sociais em um determinado contexto. Essa posição, que exige do profissional tomar decisões relativas aos processos de organização e representação do conhecimento, decorre da competência atribuída ao classificador ou indexador pela sociedade, espaço em que se verifica a natureza dinâmica do conhecimento. Durante o exercício dessa atribuição, é conferido ao profissional um poder de nomear. (OLSON, 2002). A partir daí, pressupõe-se que o profissional tenha legitimidade para atuar como representante dessa coletividade em matéria de organização e representação do conhecimento, mesmo que não detenha conhecimento profundo acerca do saber que atende. Entretanto, considera-se que apenas ter esse poder não seja o suficiente. Como um regente de uma orquestra, o profissional, por meio do constante diálogo com a comunidade a que atende, deve ser capaz de articular os signos representativos de todas as vozes envolvidas em benefício dessa

mesma coletividade que o elegeu como representante.

Nesse contexto e se aliando a essa concepção sociocultural de Olson (2002), há de se mencionar, ainda, as preocupações de Beghtol (2002, 2005) sobre a necessidade de as linguagens de indexação se imbuírem de uma efetiva garantia cultural, encontrando assento na realidade social a que se destinam, o que revelaria, em última instância, a assunção da ética proposta por Garcia Gutierrez (2002), em que os instrumentos de representação do conhecimento se apoiam na linguagem como produto representativo de uma realidade social e, portanto, devendo representar o contexto cultural dessa realidade, conforme se observa, por exemplo, nas linguagens de indexação multilíngues, como no caso do Canadá, descrito por Hudon (1997).

Ainda que o domínio de OC conte com vozes dissidentes, identifica-se certa carência de um posicionamento ético sensível às necessidades de conhecimento das mais diversas vozes sociais, a partir de uma atuação que respeite a diversidade e o pluralismo lógico e cultural. Tal estado é evidenciado pelo escasso desenvolvimento dos métodos, das técnicas e das ferramentas existentes à organização do conhecimento em toda sua pluralidade. Conforme García Gutiérrez (2014), isso se deve em parte à incorporação massiva e acrítica de artefatos oriundos das novas tecnologias de informação e à crença, na qual a mera aplicação dessas tecnologias resolveria todos os problemas de produção, organização e acesso ao conhecimento. Nesse sentido, orientado pela busca de soluções que visem a uma pragmática contextual, o autor apresenta as seguintes propostas: a adoção de uma teoria de conceitos abertos e inacabados, a prática bem fundamentada da desclassificação por meio do estabelecimento de dois operadores que se complementam mutuamente: o operador complexo, que trabalha para garantir, de modo igualitário, a expressão de todas as posições e cosmovisões a respeito de um tema; e o operador transcultural que decide e executa, democraticamente, a partir de um consenso ampliável, obrigatório e periodicamente revisado, uma síntese transcultural baseada no levantamento realizado pelo operador complexo. (GARCÍA GUTIÉRREZ e MARTÍNEZ-ÁVILA, 2014). O operador transcultural é, conforme os autores, o antídoto para o relativismo do qual poderia ser acusado o operador complexo

e este, por outro lado, representaria o equilíbrio democrático e hermenêutico no qual o operador transcultural busca respaldo.

7 Considerações finais

Diante do exposto, verifica-se que a linguagem utilizada e registrada em um domínio de conhecimento ao longo do tempo pode incorporar e, deste modo, revelar quais as concepções filosóficas mais predominantes na constituição do seu próprio conhecimento. Tal interpretação se sustenta nas ideias bakhtinianas sobre o processo dialógico da linguagem e o caráter ideológico do signo linguístico. O termo, por exemplo, mesmo sendo técnico-científico, é visto como representante da ideologia mais aceita no momento e no ambiente social da sua formação, aceitação e como se dá seu uso. Ou seja, o termo, o conceito, a classe, a categoria, o gênero documental, o descritor são, antes de tudo, signos dotados de valor e forma, constituídos intersubjetivamente. Em razão disso, defende-se que as noções bakhtinianas de signo, enunciado, discurso, estilo e gênero sejam levados em consideração tanto no estudo como na prática de OC, como alternativa de rompimento com posturas voltadas, excessivamente, a uma pretensa objetividade e neutralidade científica, as quais têm sido dominantes no domínio em questão.

Essas questões permitem a conclusão de que os atos de representar e organizar o conhecimento sofrem influência de discursos externos (discurso do autor e discurso dos usuários, por exemplo) e de discursos internos (as vozes ideológicas e sociais que compõem a consciência de quem representa e organiza). Esses discursos entram em contato no momento da representação, que constitui uma resposta aos discursos externos e internos e aos eventuais conflitos existentes entre eles.

Conclui-se, também, que os termos, códigos e demais signos que compõem os sistemas de organização e representação do conhecimento assumem uma "representatividade dialógica e dinâmica", pois devem corresponder ao conteúdo dos documentos e serem capazes de dialogar com a comunidade usuária, em um dialogismo da linguagem que pressupõe a alteridade dos sujeitos como consequência da alteridade das situações sociais. Isso leva o profissional classificador ou indexador à necessidade

de transcender sua identidade em busca de um novo ponto de vista com base na necessária interferência do outro em sua vida, evidenciando o princípio da exotopia, postulado por Bakhtin, que se caracteriza pelo excedente de visão e conhecimento que um sujeito adquire em relação ao outro.

Isso também impele ao reconhecimento da impossibilidade da neutralidade nas atividades de representação e organização do conhecimento, à medida que o profissional classificador ou indexador traz sempre consigo suas concepções, suas visões de mundo, suas influências, sem que seja possível simular uma inexistência momentânea, e na medida em que os signos já carregam consigo visões de mundo distintas. O classificador ou indexador é um sujeito dotado de uma consciência intersubjetiva, resultante de um processo sociocognitivo que, necessariamente, age no mundo em função do seu álibi em não existir. Em virtude da posição que ocupa, adquire a responsabilidade de projetar sistemas e realizar atividades de organização e representação do conhecimento de forma responsiva, dialógica e polifônica. Para tanto, considera-se ao mesmo tempo ético e funcional admitir a não neutralidade do sujeito, da linguagem e do conhecimento, sendo que, dispensando o esforço de neutralidade o classificador ou indexador se tornará capaz de, por um lado, identificar suas posições enquanto sujeito único e insubstituível e, por outro, conhecer suas posições enquanto sujeito representante de uma determinada comunidade de produção e uso do conhecimento. Para tal, o classificador ou indexador deverá proceder à simulação do outro, do outro-autores e do outro-usuários, valendo-se do seu excedente de visão, adquirida a partir da convivência no ambiente em que residem estas vozes sociais como condição de bem representá-las, buscando o modo mais polifônico possível.

Referências

ARBOIT, A. E. O processo de institucionalização sociocognitiva do domínio de Organização do Conhecimento a partir dos trabalhos científicos dos congressos da ISKO. 2014. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) — Unesp, Marília. 2014.

_____. O processo de (re)construção da teoria do conceito no domínio de Organização do Conhecimento: uma visão dialógica. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 129-134, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro e João, 2010. Manuscrito de 1920-1924 publicado postumamente.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski**. 5. ed. São Paulo: GEN/Forense, b2010.

BAKHTIN, M (VOLOCHÍNOV). **O freudismo:** um esboço crítico. São Paulo: Perspectiva, 2009. Publicado originalmente em 1927.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. Publicado originalmente em 1929.

BEGHTOL, C. A. Proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

_____. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies**: A Tract on the LC Subject Heads Concerning People. 2. ed. Jefferson; NC; London: McFarland, 1993.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

_____. Knowledge organization: a new science? **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 11-19, 2006

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101, jun. 1990.

_____. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, v. 16, p. 119-138, 1994.

_____. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. Journal of Education for Library and Information Science, v. 42, n. 1, p. 12-26, 2001.

_____. **Deflating information**: from science studies to documentation**.** Toronto; Buffalo: University of Toronto Press, 2004.

_____. Subjectivity and information ethics. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 59, n. 2, p. 267-277, 2008.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON, p. 516-522, 2002.

_____. Declassifying Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v.41, n.5, p.393-409, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. M. Critical Organization of Knowledge in Mass Media Information Systems, **Knowledge Organization**, v.41, n.3, p. 205-216, 2014.

GUIMARÃES, J. A. C. et al. Ethics in the Knowledge Organization Environment: an overview of values and problems in the LIS literature. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Cultural and Identity in Knowledge Organization**. Würzburg: ERGON. p. 340-346, 2008.

HJØRLAND, B. Epistemology and the socio-cognitive perspective in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 53, n. 4, p. 257-270, 2002.

_____. Deliberate bias in knowledge organization? In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). **Culture and Identity in**

Knowledge Organization: Proceedings of the Tenth International ISKO Conference, Montréal, 5-8 August 2008. Würzburg: ERGON. p. 256-261, 2008a.

_____. What is knowledge organization (KO)? **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008b.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: Domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v.46, n.6, pp. 400-425, 1995.

HUDON, M. Multilingual thesaurus construction: integrating the views of different cultures in one gateway to knowledge and concepts. **Knowledge Organization**, v. 24, n. 2, p. 84-91, 1997.

OLSON, H. A. Patriarchal structures of subject access and subversive techniques for change. **Canadian Journal for Information and Library Science**, v. 26, n. 2/3, p. 1-29, 2001.

_____. **The power to name**. Dordrecht: Kluwer, 2002.

OLSON, H. A.; SCHLEGL, R. Standardization, objectivity, and user focus: a meta-analysis of subject access critiques. **Cataloging & Classification Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 61-80, 2001.

WÜSTER, E. **Einführung in die allgemeine Terminologielehre und terminologische Lexikographie**. Teil 1-2. Springer-Verlag, 1979.

A análise discurso de Michel Pêcheux e a organização do conhecimento: possiblidades teórico-metodológicas

Thiago Henrique Bragato Barros
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 Introdução

Organização e Representação do Conhecimento (ORC) é uma área que contribui de forma fundamental para o desenvolvimento de metodologias no acesso à informação; neste sentido, têm-se apresentado uma série de desdobramentos ao desenvolvimento de linguagens, estruturas, classificações, ou seja, sistemas de organização do conhecimento.

A análise do discurso (AD) trata de um desdobramento teórico metodológico dos movimentos sociais e científicos ocorridos na França a partir dos anos 1960; busca-se, por meio deste artigo, a discussão dos aspectos da análise do discurso e a possiblidade de uso no universo da ORC.

Das teorias próximas ao discurso, alguns autores têm sido utilizados e lembrados como fundamentais à análise dos fenômenos epistemológicos da Ciência da Informação. Michel Foucault é sempre o mais lembrado por seu grande impacto em todas as Ciências Humanas e Sociais, contudo seu papel enquanto teórico do discurso é marginal a sua obra e à teoria do discurso. Ainda, outros autores basilares são lembrados neste percurso, como Jacques Derrida e o seu *Mal d'Archive: Une Impression Freudienne.* Denominados por alguns críticos como pós-modernistas, pós-estruturalistas ou estruturalistas especulativos. (DOSSE, 1993; GREGOLIN, 2006).

Especialmente nos trabalhos em que buscavam fugir de perspectivas positivas em território do campo por uma busca de

compreensão diferente das visões "tradicionais" da área, uma vez que as teorias francesas tiveram impacto "retardado" no Canadá, Estados Unidos, países que tradicionalmente têm se voltado ao estudo das questões discursivas na Ciência da Informação. Percebe-se Foucault na obra de Frohmann (1992; 1994; 2001, 2004), Campbell (2007) e Derrida na obra de Terry Cook (1997, 2001a, 2001b), Tom Nesmith (2002, 2004), entre outros.

Contudo, apesar da importância dada a estes dois autores e sua lembrança sempre presente em trabalhos onde eram discutidas as perspectivas antipositivas, pouco se trabalha estruturalmente e de forma transversal no que se relaciona ao discurso em si, especialmente quando as palavras "análise" e "discurso" aparecem nos títulos, resumos, palavras-chave, etc., de capítulos, livros e periódicos da ORC.

Pincipalmente, devido ao fato de estes trabalhos serem recentes e em terrenos distantes daqueles que, tradicionalmente, lidam com discurso. Países como a França e o Brasil têm discutido discurso e enunciação em ambiente universitário desde a década de 1980, completamente diferente do cenário norte-americano, onde as teorias da gramática transformacional de Chomsky e Análise Crítica do Discurso foram mais difundidas e, em alguns casos, confundidas com a análise do discurso francesa.

Assim, dois nomes e duas teorias são sempre esquecidos: Jean Jaques Coutine e Michel Pêcheux, a teoria da enunciação e o materialismo histórico, nas pesquisas que relacionam discurso, organização e ciência da informação.

É fundamental destacar que a AD é uma teoria comprometida, ou seja, compreende que que em toda produção textual existe uma visão enviesada, particular, filiada e que toma partido ao discurso que se inscreve e tem como seu fundador Pêcheux e seu projeto de AD, com um campo de conhecimento interdisciplinar, guiado pelo discurso enquanto um objeto teórico entendido, ao mesmo tempo, como acontecimento e estrutura.

Portanto, a visão do discurso como aporte teórico à OC, significa um novo eixo no âmbito das análises realizadas à construção de sistemas, abordagens e estudos. Justamente, por ver nos termos não só a questão dos conceitos, como tradicionalmente se trabalha em OC, mas olhar para a ideologia e às construções de sentido como históricas e sociais. Assim, a título de referência, os

sistemas de ORC são, basicamente, conforme Dahlberg postula,

> A organização e representação do conhecimento deve ser baseada em unidades de conhecimento — que são nada mais que conceitos. Conceitos consistem em elementos conceituais, ou características conceituais e esses são fatores pelos quais sistemas conceituais — e sistemas de classificação são sistemas conceituais — podem ser construídos. (1992, p. 21, *tradução nossa*).

Já, enquanto campo científico, a ORC pode ser fundamentada em vários eixos de estudo, especialmente, esses de acordo com Hjørland (2016) 1) Abordagens práticas e intuitivas, 2) Abordagens baseadas em consenso, 3) abordagens baseadas em análise de facetas, 4) Abordagens cognitivas e baseadas em usuários, 5) Análise de domínio e abordagens epistemológicas.

O discurso em sua vertente francesa, construída e concatenada por Michel Pêcheux, pode complementar abordagens voltadas à análise de domínio, abordagens epistemológicas e usos do conhecimento para além das perspectivas terminológicas e conceituais.

2 Demarcando o domínio da organização do conhecimento

A ORC enquanto campo representa uma especialização à Ciência da Informação, isto é, um palco de estudo institucionalizado socialmente e cientificamente dentro da área de Ciência da Informação para discutir teorias e metodologias relacionadas aos vários processos de representação e organização; " a organização do conhecimento [...] como um campo distinto, considerado hoje com uma subárea (ou com um link com a Ciência da informação.) " (Mazzocchi, p.54, 2018, tradução nossa.)

Ela é, portanto, um campo que buscará estudos sobre os aspectos da construção tesauros, vocabulários controlados, taxonomias, ontologias, ou seja, uma gama de instrumentos-processos que visam à busca e apropriação do conhecimento, tradicionalmente ligada à Ciência da Informação.

Assim, os processos tradicionalmente vinculados à ORC, evidentemente, estão atrelados às bibliotecas e à informação para a ciência. Nesse sentido, os processos de leitura, análise e construção

de linguagens especializadas estão, em sua maioria, relacionados a esse universo, porém, conforme a própria trajetória da ORC, a maior preocupação é o conteúdo e sua representação. Portanto, o discurso pode ser uma instância complementar à representação e análise, já que se pensa para além do que é dito, para o não dito.

O processo de construção desta área pode ser fundamentado nestes autores: "de Cutter (1837–1903), Richardson (1860–1939), Sayers (1881–1960) e, também of, Bliss (1870–1955), que usou o termo *Knowledge Organization* em dois importantes livros, *The Organization of Knowledge and the System of the Sciences*, datado 1929, and *The Organization of Knowledge in Libraries and the Subject-Approach to Books*, de 1933. (Mazzocchi, p. 55, 2018, tradução nossa).

Dahlberg deve ser sempre citada como uma pesquisadora que institucionaliza as práticas (discursivas) no campo da ORC. É o caso de textos do final dos anos 1970 e 1980, relacionados às questões conceituais da organização do conhecimento humano e o desenvolvimento da teoria do conceito.

No universo de atuação da KO, de acordo com Hjørland (2008), dois grandes grupos de ferramentas-processos podem caracterizá-la,; são eles: 1) processos de ORC: indexação, catalogação, análise de assunto, classificação; 2) sistemas de Organização e Representação do Conhecimento, gerados para esses processos. Sendo esses últimos os primordiais à efetiva organização.

Em Os *Knowledge organization system (*KOS), tendo por base Mazzocchi (2018) e Hjørland (2008), percebe-se que os sistemas são fundamentais à organização, porém sua maior problemática se dá pela mudança rápida que ocorre e continua a ocorrer. Essa difícil tarefa comum aos KOS é uma das maiores tarefas para seu desenvolvimento.

Em suma, é um termo utilizado para um campo vasto de itens, dentre eles as ontologias, os cabeçalhos de assunto, os tesauros e os esquemas de classificação. Tendo cada um deles uma função e um fundamento tecnológico distinto e usado em uma variedade de agrupamentos sociais. Seu objetivo final é cumprir com a missão da própria KO: facilitar a gestão e o acesso.

Acredita-se, aqui, portanto, em uma ORC integradora que vise contribuir para além de seu próprio campo de atuação,

tendo em vista auxiliar na construção de melhores sistemas de organização do conhecimento.

Hodge (2000, 1, tradução nossa): endossa essa perspectiva

> O termo sistemas de organização do conhecimento destina-se a englobar todos os tipos de esquemas para organizar informações e promover a gestão do conhecimento1. Sistemas de organização do conhecimento incluem esquemas de classificação que organizam materiais em um nível geral (como livros em uma prateleira), cabeçalhos de assunto que fornecem acesso mais detalhado e arquivos de autoridade que controlam versões variantes de informações importantes (como nomes geográficos e nomes pessoais). Eles também incluem esquemas menos tradicionais, como redes semânticas e ontologias. Como os sistemas de organização do conhecimento são mecanismos para organizar informações, eles estão no centro de todas as bibliotecas, museus e arquivos.

A ORC busca, então, trabalhar de forma aprofundada com a elaboração de sistemas, visando à representação de um determinado domínio. Acredita-se que o discurso pode ser uma forma completa à concepção destes sistemas ou desenvolvimento de análises discursivas, das práticas discursivas desta área.

Quadro 1: Dimensões das KOS na literatura da área
Fonte: Sousa et all (2012).

Almeida, Souza and Fonseca, 2011	Representational power, Seman- tic Expressiveness, Intelligibility (for Humans), Formalization (machine oriented)
Bergman, 2007	Semantic Strength, Time/Money
Guarino, 2006	Ontological Precision

Hodge, 2000	Structure and complexity, Relationship between terms, Historical function
Lassila & McGuinness, 2001	Ontology Level (formality of semantic relationships), logical reasoning
Obrst, 2004; Daconta et al, 2005	Semantic Strength
Smith & Welty, 2001	Complexity, logical reasoning
Soergel, 2001a and 2001b	Purpose, Coverage of concepts and terms, Sources, Quality of usage analysis, Conceptual analy- sis and conceptual structure, Terminological analysis, Use of precombination in the index lan- guage, Access and display, For- mat of presentation of the vocabulary, Updating
Tudhope, 2004	Entities (types, coordination, si- ze, depth), Relationships (types, expressiveness, formality), Typi- cal application to objects in do- main of interest (purpose), Rela- tionship applying concepts to objects in domain
Wright, 2006 and 2008	Communities of Practice, Sys- tematic resources, Non- systematic resources, Technology orientation, Degrees of indeter- minacy, Language & knowledge- oriented standards, Standards bodies
Zeng 2008	Structure, semantic relation- ships/functions

Fonte: elaborado pelo autor

A partir da tabela exposta, busca-se a síntese de um conceito de KOS. Tendo como base o descrito acima, é possível concluir que as KOS possuem as seguintes características em comum:1) Poder representativo 2) Formalização 3) Aspectos semânticos 4) Normalização 5) Inter-relacionamento.

Por outro lado, numa abordagem recorrente além dos sistemas de representação do conhecimento e a análise de domínio e, nesta perspectiva, acredita-se que o discurso pode ter um papel fundamental ao desenvolvimento de KOS e da própria concepção do que é dito do ponto de vista da formalização (das práticas discursivas) típicas da OC.

Hjørland e Albrechtsen (1995) formularam a análise de domínio como uma nova abordagem da ciência da informação. No artigo é enfatizada a natureza social, ecológica e orientada para o conteúdo do conhecimento em oposição às abordagens mais formais, semelhantes a computadores, que dominaram na década de 1980. No mesmo artigo é afirmado que o horizonte mais produtivo para a organização seria o estudo dos domínios do conhecimento como comunidades de pensamento **ou discurso**, que são partes da divisão do trabalho da sociedade. Desde então, esses objetivos representaram as principais características da análise de domínio.

Assim, desde a concepção, a questão do discurso aparece na análise de domínio, contudo é uma perspectiva enviesada e não analítica do discurso em si.

Por uma questão de retomada, são essas as 11 abordagens iniciais, propostas por Hjørland (2002) que, depois, foram revistas por Smiraglia (2015) e Tognoli e Guimarães (2015).

1. Produção e avaliação de guias de literatura e gateways de assunto;
2. Produção e avaliação de classificações especiais e tesauros;
3. Pesquisa sobre competências em indexação e recuperação de informações em especialidades;
4. Conhecimento de estudos empíricos com usuários em áreas temáticas;
5. Produção e interpretação de estudos bibliométricos;
6. Estudos históricos de estruturas de informação e serviços em domínios;
7. Estudos de documentos e gêneros em domínios do conhecimento;

> 8. Estudos epistemológicos e críticos de diferentes paradigmas, pressupostos e interesses em domínios;
> 9. Conhecimento de estudos terminológicos, LSP (linguagens para fins especiais) e **análise de discurso** em campos do conhecimento;
> 10. Estudos de estruturas e instituições em comunicação científica e profissional em um domínio;
> 11. Conhecimento de métodos e resultados de estudos analíticos de domínio sobre cognição profissional, representação de conhecimento em ciência da computação e inteligência artificial (grifo e tradução nossa).

Ainda que desde o texto inicial de Hjørland haja a questão da análise do discurso, não é essa análise do discurso comprometida sócio- historicamente a que nos filiamos; é uma visão reducionista da própria complexidade da análise do discurso e do tecido discursivo, presente nas produções textuais. Acredita-se, portanto, que a análise do discurso deveria ser a décima terceira abordagem à análise de domínio, entendendo a proveniência arquivista como a décima segunda.

Abordaremos essa questão a seguir, à medida que se apresenta a análise do discurso francesa e suas especificidades.

3 Análise do Discurso de Michel Pêcheux

A análise do discurso (doravante denominada AD) é um desdobramento teórico da efervescência filosófica, científica, política e social da França do final dos anos de 1960. Filia-se, portanto, aos estudos de discurso desenvolvidos por Michel Pêcheux e seus desdobramentos nos anos 1970 e 1980.

A AD, desde seu início, tratou de uma mudança de terreno em relação aos estudos da linguagem e da própria ideologia, suas filiações teóricas estão bem demarcadas entre o marxismo, por meio do materialismo histórico, a linguística, por meio da teoria de enunciação e do desenvolvimento de uma teoria própria filiada ao discurso; ou seja, trata-se, acima de tudo, de uma abordagem interdisciplinar e à esquerda do espetro político, mas não limitada a isso, conforme destacamos na introdução deste texto, bem diferente então de associar no mesmo eixo questões de discurso a questões terminológicas; são teorias que possuem objetivos totalmente diferentes.

Para a análise do discurso, a produção textual funciona como um objeto de inscrição daquele e da ideologia; o discurso é um espaço aberto, que parte da língua, já que a materialidade é o texto e é atravessado pela ideologia, circunscrito por sua própria historicidade, isto é, o discurso é, do ponto de vista de sua formulação, um acontecimento e uma estrutura. Um ato único e um ato coletivo. Textos filiam-se a posições ideológicas, históricas, sociais e culturais sem necessariamente se dar conta disso.

Na literatura sobre Análise do Discurso é possível encontrar, atrelada ao conceito de discurso, a metáfora que o relaciona a uma rede de sentidos que se transformam em um tecido discursivo. (BARROS, 2015).

Em Ferreira (2007, p.19), a relação metafórica é assim exposta:

> A rede, como um sistema, é um todo organizado, mas não fechado, porque tem os furos e não estável, porque os sentidos podem passar e chegar por essas brechas a cada momento. Diríamos, então, que um discurso seria uma rede e como tal representaria o todo; só que esse todo comporta em si o não todo; esse sistema abre lugar para o não sistêmico e o não representável.

O objeto da AD não é a língua em si ou suas produções. Portanto, distancia-se do conceito em si ou dos estudos terminológicos; no texto de Hjørland, o discurso parece deslocado e dissociado da realidade do que seu estudo representa. Quando estamos falando de análise do discurso, referimo-nos a outra ideia do que vem a ser o discurso e sua análise; significa, como a literatura da área que a enuncia: uma mudança de terreno que, devido a suas filiações teóricas, apresentarão resultados distintivos, sendo que o discurso necessita dos elementos linguísticos, implicações de uma exterioridade à língua. Ele tem reflexo no texto, mas envolve questões que vão além do âmbito linguístico; neste caso, seus aspectos ideológicos e sociais a que as palavras remetem quando são escritas ou faladas. (BARROS, 2015).

Havendo, então, "furos" no texto que remetem a sua construção social, ideológica, histórica, interpelados pela ideologia e pelo subconsciente. Por isso, pode dizer-se que o discurso é a "palavra em movimento, prática de linguagem". (ORLANDI, 2007, p.15).

Henry (1997, p.38) relata: "Existem muitos pontos de contato entre aquilo que Michel Foucault elaborou no que se refere ao discurso e aquilo que fez Michel Pêcheux, pelo menos no nível teórico. [...] Uma noção de 'formação discursiva' que tem alguns pontos em comum".

A noção de formação discursiva, como uma instância superior ao próprio discurso do texto, faz-se fundamental nesta perspectiva, à medida que os textos sempre remetem a sua exterioridade discursiva e ideológica. Orlandi (2007, p. 43) esclarece o seu funcionamento:

> O discurso se constitui em seus sentidos, porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. [...] deste modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

A formação discursiva constitui-se, então, um espaço do que pode ser dito em relação a um determinado "discurso", ou seja, o seu universo de formulação e de sua prática, assim as palavras não têm sentido nelas mesmas, seu sentido será determinado por instâncias psíquicas, ideológicas, sociais; a compreensão de enunciado e a produção de sentido não se dá na estrutura, mas no acontecimento. Dito isso, significa que à análise de domínio, o discurso representaria uma completude maior ao domínio analisado; para além das questões conceituais, estaria se refletindo a respeito das questões ideológicas, sociais e políticas do domínio, complementando, assim, a base para a construção de análises de domínios específicos, sistemas de organização de conhecimento (KOS), trabalhos de cunho epistêmico-metodológico.

A fim de exemplificar a perspectiva, podemos construir uma ontologia hierárquica e termológica a partir da teoria do conceito e da terminologia. Ela seria construída de uma forma "tradicional" numa relação termos/terminologia = conceitos.

A mesma ontologia construída, por intermédio da análise do discurso, poderia complementar essa construção numa relação termos+ conceitos+ formações discursivas/ideologias = conceitos.

Portanto, existiria uma desnaturalização e desfragmentação da construção de KOS e acreditamos que, neste sentido, a AD pode contribuir de maneira significativa à área, inclusive para além de questões sistêmicas, mas à concepção das coisas em si.

Analisar o discurso pressupõe um trabalho do analista, isto é: definir e delimitar o objeto que será analisado dentro de uma gama ampla e de uma infinidade de textos possíveis. Para se analisar um discurso, é necessária a construção de um corpus de análise. "O analista do discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. [...] Ele deve, igualmente, construir um observatório para si" (MAZIÈRE, 2007, p.23). Assim, há um potencial enorme de aplicação da análise do discurso arquitetada por Pêcheux, para a ORC, na análise de domínio e à construção de sistemas de organização do conhecimento.

Em relação à analise em si, é necessário que o analista tenha uma posição crítica voltada ao objeto analisado por meio de sua tomada de decisão e de suas posições, conforme já foi dito; estamos falando de uma teoria comprometida, que vê a tomada de posição como um fundamento à seleção dos textos e corpus de análise, ou seja, para Pêcheux, os textos, os sistemas e tudo que está circunscrito pela ação humana possui um viés que não passa da ação da ideologia, a estrutura do discurso. Porém, todo discurso parte de um ato, uma ação em si, uma autoria, isto é, um acontecimento.

Por exemplo, se estamos buscando representar um domínio político, significa deixar-se seduzir pelos enunciados e formações discursivas dos textos que se analisa.

Pecheux e Fruchs no seu célebre texto de 1975, que atualiza a análise automática do discurso, sintetizam os procedimentos para uma (possível) análise do discurso, do seguinte modo:

> Superfície linguística: entendida no sentido de sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. Trata-se aí de um "discurso" concreto, isto é, do objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 [inconsciente] e 2 [consciente], na medida mesmo em que é o lugar de sua realização, sob a forma, coerente e subjetivamente vivida como necessária de uma dupla ilusão;
>
> • Objeto discursivo: entendido como o resultado de transformação da superfície linguística de um discurso

> concreto, em um objeto teórico, isto é, em um objeto linguisticamente dessuperficializado, produzido por uma análise linguística que visa anular a ilusão n°2;
> • Processo discursivo: entendido como o resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies linguísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma dessintagmatização que incide na zona de ilusão–esquecimento n°1. (PECHEUX & FUCHS, p.180, 1975).

A AD por intermédio de sua abordagem visa desnudar a atuação da ideologia, esquecimento número 2, retirando do texto, por meio da teoria da enunciação, a parente naturalização presente nas produções textuais e, por fim, por meio da teoria do discurso, trabalhar a questão da dessintagmatização e chegar ao centro destes esquecimentos que é subconsciente.

Essa acepção tem sido utilizada para analisar uma série de discursos da área através do trabalho desenvolvido por Barros (2017). Já foram analisados códigos de ética em arquivologia (SILVA, BARROS, MORAES, 2018), políticas de indexação (GARCIA, REDIGOLO; BARROS, MORAES, 2019), conhecimentos tradicionais (DANTAS, BARROS, BENCHIMOL, MORAES, 2018), princípios arquivísticos (BARROS, 2017), descrição arquivística (MARTINS, BARROS, MORAES, 2019) e a International Society for Knowledge Organization (EVANGELISTA, BARROS, MORAES, 2018).

Análise do discurso ficará, por meio do texto de Pechêux, conhecida como uma teoria não subjetiva do sujeito, à medida que busca nos textos desvendar as relações entre as ideologias, as instituições e os sujeitos. Cabe, aqui, clarificar que é essa justamente a posição que foi visualizada ao longo da trajetória de pesquisa, desnudar ao menos as relações entre os textos técnicos e científicos e sua historicidade e ideologia. Filiando-se, portanto, à matriz francesa em análise do discurso, calcada, fortemente, nos estudos de Pêcheux sobre discurso.

4 Organização do conhecimento e análise do discurso

A OC, enquanto uma especialidade da ciência da informação representa uma maturidade acadêmica e cientifica desta área à

proporção que seus estudos vão se tornando mais especializados. Dito isso e tendo por base a literatura da área, é possível perceber que metodologias de estudo como análise de domínio são sistematizações e visam ao estabelecimento de paramentos, balizas metodológicas à replicação de um modelo, ou seja, estamos falando, realmente, de uma ciência verificável e replicável.

Desde seu início, a AD esteve presente em seus eixos, no entanto, sua aplicação parece colocar no mesmo bojo teorias distintas que em seu próprio percurso de enunciação se diferenciam. Terminologia, por exemplo, trata-se de uma teoria fundamentalmente da linguística, com profundas aplicações na CI, mas não um campo interdisciplinar de interseção como a AD.

Assim, sua aplicação deverá ser diferente. Buscamos destacar pesquisas que poderiam acontecer, utilizando a AD: 1) aspectos teórico- metodológicos dos domínios analisados; 2) construção de KOS auxiliares à representação dos domínios; 3) Ética informacional; 4) estudos aplicados a domínios específicos.

Portanto, fundamentalmente a AD, tem um grande potencial para complementar, metodologicamente, o campo por sua metodologia comprometida ideologicamente e socialmente.

AD no contexto da ORC significa uma mudança na compreensão do que é o sentido, como bem postula Orlandi (2007, p.44): "o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metaphora), que elementos significantes passam a se confrontar". Dito isso, significa que não há conceituação se não aquela comprometida com seu sentido e na justaposição que se constrói por meio da AD, a paráfrase para Orlandi, significa evidenciar o discurso, a posição, o dito e a ideologia. Todos os conceitos, termos, ideias, noções estão sujeitas a isso, ou melhor, *assujeitadas* a isso como bem disse, Pechêux ao longo da trajetória da AD.

Sendo assim, dispositivos da AD no contexto da ORC poderão contribuir de maneira significativa para uma melhoria na representação, tendo uma ferramenta auxiliar àquelas tradicionalmente trabalhadas no contexto da OC.

O 13 eixo da análise de domínio ficaria assim definido: 13. Análise do Discurso: as práticas discursivas do ponto de vista dos aspectos sociais, históricos e culturais da produção de discurso

do ponto de vista ideológico, e histórico dos domínios possíveis de serem analisados.

5 Considerações finais

Buscou-se, neste artigo, apresentar e conceituar noções fundamentais da Análise do Discurso em relação a sua história e memória, a fim de demarcar um espaço de atuação para a ORC, a partir da análise de domínio.

Pautaram-se as contribuições francesas para o aparecimento e criação da AD enquanto um campo interdisciplinar de estudo, do discurso enquanto um objetivo científico.

Destacaram-se, também, as possíveis relações entre A AD e a AC, enquanto campos de interseção teórica; considerou-se a desvinculação da análise do discurso enquanto um eixo próprio à análise de domínio. Por questões próprias e complexas da AD, da teoria da enunciação e o materialismo histórico, trabalhados em paralelo com a própria mitologia do discurso e a sua aplicação.

Desse modo, apresentou-se histórico-conceitualmente como a Análise do Discurso se desenvolveu e as formas de abordagem do discurso possíveis à ORC, quer em relação a sua *conceituação,* quer em relação às abordagens metodológicas, buscando facilitar e demarcar seu uso.

Construiu-se uma possível agenda de pesquisa para a relação ente essas áreas, especialmente impactante no contexto da análise de domínio enquanto um eixo de trabalho adicional.

Fundamentalmente, estudos interdisciplinares são recorrentes e importantes no âmbito da Ciência da Informação. Porém, é necessário o aprofundamento do estudo dessas relações e metodologias interdisciplinares.

Só desta forma é que será possível o uso e aplicação de AD no universo teórico da Ciência da Informação e organização do conhecimento.

Referências

BARROS, T. H. B. Discurso, documento e arquivística: trajetória de uma área. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, p. 97-110, 2017.

CAMPBELL, D. G. The Birth of the New Web: A Foucauldian Reading of the Semantic Web. **Cataloging & Classification Quarterly** 43 nos. 3-4: 9-20, 2007.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v.43, p.18-63, Spring, 1997.

_____. Fashionable Nonsense or professional rebirth: post-modernism and prac-tices of archives. **Archivaria**, v. 51, spring, p.14-35, 2001a.

_____. Archival science and post-modernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, vol. 1, n. 1, p.3-24 2001b.

DANTAS, C. F. N. ; BARROS, T. H. B. ; BENCHIMOL, A. C. ; MORAES, J. B. E. . A produção científica da UFPA sobre conhecimentos tradicionais: análise das teses e dissertações disponíveis no Banco de Teses da Capes. **INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação**, v. 9, p. 48-70, 2018.

DAHLBERG, I. Knowledge organization Its scope and possibilites. **Knowl.Org** v.20, No.4, p. 211-222, 1993

DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Campinas: Ed da Unicamp, 1.v. 1993

_____. **História do estruturalismo.** Campinas: Ed da Unicamp, 2.v. 1994.

EVANGELISTA, I. V.; BARROS, T. H. B. Bragato; MORAES, J. B. E. . Uma análise do discurso da dimensão cultural da International Society for Knowledge Organization. **Informacao & Sociedade-Estudos**, v. 28, p. 37-47, 2018.

FERREIRA, M.C.L. O quadro atual da análise do discurso no Brasil um breve perâm-bulo. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (orgs.). **Michel Pêcheux e Análise do discurso:** uma relação de

nunca acabar. 2 ed. São Carlos: Claraluz, Cap. 1, p.13-22. 2007.

FOUCAULT, M.. **A ordem do discurso**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola. 1996

_____. **A arqueologia do saber**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense. 1997.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FROHMANN, B. The Power of Images: a Discourse Analysis of the Cognitive Viewpoint. **Journal of Documentation** v. 48, n.4: p. 365-86. 1992.

_____. Discourse Analysis as a Research Method in Library and Information Science. **Library and Information Science Research**, 16: 119-38. 1994.

_____. Discourse and Documentation: some Implications for Pedagogy and research. **Journal of Education for Library & Information Science**, v.42, p.13-26, 2001.

_____. **Deflating Information**: From Science Studies to Documentation University of Toronto Press, Scholarly Publishing Division. 2004.

GARCIA, V. C. ; REDIGOLO, F. M. ; BARROS, T. H. B. ; MORAES, J. B. E. . POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E SEUS SENTIDOS: um estudo a partir da Análise do Discurso. **Informação & Informação (Online)**, v. 24, p. 169-189, 2019.

HJØRLAND, B. Nine principles of knowledge organization. **Advances in Knowledge Organization, v.** 4, p.91-100, 1994.

_____. Domain analysis in information science. Eleven approaches — traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n. 4, p. 422-462, 2002a.

_____. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowl. Org.**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

_____. Knowledge organization. **Knowl. Org**. v.43, n 6: p.475-84, 2016. Disponível também em Hjørland, B., ed. ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization, http://www.isko.org/cyclo/knowledge_organization.

HODGE, G. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington, D.C., 2001. The Digital Library Federation Council on Library and Information Resources. Disponível em www.clir.org/pubs/abstract/ pub91abst.html

MARTINS, W. R.; BARROS, T. H. B.; MORAES, J. B. E. Perspectivas discursivas na formação do conceito de descrição da informação em arquivística. **ÁGORA** (FLORIANOPOLIS), v. 29, p. 1-13, 2019.

MAZIÈRE, F. **L´Analyse du Discours**. Paris: Presses Universitaires de France. 2005.

MAZZOCCHI,F.. Knowledge organization system (KOS): an introductory critical account. **Knowl. Org**. v.45, n. 1, p.54-78, 2018.

NESMITH, T. Seeing Archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives American archivist, **Archivaria**, v.50, p.90-132, 2002.

_____. What's History got to do with it?: reconsidering the place of historical knowledge in archival work, **Archivaria**, v. 57, p. 200-240, 2004.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

_____. A análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: FERREIRA, M.C.L.; INDURSKY, F. (Org.). **Michel Pêcheux e Análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. 2.ed. São Carlos: Claraluz, Cap.5, p.75-88. 2007

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1975, p.163-252.

SILVA, A. P. ; BARROS, T. H. B. ; MORAES, J. B. E. O discurso da imparcialidade em códigos de ética do arquivista. ÁGORA (FLORIANOPOLIS), v. 2, p. 213-226, 2018.

SMIRAGLIA, R. P. **Domain analysis for knowledge organization**: Tools for ontology extraction. Oxford: Chandos Publishing, 2015

SOUZA. R. R. et all. Towards a taxonomy of KOS. **Knowl. Org**. v. 39, n.3 p.179 -192, 2012.

TOGNOLI, N. T. GUIMARÃES, J. A.C. Provenance as a domain analysis approach in archival knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 8, p. 562-569, 2018

Wittgenstein na e para a epistemologia da organização do conhecimento: indícios de um longo diálogo filosófico a partir de Cadernos (1914-1916) e Fichas (Zettel)

Gustavo Silva Saldanha
Departamento de Estudos e Processos Biblioteconômicos
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

1 Introdução: preâmbulos à presença histórico-teórica de Wittgenstein na organização do conhecimento

> Imaginem que tivéssemos de arrumar os livros de uma biblioteca. Quando começamos, os livros estão em desordem no chão. São muitas as maneiras de os classificar e de os pôr nos seus lugares. Uma delas seria agarrar os livros um a um e pô-los na prateleira nos seus lugares corretos. Por outro lado, poderíamos pegar em vários livros e pô-los em fila numa prateleira, simplesmente para indicar que esses livros devem dispor-se nessa ordem. No decurso da arrumação da biblioteca, esta fila de livros terá na sua totalidade de mudar de lugar. Mas seria errado dizer que, por este motivo, o facto de lhes terem todos sido postos numa prateleira não representava um processo com vista à obtenção do resultado final. Neste caso, de facto, é bastante evidente que os termos arrumado numa mesma fila, como lhes competia, é algo definitivo que conseguimos, mesmo que tenhamos de mudar toda a fila. Mas **algumas das mais importantes realizações da filosofia apenas podem ser comparadas com o facto de pegar em alguns livros que, aparentemente, deveriam estar juntos e colocá-los em prateleiras diferentes**; nada é definitivo senão o facto de já não se encontrarem juntos. Alguém que assista e que desconheça as dificuldades da tarefa poderá pensar que nesse caso nada foi alcançado. — A dificuldade em filosofia consiste em não dizer mais do que se sabe, por exemplo, em compreender que, quando

> se juntaram corretamente dois livros, tal não significa que eles se encontram nas suas posições definitivas. (WITTGENSTEIN, 1992a, p. 84-85, grifo nosso).

A longa epígrafe que abre esse texto apresenta sua razão no objeto de investigação aqui tecido: a relevância das argumentações wittgensteinianas para a organização do conhecimento (OC). Pela via da filosofia da linguagem do filósofo austríaco da primeira metade do século XX, a estrutura lógica e a coestrutura discursiva de ordenação do mundo pelos gestos linguísticos se encontram. O fragmento acima reproduzido, escrito na virada dos anos 1920 para 1930, demarca a fronteira do pensamento de Wittgenstein, o lugar da passagem — sempre, todavia, o *lócus* do reencontro. A metáfora da posição dos livros na estante, tão carnal ao desenvolvimento bibliográfico de uma OC, ontem e hoje, é apenas um pequeno indício perante o vasto sítio, ainda, submerso de achados teórico-metodológicos de origem wittgensteiniana. Sob essa filosofia se constitui um horizonte de fundamentos da epistemologia da OC, aqui brevemente explorado. Um alerta é necessário desde já: toda a obra wittgensteiniana é um profundo mergulho nas correlações entre teoria do conhecimento, ética e estética. É a partir de tal confluência de profundidade considerável que, direta ou indiretamente, a OC encontrará subsídios ao seu desenvolvimento.

Escrito intencionalmente ao som da filosofia estético-místico-técnica dos álbuns África Brasil, de Jorge Ben Jor (1976) e Quanta, de Gilberto Gil (1997), esse ensaio é fruto de 13 (treze) anos de pesquisa em torno da filosofia da linguagem, da filosofia da informação, da epistemologia da Ciência da Informação (CI) e da construção metateórica da OC. Essa trajetória tem no filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein o principal companheiro de viagem. A questão da linguagem coloca Wittgenstein no centro de diferentes abordagens informacionais, com clara e manifesta aderência aos problemas teóricos e aplicados da OC. Em outros termos, com a obra wittgensteiniana podemos ir da abordagem analítica, corresponsável pelo desenvolvimento de ferramentas eletrônicas no século XX, sob os auspícios da epistemologia neopositivista, aos estudos culturais que abrem a fundamentação da OC para uma teoria crítica das práticas de ordenação do mundo registrado.

A compreensão do percurso de formação das principais ideias das chamadas "duas fases" do pensamento wittgensteiniano — a saber, a primeira de fundo lógico, a segunda de fundo pragmático — nos coloca no coração de parte dos conceitos fundamentais de uma epistemologia da OC, como "representação", "classificação", "arbitrariedade", "organização', "definição", "uso", "conhecimento". Ora direta, ora indireta, essas influências lançam Wittgenstein como fonte sempre atual de discussão sobre as práticas de representação e de classificação de artefatos, palavras e sujeitos. A partir de uma das interpretações clássicas da doxografia do filósofo, tais abordagens podem ser ainda consideradas ora antagônicas, ora convergentes. No contexto amplo da CI, diferentes são as formas de apropriação do pensamento wittgensteiniano, da epistemologia à tecnologia, tendo a OC como um solo dos mais férteis de diálogo teórico-metodológico.

A reflexão visa a um panorama do pensamento wittgensteiniano aplicado à OC no contexto brasileiro e internacional. O foco central está no conjunto de apropriações realizadas, centralmente, de modo direto nos últimos 30 anos. As abordagens indiretas de diálogo com o filósofo também são, aqui, exploradas, de modo a apontar os caminhos para outras interpretações da obra de Wittgenstein no contexto das práticas de representação e de organização do conhecimento registrado. Está em questão aqui, principalmente, a epistemologia da OC e sua conformação histórica.

O percurso final nos leva a considerar o pensamento do filósofo, dado o itinerário de influências diretas e indiretas de Wittgenstein na OC, como uma espécie de espelho de parte dos grandes dilemas filosóficos do domínio, principalmente nas travessias da lógica e da pragmática como margens complementares para o desenvolvimento de ideias e de instrumentos, que nos permitem acesso ao mundo simbolicamente registrado. O método é, pois, acompanhado de um caminhar junto da exposição das ideias do filósofo austríaco à identificação e extração de modos de compreensão do real que tocam, objetivamente, as questões centrais da teoria e da aplicação em OC.

No território empírico, procuramos a inovação na interpretação wittgensteiniana na OC para além das obras, que marcam a consolidação do pensamento do filósofo, naquelas que são consideradas suas duas fases de pensamento, a primeira

marcada pelo Tratado Lógico-Filosófico, a outra pela obra Investigações Filosóficas. Ambas, já mais amplamente exploradas no solo epistemológico-informacional, aqui também estão. Entretanto, a escolha para esse ensaio se coloca objetivamente envolvida por duas obras de apresentação das ideias por trás dessas obras seminais, a saber, Cadernos (1914-1916) e Fichas (Zettel).

Dentre outras compilações de registros do pensamento de Wittgenstein, nós podemos encontrar nas duas obras alguns guias centrais às não tardias reflexões lógica e pragmática, percurso que impactará objetivamente a OC. Insistimos: a escolha pelo percurso de duas obras mais obscuras e pouco adotadas na interpretação wittgensteiniana, no entanto, não anula o recurso aos clássicos trabalhos polares — Tratado Lógico-Filosófico e Investigações filosóficas, nem aqueles mais adotados na compreensão da mudança de direção do pensamento wittgensteiniano, como O Livro Azul e O Livro Castanho ou, ainda, Gramática Filosófica e Observações Filosóficas, todas fontes aqui referenciadas. O fato da escolha está justamente no recurso a outras fontes complementares, devido ao que já fora explorado na literatura em CI e em OC sob e sobre Wittgenstein — principalmente a imersão por nós já realizada a partir do filósofo em 2008. (SALDANHA, 2008a,b,c).

2 Entre Cadernos (1914-1916) e Fichas (Zettel): garimpando as duas fases do pensamento wittgensteiniano

> [...] nardo e açafrão, canela e cinamomo, com todas as árvores de incenso, mirra e aloés, com os bálsamos mais preciosos. [...] (BÍBLIA, Cântico dos Cânticos, s.p. 2019).

A questão da linguagem coloca o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein no centro de diferentes abordagens em OC, ora contrárias, ora interdependentes. A partir de uma das interpretações clássicas da doxografia do filósofo, tais abordagens podem ser divididas entre uma perspectiva analítica (formal), a mesma que fundara o Círculo de Viena (escola neopositivista, que buscava na lógica a solução para os problemas filosóficos), oriunda do chamado "primeiro Wittgenstein" e, outra, de fundo contingencial (pragmática), advinda do "segundo Wittgenstein", direcionada ao contexto ordinário de formação da linguagem.

Essa classificação recebe um consenso na interpretação do filósofo, mas é considerada, ao mesmo tempo, problemática, na medida em que pode afastar o percurso socio-histórico de desenvolvimento das ideias de Wittgenstein e a própria argumentação do filósofo, que se preocupava com a publicação conjunta das duas obras que sintetizariam esses "estágios" de sua reflexão, como já mencionado, o Tratado Lógico-Filosófico (livro publicado em 1921) e as Investigações Filosóficas (obra póstuma, não concluída, publicada em 1953).

Como antes colocado (SALDANHA, 2008), Wittgenstein nasceu em uma Viena marcada pela ascensão tardia da cultura da Modernidade e pela decadência do Império Austro-Húngaro, um imenso corpo político que podia receber as mais diferentes denominações. Desta forma, na Viena de 1900, debater o tema "representação" era algo circunstancial. (JANIK; TOULMIN, 1991). Inúmeros povos constituíam o império, como alemães, eslovenos, iugoslavos, tchecos, romenos, italianos, poloneses, húngaros, croatas, saxões, rutenos, sérvios, transilvanos. É neste complexo de culturas que nascerá no jovem filósofo Ludwig o interesse pela linguagem — no princípio, os limites dela; posteriormente, sua dinâmica.

Ao longo da década 1920, enquanto o Tratado Lógico-Filosófico começava a repercutir — os estudos no Círculo de Viena passam a conferir grande ênfase à obra, a partir de 1929 — Wittgenstein inicia uma outra linha filosófica, orientada para uma "gramática primitiva", ou seja, para a pluralidade de estruturas não lógicas do mundo social. É o princípio de sua aproximação ao pragmatismo. Em 1932, o traço antropológico do método filosófico de Wittgenstein começou a aparecer. É a partir deste período que o filósofo discute o que se tornaria um de seus principais conceitos: os jogos de linguagem. (SALDANHA, 2008).

O itinerário do pensamento de Wittgenstein, a partir de uma crítica da linguagem no contexto da filosofia, deixa em suas ideias um conjunto de indícios extremamente aderentes aos problemas da OC. Esses indícios demarcarão a apropriação de seu pensamento no domínio. Dentre os principais, consideramos centralmente os dilemas da representação e da apresentação da realidade simbolicamente registrada. Para compreender essas apropriações, caminhemos por duas obras de formação das

ideias do "primeiro" e do "segundo" Wittgenstein, à procura das expressões lógica (formal) e pragmática (ordinária) de seu pensamento.

• O grau zero da classificação: dentro das anotações de 1914-1916

> Foi Hermes Trismegisto quem escreveu / Com uma ponta de diamante / Em uma lâmina de esmeralda, ele escreveu / O que está em baixo / É como o que está no alto / O que está no alto / É como o que está em baixo, ele escreveu. (JOR, Jorge Ben. Umbabarauma — Álbum África Brasil, Philips, 1977).

"Por trás" do Tratado Lógico-filosófico, encontramos um dos poucos trabalhos de registros de pensamento não destruídos por Wittgenstein antes da publicação de sua grande obra de impacto na filosofia. Dentre estes trabalhos se identifica o conjunto de anotações em cadernos, datado do período de 1914 a 1916 quando, no contexto da 1ª Guerra Mundial, o filósofo austríaco lutara como soldado. Aqui, as reflexões sobre lógica, ética e religião que marcam o Tratado de 1921 podem ser visualizadas em suas primeiras argumentações.

Nos Cadernos (1914-1916), Wittgenstein (1998) procura desvelar a lógica de constituição do real (o que está em cima, por baixo, o que espelha a estrutura do sentido) — "Só a realidade interessa à lógica" (WITTGENSTEIN, 1998, p. 19) — a partir da própria reflexão lógica autônomo (ou apriorística). "A lógica tem de cuidar de si própria", afirma o filósofo (WITTGENSTEIN, 1998, p. 9). Essa posição de independência da lógica nos leva a sua substancialização como método para resolução dos problemas do mundo (a partir da linguagem). A representação lógica do mundo, na visão wittgensteiniana dessa fase, não pode "falhar". As relações "têm que ser lógicas" para que uma da existência seja garantida. (WITTGENSTEIN, 1998, p. 17).

Se a lógica, então, cuida de si própria, argumenta Wittgenstein (1998, p. 22), logo temos de ver como ela o faz para resolver nossos problemas. Postula-se, pois, nos Cadernos redigidos na 1ª Guerra Mundial, a máxima do poder da lógica na formação do pensamento que logo constituirá o Tratado Lógico-filosófico:

> Um enunciado não pode dizer respeito à estrutura lógica do mundo, pois para uma asserção se sequer possível, para uma proposição PODER ter SENTIDO, deve já o mundo ter a estrutura lógica que precisamente tem. A lógica do mundo é prévia a toda a verdade e falsidade. (WITTGENSTEIN, 1998, p. 27, grifo do autor).

Desta maneira, a estrutura do mundo é independente de um dado complexo de termos (estes que só servem, em sua variabilidade, como peças sem função de verdade na sistemática lógica do mundo). Wittgenstein (1998, p. 29) recorre à metáfora da construção do real pela via lógica para demonstrar que, "via o auxílio dos seus andaimes lógicos", a proposição edifica o mundo. Tal proposição (feita de palavras) necessariamente precisa conter (e, assim, mostrar) sua possibilidade de verdade (posto que não pode conter a própria verdade). Para exercício adequado da "demonstrabilidade", considerando-se a variabilidade e a instabilidade da palavra espraiada no real, faz-se necessária a arbitrariedade como fundamento. Em síntese,

> Na proposição, algo tem de ser idêntico à sua referência, mas a proposição não pode ser idêntica à sua referência, portanto, algo nela terá de *não* ser idêntico à sua referência. (A proposição é uma forma com os traços lógicos do representado e ainda com outros traços, mas estes serão arbitrários e diferentes em diferentes linguagens de sinais.). Tem de haver, portanto, diferentes formas com os mesmos traços lógicos; o representado será um destes, e tratar-se-á, no representado, de distinguir este das outras formas com os mesmos traços lógicos (de outro modo, a representação não seria clara). Esta parte da representação (a atribuição de nomes) deve, então, ocorrer mediante determinações arbitrárias. Toda a proposição tem, por conseguinte, de conter traços com referências arbitrariamente determinadas. (WITTGENSTEIN, 1998, p. 29).

Na abertura do álbum Quanta, de Gilberto Gil, os primeiros acordes umbrais nos demonstram o maravilhar-se de Wittgenstein diante do milagre lógico: só ela, a arte lógica, poderia nos colocar diante da comensurabilidade absoluta — e futuramente providenciar, na técnica, uma ferramenta universal de troca de dados, do elétron ao quantum. A relação entre

linguagem e mundo atravessa, pois, a partir da compreensão da lógica, a necessidade de compreensão da "definição". Para as anotações dos Cadernos, a definição "é uma tautologia e mostra relações internas entre ambos os seus membros!". (WITTGENSTEIN, 1998, p. 32). A representação do mundo é, pois, a procura pela estrutura lógica de representação e a determinação lógica (interna) pela relação entre termo e coisa, ou seja, "a relação interna entre a proposição e a sua referência, o modo de designação — é o sistema de coordenadas que figura o facto na proposição. A proposição corresponde às coordenadas fundamentais". (WITTGENSTEIN, 1998, p. 35).

A interpretação lógica do mundo leva Wittgenstein (1998, p. 37) a negar a classificação na estruturação do real — "Na lógica não há justaposição, não pode haver nenhuma classificação". O fim (finalidade) da classificação se torna seu próprio desaparecimento, dada sua inutilidade lógica: se toda a estrutura já está significada pela lógica estruturante (sem a confusão à profusão de termos), uma outra relação que não seja a relação lógica só pode ser inútil.

Antes de decretar a morte da classificação, todavia, a teoria lógica do real aqui constituída se coloca como a procura pelo ideal da classificação como estrutura, também, lógica dos termos. A busca pelo espelhamento entre pensamento e realidade retoma uma figuração ontológica do mundo — como feito em Hermes Trismegisto, reportado em África Brasil de Jorge Bem Jor: tudo está dado conforme uma estrutura de significação exata em cima e em baixo; o que está fora dessa ordem, não possui sentido; está fora de toda a ontologia.

• O jogo assim como ele é improvisado: no labirinto das Fichas (Zettel)

> Joga bola, joga bola, corocondô / Joga bola, joga bola, jogador (JOR, Jorge Ben. Umbabaruma — Álbum África Brasil, Philips, 1977).

Em Fichas (Zettel) aparece alguns dos registros mais importantes do pensamento de Wittgenstein: o conceito de "jogo de linguagem". Um dos termos mais reproduzidos do léxico wittgensteiniano, trata-se de um dos marcos pontuais de uma

dada viragem na interpretação wittgensteiniana do mundo, entre o final dos anos 1920 e a década de 1930. Em termos filosóficos, tratar-se-ia da passagem de uma compreensão lógica para uma compreensão pragmática do real. O jogo possui regras (e não leis); as regras são mutáveis; e o jogador (principalmente o craque e o artilheiro ou o ponta de lança, como Umbabarauma) é o movimento que confere vida (via o uso) à transformação do jogar.

Pontualmente, os primeiros registros de Fichas são datados de 1929 e cobririam anotações não publicadas em outras obras póstumas que foram registradas em cadernos por Wittgenstein até o fim dos anos 1940. Em outros termos, os fragmentos presentes em Fichas repercutem toda a fase de (re) construção conceitual da obra do filósofo austríaco em uma direção pragmática, quando obras mais conhecidas como O Livro Azul, O Livro Castanho e, centralmente, Investigações Filosóficas, foram igualmente elaboradas.

Em Fichas, pergunta-se Wittgenstein (1981, p. 17): "Sinto-me inclinado a dizer: Eu 'aponto' *em diferentes sentidos* para este corpo, para sua forma, cor, etc. — Que isto quer dizer?". Inicia-se aqui um longo questionamento sobre a linguagem como representação do real. Esse caminho nos conduz à apresentabilidade — a linguagem como forma dinâmica de construção do real pela via do significado aberto, porém contido em regras (e não leis), mutáveis e localmente tecidas. A premência da relação entre lógica e pragmática está ainda em jogo. Alerta-nos o filósofo: "Como tudo o que é metafísico, a harmonia entre pensamento e realidade deve encontrar-se na gramática da língua". (WITTGENSTEIN, 1981, p. 27).

Tal harmonia, estruturada na lógica, já não é possível: a gramática da língua é culturalmente tecida. O filósofo austríaco recorre, pois, a um conjunto de exemplos de jogos para discutir as relações distintas da lógica com as quais a linguagem tece significados a partir do uso — Umbabarauma frente a frente com o beque central. Das regras localmente tecidas de cada jogo, como o jogo de cartas, inicia-se o processo de compreensão das distintas formas de elaboração do real. Postula-se, pois, através da própria experiência de descrição do pensamento em ação — como uma metaconversação — a noção de jogo de linguagem (fragmentos § 98 e § 99 das Fichas, presentes em Wittgenstein

(1981, p. 34-35)): esta servirá inicialmente como método para exemplificação de modos como dialogamos com o mundo a partir dela, da linguagem. O raciocínio (lógico) começa a ser afastado por um olhar aplicado ao real da linguagem — "Na verdade, onde a linguagem não é utilizada, por que falar de 'pensar'"? (WITTGENSTEIN, 1981, p. 37-38).

O jogo de linguagem com a palavra "pensar" coloca Wittgenstein (1981) perante uma aporia lógica que pode ser um dos reflexos centrais da viragem de seu pensamento. Entre os fragmentos § 110 e § 116, as teses pragmáticas nascituras wittgensteinianas estão claras ao nosso ver. O convite a visitá-los, na íntegra, é intencionalmente a proposta de reflexão sobre a sua relevância. Reconheçamo-los:

> § 110. 'Pensar', um conceito amplamente ramificado. Um conceito que implica muitas manifestações da vida. Os fenômenos do pensamento estão amplamente espalhados.
> § 111. Não estamos, de modo algum, preparados para a tarefa de descrever o uso de, por exemplo, a palavra 'pensar'. (E por que haveríamos de estar? Em que nos é útil tal descrição?) E a ideia ingénua que se faz sobre ela não corresponde de todo à realidade. Esperamos um contorno macio e regular e o que nos é dado ver é esfarrapado. Aqui poder-se-ia realmente dizer que construímos uma imagem falsa.
> § 112. Não se deve esperar que esta palavra tenha uma utilização uniforme; deve antes esperar-se o contrário.
> § 113. De onde retiramos o conceito 'pensar', que aqui queremos considerar? D a linguagem do dia-a-dia. O que primeiro fixa a direção da nossa atenção é a palavra 'pensar'. Mas a utilização desta palavra é confusa. Nem podemos esperar outra coisa. E isto pode naturalmente dizer-se de todos os verbos filosóficos. O seu emprego não é tão claro nem tão fácil de abranger sinopticamente, como o dos termos de mecânica, por exemplo.
> § 114. Aprendeu-se a palavra 'pensar', isto é, a sua utilização em certas circunstâncias, as quais, contudo, não se aprende a descrever.
> § 115. Mas posso ensinar alguém o uso da palavra! Com efeito, uma descrição não é necessária para tal.
> § 116. Apenas lhe ensino a palavra em determinadas circunstâncias. (WITTGENSTEIN, 1981, p. 38, grifos do autor)

Assim como o ponta de lança africano de Jorge Ben Jor,

Umbabarauma, o jogo (como o de futebol) é jogado sob regras pré-definidas, mas o drible e o gol serão sempre um outro jogo dentro do jogar — que o diga um certo ponta de lança.

• Esboço de uma síntese: entre o cântico e o quântico

> Cântico dos cânticos / Quântico dos Quânticos. (GIL, Gilberto. Quanta. Album Quanta — Warner Music; 1997).

Sob uma vertente filosófica, podemos sintetizar, de modo geral, que a representabilidade do mundo é a luta central de Wittgenstein em sua primeira fase — entre o quântico e o cântico. Essa luta consolida o método analítico de compreensão do modo como agimos no mundo. Essa condição da representabilidade é fundamental para o método formal (de teorização, de ensino e de aplicação) da organização do conhecimento. O mesmo terá reflexos diretos e indiretos no domínio, entre a perspectiva da teoria da classificação e do mecanicismo informacional, como mais a seguir apontaremos.

Por outro lado, a apresentabilidade do mundo concebe a tentativa de perceber os *pragmata* (ação) como método de interpretação do sujeito que interage no real constituído pela própria articulação da linguagem. Essa condição aproxima a perspectiva wittgensteiniana de um solo social, orientada ao uso da linguagem como modo de estabelecimento das relações da e para a realidade. Esse caminho, por sua vez, trará reflexos claros na organização do conhecimento no desenvolvimento de teorias da alteridade no domínio.

3 Wittgenstein na epistemologia da organização do conhecimento: correntes de recepção e outras sombras não antevistas

> Num caso, fazemos um lance num jogo existente; no outro, estabelecemos uma regra do jogo. Mover uma peça poderia conceber-se destas duas maneiras: como um paradigma para lances futuros, ou como um lance num jogo real (WITTGENSTEIN, 1981, p. 76).

Como já investigado em Gracioso (2008), Saldanha

(2008a,b,c), Gracioso & Saldanha (2011) e Saldanha & Gracioso (2016), a obra wittgensteiniana, em seus primeiros passos, dedica-se centralmente à procura pelo fundamento lógico do real. No entanto, o foco inicial de apropriação wittgensteiniana na OC se dá estruturalmente pela pragmática. Os anos 1990 podem ser considerados, do ponto de vista da influência objetiva, o momento central da presença de Wittgenstein nas discussões sobre a organização do conhecimento. Esse contexto é cartografado em diferentes leituras epistemológicas do campo informacional, orientadas para uma reflexão de ordem social e linguística da realidade.

Parte dessa reflexão epistemológica e histórica está presente em Saldanha (2014) e Saldanha e Gracioso (2014), respectivamente, com foco na filosofia da linguagem presente na OC (tendo Wittgenstein como pressuposto central) e com foco na construção das apropriações filosófico-linguísticas wittgensteinianas na América Latina, a partir da pragmática e da linguagem ordinária.

É nesse contexto que Rafael Capurro (2003) — que antes (CAPURRO, 1992) já nos atentara — apontará para uma viragem do campo informacional, de fundo pragmática, que tem Wittgenstein como uma influência fundamental para o desenvolvimento das práticas relativas à ordem e à representação do conhecimento. Especificamente, Capurro (2003) está apontando para outra fonte de diálogo indireto wittgensteiniano — Hjorland e Albrechtsen (1995) e a análise de domínio, com histórico impacto no desenvolvimento teórico da OC. O eco filosófico encontra sede, porém, centralmente nos estudos da pragmática para a OC, realizados por Jacob & Albrechtsen (1999).

Bernd Frohmann (1990, 1992) pode ser considerado um dos focos centrais desta abordagem de recepção direta — ao lado de outros neodocumentalistas, como Day (2005). Como afirma o olhar frohmanniano em 1990, na crítica ao modelo de desenvolvimento da indexação, Wittgenstein nos conduz a um caminho de afastamento das ilusões da linguagem. Em outros termos, como aponta o pesquisador, as interpretações wittgensteinianas sobre linguagem nos permitem compreender as gramáticas dinâmicas estabelecidas por aquela e suas ficções.

O foco central do modo de conceber a linguagem em

Wittgenstein demonstra-nos, conforme a leitura de Frohmann (1990), que estamos diante de uma construção de regras (não de leis, de imperativos), quando tratamos de figurações conceituais. Conclui o pesquisador,

> The implication of the Wittgensteinian shift in the conception of rules is that questions such as these belong at the centre rather than at the margins of theoretical reflection on information retrieval. There are doubtless many other important questions; the sample presented here is not intended to be exhaustive. It offers little more than a gesture in what, by Wittgenstein's lights, is a direction of fruitful inquiry for information retrieval. **The route indicated travels from the assumption that retrieval systems depend upon rules governing the derivation of indexing phrases from texts, through the site of Wittgenstein's reminder that following a rule is a practice**, to the requirement that in order to construct rules we need to know the game we are playing. (FROHMANN, 1990, p. 99, grifo nosso)

Na América Latina, como mapeado em Saldanha & Gracioso (2014), o pensamento de Wittgenstein recebe um olhar pontual sobre suas principais contribuições. Este mapeamento foi desenvolvido principalmente no diálogo estabelecido nos anos 1990 entre o pensamento brasileiro e o pensamento mexicano. Da epistemologia da CI até uma teoria do conhecimento para a OC, a estrutura desta influência está dada no olhar de Maria Nélida González de Gómez (1993, 1996), Miguel Ángel Rendón Rojas (1996), Antonio García Gutiérrez (2003, 2013), Maria Sallet Novellino (1998), Luciana Gracioso de Souza (2008, 2010), Gustavo Silva Saldanha (2008), Cláudia Guerra (2010, 2016), Vinícios Souza de Menezes (2018).

As influências "diretas" do pensamento de Wittgenstein para a OC não podem ser isoladas de um contexto sócio-histórico de compreensão da realidade — uma outra gnosiologia em construção no mundo na primeira metade do século XX — e na repercussão deste contexto. Assim, se não encontramos uma dinâmica de diálogo direto, inicialmente, na teoria da classificação facetada e na teoria do conceito, por exemplo, dois dos focos fundacionais da OC, as reflexões do filósofo austríaco podem claramente ser identificadas ali. Em Shiyali

Ranganathan e em Ingetraut Dahlberg encontramos tanto a abordagem analítica, como a abordagem pragmática, sendo partes estruturais das teorizações. Deixamos as observações sobre essas relações para a síntese a seguir.

Consideradas as influências diretas e indiretas do pensamento de Wittgenstein, podemos identificar as tendências da "sombra" do pensador austríaco no desenvolvimento de uma teoria geral da OC.

- **Mecanicismo representacional e recuperação da informação**: a história da "automação" dos sistemas bibliográficos tem no filósofo austríaco um panorama seguro para seu aprimoramento. Se não aparece nos discursos historiográficos clássicos do processamento de dados, a teoria analítica de Wittgenstein é uma estrutura fundamental à formalização da recuperação da informação — entre Norbert Wienner, Vannevar Bush, Claude Shannon & Warren Weaver. Deste modo, o processamento eletrônico pós-2ª Guerra Mundial será constituído e aprimorado nas décadas seguintes justamente a partir de uma abordagem lógica, estruturada em uma visão representacional do conhecimento, que tem na teoria analítica wittgensteiniana uma profunda fundamentação filosófica;

- **Ontologia como linguagem e "ontologias" como sistemas de conceptualização:** se a apropriação computacional do termo "ontologia", atirando (pós-Heidegger) o ser na linguagem de sistemas eletrônicos pode ser tomada como assertiva a partir dos milagres da filosofia da técnica é, justamente, na história de uma teoria da linguagem, Wittgenstein o responsável, no Tratado Lógico-Filosófico ou, ainda, a partir das anotações dos Cadernos (1914-1916) por fazê-lo: não a "ontologia" como processamento de termos em sistemas computacionais em rede, mas a compreensão do "ser formal" expressado e expressando o real como forma lógica de representação;

- **Crítica epistemológica da organização do conhecimento (crítica à ontologia como linguagem e aos progressos do mito da neutralidade na OC):** um dos modos de percepção da chegada objetiva de Wittgenstein à OC está

na crítica frohmanniana às abordagens lógicas e cognitivas das práticas de classificação e de indexação. Podemos identificar em Frohmann (1990, 1992), sob o recurso da abordagem pragmática wittgensteiniana, a tentativa de reconstrução da OC segundo um viés culturalista, compreendendo a dinâmica dos jogos de linguagem e da primitividade dos gestos classificatórios na origem de uma torção no domínio;

- **Teoria do conceito e Wittgenstein**: a abordagem Ingetraut Dahlberg (1978) estabelece uma condição. Quando Wittgenstein (1998, p. 41), nos Cadernos (1914-1916), aponta que, a "coordenação arbitrária de sinal e de designado que condiciona a possibilidade das proposições", leva-nos à "designação de generalidade", atingimos a "proposição elementar" através dos "nomes", encontramos uma estrutura lógica estabelecida pela teoria do conceito em Dahlberg. Está aqui, também, a direção de uma perspectiva ontológica, antevista na leitura dahlbergiana de Aristóteles: "Um nome representa uma coisa, um outro uma outra cosia e eles próprios estão ligados; assim, o todo representa — como um quadro vivo — uma situação". (WITTGENSTEIN, 1998, p. 43). Nesse sentido, pela via wittgensteiniana logicista, a existência (onto) é aqui a existência da relação. O método analítico-sintético dahlbergiano tem aqui um solo de fundamentação;

- **Web semântica, web pragmática e cibersemiótica**: o desenvolvimento de uma perspectiva digital da epistemologia da OC é igualmente acompanhado por uma influência wittgensteiniana, demarcada centralmente pela leitura de sua segunda fase, pautada em Investigações Filosóficas. Assim encontramos as discussões sobre uma dada web semântica e uma web pragmática em Saldanha & Gracioso (2011), como também sob a cibersemiótica em Brier (1996);

- **Ranganathan e a classificação facetada**: a teoria de Shiyali Ranganathan para a classificação pode ser vista como uma espécie de síntese da convergência dos "dois Wittgenstein". Essa convergência foi investigada por Saldanha (2014) a partir da noção de pragmática transcendental. A relação permite vislumbrar a fronteira do "primeiro" e do "segundo"

Wittgenstein na ponte entre o pensamento ocidental e oriental, estabelecida por Ranganathan, estruturalmente, entre lógica, pragmática (uso) e transcendência;

- **Representação descritiva e Wittgenstein**: Saldanha & Silva (2016) e Silva, Martinez & Gracioso (2017) colocam em cena a questão da autoria na OC a partir da relação entre pragmática e pós-estruturalismo. Um nome próprio (objeto direto de estudo do "primeiro" e do "segundo" Wittgenstein) torna-se aqui uma categoria instável, capaz de abrir um universo plural e crítica (aqui, sob a via culturalista) no âmbito da apresentabilidade;

- **Teoria crítica da indexação e Wittgenstein**: como visto, a partir de Frohmann (1990) concebe-se via Wittgenstein a abertura para uma teoria crítica da OC. O mesmo podemos identificar objetivamente em uma teoria da desclassificação à OC a partir de García Gutiérrez (2003, 2013). Pontuamos, aqui, a possibilidade de, integrada à abordagem da ordinariedade wittgensteiniana, suplementada por diferentes contributos filosófico-teóricos, desenvolver uma teoria da organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos (O^2S^2O), conforme Saldanha (2017) discutiu.

4 Outros horizontes para os estudos wittgensteinianos em organização do conhecimento: Deus e Diabo na digitalidade

> A eficácia da graça divina tem / Um pé na farmácia, outro no amor. (GIL, Gilberto. Graça Divina. Album Quanta — Warner Music; 1997)
>
> Ele chegou descontraído / Chegou filosofando num tom de voz meio angelical / Falando das coisas belas / E das coisas simples / Mostrando como o belo pode ser simples / E o simples pode ser belo. (JOR, Jorge Ben. O filósofo — Álbum África Brasil, Philips, 1977)
>
> Assim como minha representação é o mundo, assim também a minha vontade é a vontade do mundo. (WITTGENSTEIN, 1981, p. 126).

Como problematizar passado, presente e futuro de

Wittgenstein na OC? O desafio da pergunta nos acossa. Distintas direções se colocam, seguindo o lastro místico e aplicado do (s) método(s) wittgensteiniano(s). Esse lastro nos posiciona perante à ciência, à estética, ao mistério e à vida dos álbuns Quanta, de Gilberto Gil (de Shiva ao quantum, passando pelo vendedor de caranguejo) e África Brasil, de Jorge Ben Jor (de Hermes Trismegisto a Umbabarauma, passando pelo Cavaleiro do cavalo imaculado). A primeira direção está vinculada ao mapa dos chamados polos do pensamento wittgensteiniano, o analítico (dos olhos de Deus... espelho da ordem) e o pragmático (...aos olhos do povo, deuses que driblam). Em outros termos, desdobrada da compreensão e da interpretação das principais apropriações do filósofo austríaco, um plano de classificação das tendências do domínio.

Parece-nos claro que o pensamento wittgensteiniano na OC acompanha dois contextos interpretativos distintos e evidentes entre a influência direta e a influência indireta. Do ponto de vista da objetividade da presença do filósofo austríaco no campo, aparenta-nos que é consensual que o Wittgenstein "citado" e apropriado pela OC é aquele dito "segundo", ou seja, o Wittgenstein pragmatista. Esta é, por exemplo, a base da crítica de Bernd Frohmann ao modelo cognitivista da indexação, como a proposta de uma OC inovadora na *web* pela via semiótica em Søren Brier.

No entanto, é igualmente (por menos evidente que a superfície das ideias wittgensteinianas apareça neste caso) identificável uma linhagem oculta do pensamento do filósofo como uma estrutura para o horizonte, a teleologia da OC, seja no plano cognitivista, seja no plano mecanicista. Em outras palavras, a presença da "sombra" das ideias de Wittgenstein está claramente expandida, quando percebemos o desenvolvimento de uma dada OC sob a lógica que sustenta o processo de "automação" dos serviços bibliográficos, bem como seu contexto de discussão sobre o papel da cognição.

Do ponto de vista logicista, o grau zero da classificação ou a assertiva de que na lógica não pode haver classificação, não é a negação *apriorística* da classificação, mas a confirmação de que a estrutura do real é a exata classificada anterior a qualquer hierarquização — o sentido do mundo pelo próprio sentido, sem depender de sua representação.

Do ponto de vista pragmatista — e aqui já nos permitimos dizer, abertamente, culturalista -, chegamos ao grau maior de desclassificação: reinterpretação constante de uma certa dança da linguagem em condições ordinárias vivas, dinâmicas. O sentido livre da estrutura, ainda que não da regra. Quando César Lattes é homenageado por Gilberto Gil no seu Quanta, a partir da releitura do samba da Estação Primeira de Mangueira, de 1947, composto por Cartola e Carlos Cachaça, compreende-se algo que só o samba da física (e não a física do samba) pode depreender.

Concluindo, a obra de Wittgenstein responde, em grande medida, por um espelho de parte dos principais dilemas da OC. Trata-se, aqui, de um percurso que nos permite ver, pela via de uma epistemologia histórica da CI, o modo como a teoria geral da OC atravessa o percurso dos fundamentos filosóficos da linguagem formal à teoria crítica da classificação.

Financiamento

Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq, através da bolsa de produtividade (2019-2021), referente ao projeto "Epistemologia histórica da ciência da informação e organização do conhecimento: dos fundamentos filosóficos da linguagem à teoria crítica da classificação".

Referências

BRIER, S. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. **Journal of Documentation,** v. 52, n. 3, p. 296-344, set., 1996.

CAPURRO, R. What is Information Science for? a philosophical reflection In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Eds.). **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives. In: International Conference for the Celebration of 20th Anniversary of the Department of Information Studies, University of Tampere, Finland, 1991. **Proceedings...** London, Los Angeles: Taylor Graham, 1992, p.82-96.

_____. Epistemologia y ciencia de la información. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

DAY, Ronald. **Indexing it all:** the subject in the age of documentation, information, and data. Cambridge: The MIT Press, 2014.

_____. Poststructuralism and information studies. **Annual review of information scicence social and technology** (ARIST), v. 39, p. 575-609, 2005.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

FROHMANN, B. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. **Journal of Documentation**, v. 46, n. 2, p. 81-101, 1990.

_____. The power of images: a discourse of images: a discourse analysis of cognitive viewpoint. **Journal of Documentation**, v. 48, n. 4, p. 365-386, 1992.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial: itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.93-111, out./dez. 2013.

_____. Proyectar la memoria: del ordo nacional a la reapropiación crítica. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p.7-30, jan./abr., 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. Nélida. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 217-222, set./dez. 1993.

_____. Comentários ao artigo "Hacia um nuevo pardigma em bibliotecologia". **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 44-56, set./dez. 1996.

GRACIOSO, L. S. Pragmatic approach to virtual information action from Wittgenstein. In.: **Advances in Knowledge Organization**, v. 12, p. 106-114, 2010.

_____. Filosofia da linguagem e Ciência da informação: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais. 2008 — **Tese** (DOUTORADO). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Niterói: Universidade Federal Fluminense: 2008.

GRACIOSO, L. S.; PINTO, L. P. Sobre os limites e alcances da interpretação: reflexões a partir de Heidegger, Husserl e Wittgenstein. **Logeion: Filosofia da Informação** e-ISSN 2358-7806, v. 2, p. 90-107, 2016.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem**: da pragmática informacional à web pragmática. Araraquara — SP : Junqueira & Marin, 2011.

GUERRA, C. B. As cores em Wittgenstein: da fenomenologia aos jogos de linguagens e a fotografia digital. **Logeion: filosofia da informação**, v. 2, n. 2, p. 66-79, mar.-ago. 2016.

_____. A percepção visual em Wittgenstein e a teoria dos aspectos. **Liinc em revista**, v. 6, n. 2, p. 273-285, 2010.

HJORLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizont in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995.

JACOB, E. K.; ALBRECHTSEN, H. When essence becomes function: Post-structuralist implications for an ecological theory

of organisational classification systems. In T.D. Wilson & D.K. Allen. **Exploring the contexts of information behaviour**: proceedings of the second international conference on research in information needs, seeking and use in different contexts. London: Taylor Graham, 1999. p. 519-534.

JANIK, A.; TOUMIN, S. **A Viena de Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

MENEZES, V. S. Rasum tabulae: um limiar metafórico-escritural dos estudos de informação. 2018. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2018.

_____. Informação: um excurso crítico-filológico. Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.1, p.3-18, jan./mar. 2015.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

RENDÓN ROJAS, M. A. R. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. **Transinformação**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 17-31, set./dez. 1996.

SALDANHA, G. S. Sobre a O^2S^2O, de Tesauro à Bourdieu: linguagem simbólica e a organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos In: **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**. 1 ed., Recife: UFPE, 2017, p. 173-196.

_____. Sobre a O^2S^2O, de Tesauro à Bourdieu: linguagem simbólica e a organização ordinária dos saberes socialmente oprimidos In: **A Ciência da informação encontra Pierre Bourdieu**.1 ed. Recife : UFPE, 2017, p. 173-196.

_____. The Philosophy of Language and Knowledge Organization in the 1930's: Pragmatics of Wittgenstein and Ranganathan. **Knowledge Organization**. v.41, p.296-, 2014.

_____. Viagem aos becos e travessas da tradição pragmática da Ciência da Informação: uma leitura em diálogo com Wittgenstein. 2008 — **Dissertação** (Mestrado). Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação — Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2008a.

_____. Imago e vivência: uma reflexão sobre o essencialismo e o pragmatismo na Ciência da Informação In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, São Paulo. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008b.

_____. Entre o silêncio e o alarido: Wittgenstein na Ciência da Informação In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2008, São Paulo. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. 2008c.

SALDANHA, G. S.; GRACIOSO, L. S. Filosofia da linguagem e Ciência da Informação na América Latina: apontamentos sobre pragmática e linguagem ordinária In: **El problema del lenguaje en la bibliotecología / ciencia de la información / documentación**. Un acercamiento filosófico-teórico.1 ed. Cidade do México: UNAM, 2014, v.1, p. 1-32.

SALDANHA, G. S.; SILVEIRA, N. C. Own name in Knowledge Organization Epistemology: a philosophical-theoretical debate. **Knowledge organization**, v.43, p.265 — 278, 2016.

SILVA, E. G.; MARTINEZ-AVILA, D.; GRACIOSO, L. S. . A não univocidade do conceito de 'autor' sob a perspectiva de Wittgenstein e Foucault. **SCIRE** (ZARAGOZA), v. 23, p. 01-12, 2017.

WITTGENSTEIN, L. **Tratado Lógico Filosófico; Investigações filosóficas**. Tradução M. S. Lourenço. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1968. 152p. (Biblioteca Universitária. Serie 1. filosofia; v.10).

_____. **Investigações Filosóficas**. 2 ed. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

_____. **O livro azul**. Lisboa: Ed.70, 1992a.

_____. **O livro castanho**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1992b.

_____. **Observações filosóficas**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Cadernos 1914-1916**. Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. **Fichas (Zettel)**. Lisboa: Edições 70, 1981.

Uma crítica deleuziana à imagem platônica do livro

Igor Soares Amorim
Departamento de Biblioteconomia
Universidade do Estado de Santa Catarina

1 Considerações iniciais

O fenômeno da informação não é o mesmo que o da comunicação ou da linguagem, embora eles se interseccionem. A informação pode ser codificada e decodificada entre polos distintos, por meio de uma linguagem natural ou artificial. Mas a informação não é linguagem, signo, sinal. É algo que ainda nos escapa, "information is information not matter or energy" (WEINER, 1965, p. 132).

A Biblioteconomia e Ciência da informação (BCI) lida com a informação nos arquivos, nos documentos, nos museus, bibliotecas, na indústria, na gestão. Quando um problema informacional se coloca, evocam-se conhecimentos oriundos da biblioteconomia, da bibliografia, da ciência da informação, da arquivologia, da museologia, organização do conhecimento.

A informação foi problematizada sob o olhar científico no século passado, a partir da teoria matemática da informação e da cibernética (WEINER, 1965); como problema prático, a partir da multiplicação de mídias que permitem sua transposição em diferentes suportes (BELKIN; ROBERTSON, 1976); como problema filosófico para os filósofos da informação (FLORIDI, 2004).

O problema tem um rastro histórico, do qual o livro é parte fundamental. Se, hoje, busca-se compreender o que é a informação, como podemos controlá-la, tornar os seus processos mais eficientes; anteriormente, a discussão fazia-se sobre o livro, noção que pretendemos explorar.

Nos últimos anos, os debates sobre o livro, sua história e seu fim têm se ampliado, conforme relata Melot (2012). Para o autor, a

sensação de que a tecnologia livresca está para ser superada, amplia o interesse sobre este objeto. Contudo, a tendência é acreditar que o livro não terminará, mas dividirá espaço com outras mídias. *E-books*, *smartbooks*, *audiobooks*, microtextos, hiperlivros e o que mais for potência da escrita.

No atual cenário, no qual o horizonte se delineia entre zeros e uns, a discussão sobre o livro pode parecer desprovida de propósito, mas acreditamos que problematizar o livro ainda pode ser útil para pensar a sociedade que se desenvolveu em torno dele, além de vislumbrar aspectos relevantes à própria informação, que se tornou objeto das disciplinas citadas que habitam o plano referencial da BCI.

Suspeitamos que a noção "livro" esteja fortemente atrelada a uma visão plantonista (idealista) e que tal visão carece de reflexão crítica sobre a relação do homem com as ideias em suportes materiais.

Portanto, trazemos a noção de livro-rizoma proposta por Deleuze e Guattari (2011), a fim de explorar potencialidades à BCI. Para tanto, buscamos em documentos historicamente representativos ao campo da bibliografia, documentação, biblioteconomia e ciência da informação. Estes documentos nos ajudam a compreender a noção de livro que chamaremos de clássico, em contraposição à noção de livro-rizoma. Os documentos são o *Advis Pour Dresser une Bibliotheque* (1627) de Gabriel Naudé, o código de classificação francês, de Jean-Baptiste Massieu, publicado na obra *Instruction pour procéder à la confection du catalogue de chacune des bibliothèques sur lesquelles les directoires ont dû ou doivent incessamment apposer les scellés* em 1791, as 91 regras para compilação de catálogo de Antonio Panizzi, publicada sob o título de *Catalogue of Printed Books in the British Museum* em 1841 e o *Traité de Documentation* de Paul Otlet, publicado originalmente em 1934.

Desse modo, rastreamos mesmo que de forma limitada como a noção de livro se consolidou na BCI. Nossa pretensão não é definir um conhecimento exato, nem realizar uma pesquisa exaustiva sobre o "livro", mas refletir sobre os documentos indicados, a fim de identificar possíveis contribuições que a noção de livro-rizoma oferece aos pensadores e artesãos contemporâneos da informação.

2 A Informação e a Ideia

O que seria o platonismo que apontamos, acima, como elemento estrutural da noção de livro na BCI?

O Dicionário de filosofia de Abbagnano (2007) caracteriza o platonismo a partir de três doutrinas: a) a doutrina das ideias, na qual os objetos do pensamento não apresentam o mesmo status dos objetos do mundo sensível, pois são unitários e imutáveis e, portanto, os únicos com valor de verdade; b) a doutrina da superioridade da sabedoria sobre o saber, sendo a meta da filosofia a realização da justiça nas relações humanas; c) a doutrina da dialética, que define o procedimento para se reconhecer uma ideia unitária e, em seguida, subdividi-la em partes específicas.

Platonismo é considerado uma corrente filosófica que influenciou o pensamento da Antiguidade e do Medievo. Todavia, para alguns pensadores, o platonismo é uma maneira de concepção de mundo que ainda persiste e que deve ser extirpada. É o caso de Nietzsche, pensador que propunha inverter o platonismo: "a abolição do mundo das essências e do mundo das aparências". (DELEUZE, 2007, p. 259). O modo platônico de interpretar o mundo é explicitado no personagem de Sócrates, por exemplo. Nos diálogos platônicos, é Sócrates que indaga, "o que é o belo, a justiça ou a verdade"?. As perguntas nos levam ao mundo das essências, espaço dissociado do sensível, pois requer que identifiquemos o que há de essencial em tais elementos. Uma das fundamentais características do platonismo é essa de buscar a resposta fora do mundo sensível, em uma dimensão das ideias.

> Quando Sócrates pergunta "o que é a beleza"? e quando ele recusa como resposta exemplos extraídos do mundo sensível, ele quer saber o que é a verdadeira beleza, o que é a beleza em si, isto é, a essência da beleza. No platonismo, ela não pode ser buscada no mundo sensível, porque nele nós somente nos encontramos com coisas que são belas e que para serem belas participam de alguma maneira da essência da beleza. Platão, por consequência, é levado a fundar o mundo verdade que se encontra para além do mundo sensível. É o mundo das ideias. (VIEIRA, 2000, sem página).

Platão instaura um mundo ideal, o qual se tornou o espaço

da verdade metafísica. A consequência do platonismo hoje não é somente a crença na idealidade do mundo da qual a realidade é descendente, mas também o modo de seleção, operação, divisão que o filósofo estabeleceu. O que Platão deixou à modernidade foi sua vontade, segundo Viera (2000, sem página), "uma vontade de selecionar, de buscar a verdade, a pureza, a essência. A vontade de Platão atravessa as idades". A modernidade aprofundou a busca da verdade através da questão "o que é isso?", que inevitavelmente nos levou ao domínio da linguagem na busca da essência das palavras e de seus significados.

Para responder a questão "o que é isso"?, Platão estabeleceu um método de dialético, que objetivava atingir determinadas definições que o mundo sensível não podia nos dar. Segundo Vieira (2000), o método platônico é hierárquico e de divisão. Há uma hierarquia sob a qual um gênero eleito arbitrariamente é subdividido em duas partes, dentre as quais há uma seleção. O movimento dialético rivaliza os entes resultantes da divisão e opera a seleção de um desses entes em detrimento do outro.

A BCI é um de tantos campos de estudo comprometidos com o controle da linguagem. Desenvolve um amplo ferramental para dominar o sentido. Tesauros e ontologias são heranças dessa perspectiva que opera uma seleção platônica, que estabelece uma moral no ato de definir o que é ou não permitido, vocábulos controlados.

Parece-nos que a BCI é estritamente ligada com essa perspectiva platônica quando trabalha a noção de "livro". Ao lidarmos com um livro, operamos uma primeira divisão, separamos a dimensão física e a dimensão abstrata. Essa divisão foi aprofundada ao longo da modernidade, e surgiram subdisciplinas na BCI destinadas a estudar especificamente cada uma das duas dimensões. Ao lado das ações do controle semântico, desenvolveram-se normas e padrões de descrição dos aspectos físicos do livro.

3 O "livro", ponto de encontro de forças técnicas, políticas e epistemológicas

O platonismo herdado age não apenas no momento em que apartamos intelectual ou tecnicamente o livro-físico do livro-conteúdo, mas na própria condição epistemológica para a

realização de tal cisão. Estabelece um "livro ideal", essencial, do qual no aproximamos pela análise de suas partes.

O *Tratado de Documentação* de Paul Otlet (2018) aborda o livro sob diversas faces e destaca o caleidoscópico interesse que repousa sobre este suporte entre o final do século XIX e início do século XX. A indústria livresca chegava ao momento ápice, com o afrouxamento das censuras, o impulso na indústria do papel, as rotas comerciais estabelecidas, uma ampla rede de livreiros, bibliotecas, editores, impressores, além da institucionalização da ciência, que gerava status social elevado ao cientista, agora era um profissional. O romance se difundia como gênero popular, e a poesia se reinventava.

São várias as definições de "livro" que Otlet (2018) nos ofereceu em seu tratado, algumas delas destacam mais a dimensão física, outras, a dimensão abstrata, sob o interesse de torná-lo objeto palatável aos interesses intelectuais e institucionais. Uma das definições que considera as duas dimensões em conjunto é: "No cosmos (conjunto das coisas) o livro ou documento assume lugar entre as coisas *corpóreas* (não incorpóreas), *artificiais* (não naturais) e que tem uma utilidade intelectual (não material)." (OTLET, 2018, p. 60).

Otlet (2018) afirma que o livro pode ser avaliado por três critérios superiores: o verdadeiro, o belo e o bom. Essa perspectiva evidencia o caráter platônico da compreensão sobre a noção de livro. É importante destacar que não é algo explícito, o bibliógrafo belga não declara que seu entendimento sobre o livro seja platônico, não explora o platonismo. Essa conexão é latente, epistêmica. Há uma fundamentação do livro no âmbito do ideal, que serve como modelo para avaliar os livros, para pensá-lo: o livro que habita o mundo das ideias é verdadeiro, belo e bom por essência. Ainda, o documentalista caracteriza o livro como "capital de ideia", capaz de acumular ideias e fatos.

O belga aprofunda sua argumentação ao indicar que o livro pode ser considerado pelo seu *conteúdo*, que concerne ao assunto definido em um tempo e um espaço e pelo seu *continente*, que diz respeito à forma e à língua em que as ideias são expressas. (OTLET, 2018).

A preocupação com o livro é antiga e, no *Advis* de Naudé, obra do século XVII que inaugura a biblioteconomia moderna, este

formato é apresentado como um objeto da práxis do bibliotecário. Há um saber sobre o livro que o bibliotecário erudito deve ter para realizar sua missão de seleção, organização e disponibilização. Os livros devem ser amplamente acessíveis, sobretudo os que contêm saberes clássicos, livros dos autores humanistas. Eles têm a capacidade de libertar os indivíduos da ignorância e do misticismo. (NAUDÉ, 2016).

Na obra de Naudé (2016), os livros têm um destino natural, a biblioteca mantida por algum mecenas e aberta ao público. O bibliotecário precisa avaliar os livros para formar as coleções, o que exige um método. Os bons livros são identificados pelo seu conteúdo e autoria, segundo o bibliotecário libertino. Destaca que a ordem entre os livros é necessária, a tal ponto que uma coleção desordenada não pode ser denominada de biblioteca. Naudé defende a distribuição de livros em prateleiras: "os livros não são mais colocados sobre mesas, à moda antiga, mas em estantes que recobrem todas as paredes". (NAUDÉ, 2016, p. 77). Devem ser cuidadosamente organizados, com espaços entre as obras, e as obras mais valiosas devem ser guardadas com mais segurança.

Como afirma na introdução do *Advis*, Naudé (2016) objetiva inaugurar o debate sobre a organização das bibliotecas, a profissão de bibliotecário. O livro é um instrumento para ser utilizado no aprimoramento da razão, uma ferramenta contra a escolástica em favor de um mundo por vir. Naudé (2016) não detalha o processo de classificação ou descrição, embora estabeleça classes pelas quais os livros devam ser distribuídos, assim como ressalta a necessidade de cuidar de sua dimensão física. O livro é retratado como um símbolo de prestígio social em um contexto que o poder político e o poder clérigo se separavam. O platonismo estrutura a compreensão sobre o livro na cisão de conteúdo e forma, na ordenação das classes pelas quais os livros são arranjados.

Com relação ao século XVIII, o código de classificação francês foi o primeiro em âmbito nacional voltado à descrição bibliográfica. Efeito da Revolução Francesa, a formulação do código objetivava a catalogação das obras, a fim de permitir ao Estado se apropriar dos livros que compunham coleções da igreja e da nobreza, mas não sem uma avaliação das obras, que foram separadas entre aquelas que seriam preservadas e as que seriam vendidas para angariar recursos. Jean Baptiste Massieu assina o código, mas esta é uma obra

resultante dos esforços da comissão destinada ao arrolamento dos livros e outros patrimônios. Empenhavam-se no desenvolvimento de catálogos que portassem o "conhecimento exato de todos os livros, tanto impressos como manuscritos, existentes nas bibliotecas de cada departamento que fazem parte da propriedade nacional". (MASSIEU, 1791, p. 3, *tradução nossa*).

O código francês padronizou a ficha catalográfica, que era originalmente inscrita nos versos de cartas de baralho, devido à dificuldade do governo em comprar papel. O documento apresenta instruções claras sobre como extrair as informações dos livros e como registrá-las nas fichas. Se comparado ao *Advis*, no código francês sobressai uma perspectiva mais técnica do livro. Instrui para transcrever os dados da folha de rosto para os cartões, em destacar a autoria com um grifo, em registrar o título, o local de impressão, a responsabilidade de publicação, o volume da edição, o tamanho da obra, o material do livro, as condições físicas da obra, dentre outros aspectos. (MASSIEU, 1791).

O livro é representado sem tanta ênfase em seu conteúdo, sem elucubrações sobre sua dimensão sociocultural. Ele é considerado a partir de seu valor monetário, de suas condições físicas. Um objeto passivo a ser operacionalizado e por ação controlada por um documento produzido em âmbito nacional. O enfoque sobre o controle do livro modifica em relação ao que Naudé oferece. Não era mais visto como um instrumento à erudição, mas como um bem de Estado, que deve se responsabilizar e disponibilizar ao povo, que busca nele caminhos para construir uma nova sociedade prometida pelos revolucionários.

Adiante, o bibliotecário do Museu Britânico, Anthony Panizzi publicou em 1841 *Catalogue of Printed Books in the British Museum*, no qual definiu 91 regras de catalogação, que serviram de base para códigos de catalogação e padrões de descrição desenvolvidos no século XX, como o *International Standard Bibliographic Description* e o *Dublin Core*.

Nas regras de Panizzi, é destacado o ponto de acesso pelo nome de autor, ordenado alfabeticamente (regra I), na regra XVIII, refere-se ao "título do livro", na regra XX refere-se à página, cabeçalho da página e colofão do livro. O local da publicação e o impressor do livro é citado como informações a serem expressas na catalogação na regra XXVII. Define os

procedimentos para estabelecer as referências cruzadas a partir da regra LW, cruzando autores e obras, ainda confere destaque aos editores e biógrafos na regra LXI.

A noção de livro nas 91 regras é mais alienada e, consequentemente, seu aspecto técnico é mais evidente. O livro é destacado enquanto uma fonte, da qual se extraem os dados à criação de registros bibliográficos. Há, na obra, um esforço à normalização do processo de descrição bibliográfica. A norma é detalhista quanto aos procedimentos da catalogação, o que está em acordo com o ambiente positivista, com o surgimento das Ciências Sociais que buscavam nas Ciências Naturais as condições metodológicas necessárias para produzir seu conhecimento.

Deleuze e Guattari (2001) nos fala sobre o livro clássico, não rizomático, como um livro de Estado, um livro que se organiza a partir da organização do Estado. Um objeto seccionado, com interioridade ordenada em capítulos, com propriedades métricas e objetivas. A noção de livro no código francês é mais técnica que aquela apresentada por Naudé (2016), e a obra volta-se à instrução de como identificar os dados, colhê-los, transcrevê-los em fichas e montar catálogos. A depuração dos dados que devem conter no registro bibliográfico ganha um significado não detido no *Advis*, elementos que organizam a análise catalográfica das obras. Essas propriedades da noção são ratificadas nas regras de Panizzi.

Os critérios de avaliação do livro são mais rigorosos no código francês que aqueles apontados por Naudé (2016) e visam sobretudo à valoração financeira da obra. No documento francês, a vontade de seleção é utilizada na organização de livros, catálogos e do governo que emergia. Panizzi aprofunda as condições de controle da obra, mas por intermédio da biblioteca, compreendida como parte do Estado. O controle era fundamental a Panizzi que percebia a função dos livros para a construção da nação. Foi um ativista em prol da unificação italiana e condenado por publicar a obra *Dei Processi e delle Sentenze contra gli imputati di Lesa-Maestà e di aderenza alle Sette proscritte negli Stati di Modena* (1823). Chegou à Inglaterra fugido e, mesmo assim, participou da unidade italiana, movimento conhecido como *Risorgimento*, buscando apoiadores ingleses à causa e, antes de ser diretor da biblioteca do Museu Britânico, tornou-se professor de literatura italiana na *University College London*.

Os documentos de Naudé, Massieu e Panizzi são mais instrumentais, manuais de como operacionalizar livros com fins específicos, cada qual em seu contexto. A obra de Otlet tem pretensões maiores, além de orientar práticas da "bibliotecnia", como a de fundar o campo científico do livro-documento.

Em *Traité de documentation*, Otlet (2018) recomenda para a elaboração do registro bibliográfico, "um registro, que constitui a descrição sinal ética da obra" (OTLET, 2018, p. 473). O registro, na visão do intelectual belga, seria composto pelo cabeçalho e o corpo.

Os cabeçalhos podem ser de autor, assunto ou pelo número de classificação ou de chamada. O corpo do registro compreende a descrição bibliográfica, o título, a colação (o número de volumes, o formato, a paginação), informações de edição (imprenta, lugar de edição, editora, data, preço) e as notas (que podem especificar mais o conteúdo do livro e sua utilidade).

A descrição de uma obra compreende a parte interna e externa do livro e, nela, deve conter uma crítica "de modo a expressar a impressão que teria, com a simples leitura, um homem inteligente e culto". (OTLET, 2018, p. 475). Essa dimensão crítica ganha relevância na obra do intelectual belga se comparado aos outros materiais supracitados. No tratado de Otlet, o termo "livro" é ora substituído por "livro-documento", ora apenas por "documento", embora em determinados momentos o autor ressalta que a noção adotada para livro pode compreender as novas mídias e os antigos manuscritos.

O *Traité* aprofunda a cisão entre a parte física e a parte abstrata do livro que já fora evidenciada nos documentos anteriores. Notamos que a nomenclatura se torna mais problemática, motivada pelo surgimento de novos suportes e canais de informação. Livro e documentos são em várias partes tratados como sinônimos. No século XX, a noção de livro enquanto termo científico perderá espaço para palavras como dado, informação e conhecimento.

A operação técnica e de divisão entre uma dimensão física e de conteúdo permanecerá mesmo em textos mais recentes, que aprofundam essa cisão com uma nova linguagem. Brascher e Café (2010) trabalham sob uma conjuntura científica mais madura que Otlet, com o campo da biblioteconomia e ciência da informação institucionalizados nas universidades e agências de fomento. As autoras tomam as diferenças conceituais entre informação

e conhecimento para analisarem as noções de organização da informação, representação da informação, organização do conhecimento e representação do conhecimento.

A organização da informação diz respeito ao processo "que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais", enquanto que seu produto, a representação da informação, é entendida como "um conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico". (BRASCHER; CAFÉ, 2010, p. 92). Brascher e Café (2010, p. 92) afirmam que "Quando nos referimos à OC [organização do conhecimento] e à RC [representação do conhecimento], estamos no mundo dos conceitos e não naquele dos registros de informação".

O mundo dos conceitos não é o mundo sensível. Notamos nessa passagem a influência do platonismo refletida na epistemologia da BCI. O mundo dos conceitos se tornou, referencialmente, importante com as contribuições de pesquisadores como Dahlberg, Gardin, Austin, entre outros que se empenharam nos últimos 60 anos no desenvolvimento de técnicas à análise técnica de livros e outros documentos, visando a sua representação e, num segundo momento, ao seu acesso.

Com relação à organização do conhecimento, é o processo de "construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade". Seu produto, a representação de conhecimento se define como uma "estrutura conceitual que representa modelos de mundo", que permite descrições e explicações de fenômenos da realidade. (BRASCHER; CAFÉ, 2010, p. 93).

O livro, na BCI, foi, ao longo da modernidade, tratado a partir de sua divisão entre conteúdo e forma, o que condicionou as possibilidades informativas delimitadas nos registros bibliográficos.

Melot (2012) relata que o formato do códice se consolida junto à expansão do cristianismo. O Cristianismo, diferente de outras religiões, desacralizou o suporte em função da ideia da mensagem divina. A bíblia se tornou um "produto industrial" que foi utilizada para difundir os ensinamentos religiosos. A dessacralização desenvolveu um hiato entre forma e conteúdo e permitiu a constituição de um conceito ideal de livro, na qual são definidos um autor, um título, um assunto, uma data. A precisão destes dados se tornou basilar nos processos de representação, fundada na identidade.

4 Rebelião à representação platônica

O platonismo para Deleuze (2007) é uma vontade de seleção que opera por um método. Platão separou um mundo das ideias e um mundo sensível. As ideias seriam inatingíveis. Mas a razão nos permite identificar cópias bem fundadas, parecidas com os modelos ideais. Segundo Deleuze (2007), essa é a primeira divisão do platonismo. Mas há uma outra, entre as cópias bem fundadas e as más fundadas, chamadas de simulacros. O platonismo é um meio para selecionar linhagens. A ideia platônica é o crivo da cópia bem fundada, um critério sob o qual uma imagem se forma guardando semelhança. Já, o simulacro é imagem sem semelhança com a ideia, constituído na diferença. Se a ideia permite ao filósofo julgar o modelo, a imagem bem fundada, o simulacro inclui o ponto de vista do próprio observador, quem tem seu status alterado, contaminado e contaminador do objeto. Conforme Deleuze (2007), o simulacro é um devir-louco.

"O platonismo funda, assim, todo o domínio que a filosofia reconhecerá como seu: o domínio da representação preenchido pelas cópias-ícones e definido, não em uma relação extrínseca a um objeto, mas uma relação intrínseca ao modelo ou fundamento ". (DELEUZE, 2007, p. 264).

De acordo com Foucault (1997), a reversão do platonismo começa com o próprio Platão, que no diálogo *Sofista* torna indiferentes as conclusões de Sócrates do Sofista. Aristóteles, o segundo a provocar certa reversão ao retirar a essência do mundo das ideias.

Nietzsche será um dos mais revoltos contra o platonismo. Sua busca desnaturaliza a verdade e estabelece que as essências se delimitam historicamente. O pensador alemão busca a vontade detrás da essência e estabelece um sistema que opera a partir do simulacro, da diferença, sob a teoria do eterno retorno. (VIEIRA, 2000).

A reversão do platonismo de Deleuze continua na esteira de Nietzsche. De acordo com Foucault (1997, p. 49),

> Inverter, com Deleuze, o platonismo e debruçar-se insidiosamente nele, baixar um degrau, chegar até este pequeno gesto — discreto, mas moral — que exclui o simulacro; é também desmascarar-se a ele, abrir a porta, a direita e a esquerda, para o mistério; é instaurar outra série liberta e divergente; é constituir, mercê desse

> pequeno salto lateral, um paraplatonismo descorado. Converter o platonismo (trabalho responsável) e incliná-lo a ter mais piedade pelo real, pelo mundo e pelo tempo. Subverter o platonismo e tomá-lo desde o cume (distância vertical da ironia) e retomá-lo na sua origem. Perverter o platonismo e apurá-lo até ao último detalhe, é baixar (de acordo com a gravidade própria do humor) até a um cabelo, ao lixo de uma unha, que não merecem o mínimo de consideração a mais que uma ideia; é descobrir a descentralização que se operou para se voltar a centralizar em volta do Modelo, Idêntico e do Mesmo; é descentralizar com respeito a ele para representar (como em toda a perversão) superfícies. A ironia eleva-se e subverte; o humor deixa-se cair e perverte.

Para romper com o platonismo, Deleuze (2007) afirma que a diferença precisa ser incluída, que séries heterogêneas sejam interiorizadas no sistema; significa

> fazer subir os simulacros, afirmar seus direitos entre os ícones ou as cópias. O problema não concerne mais à distinção Essência-Aparência, ou Modelo-cópia. Esta distinção opera no mundo da representação; trata-se de introduzir a subversão neste mundo, 'crepúsculo dos ídolos'. O simulacro não é uma cópia degradada, ele encerra uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a representação. (DELEUZE, 2007, p. 268).

Reverter o platonismo seria trabalhar em outro campo que não o da representação. Otlet (2018) afirma que o livro ou documento é produto de uma representação, que sua documentação deve considerá-lo a partir de uma combinação de ordem crescente, a realidade, a imagem que reproduz a realidade, a reprodução de uma reprodução da realidade, e os escritos que podem referenciar-se diretamente da realidade ou de uma imagem. É o império da representação, em que o modelo determina a cópia pelo critério de semelhança.

A representação dos livros na BCI está presa à essa lógica. Isso é necessário para que os documentos sejam recuperados com precisão e rapidez. Entretanto, nosso exercício não é a ruptura com o sistema que opera a representação do livro na área, mas a exploração de suas outras dimensões epistemológicas, a fim de identificar contribuições

aos processos técnicos e teóricos da área. Deleuze (2007) afirma que a reversão do platonismo acaba com o ponto de vista privilegiado do objeto comum, acaba com a possibilidade de hierarquia, que a semelhança e a identidade passam à subsistência e se tornam efeitos das forças diferenciais, não há mais essência, apenas expressão dos simulacros em funcionamento. "Não há mais seleção possível". (DELEUZE, 2007, p. 268).

O avanço tecnológico vem cumprindo as previsões otletianas de transformação do suporte do livro. O meio digital faz o livro ampliar seus limites, explorar novas formas de textualidade. A noção de autoria não faz mais sentido como na virada do século XVIII para o XIX, devido às condições de trabalhos colaborativos em grande escala. A indexação por assunto tem sua aplicação e utilidade questionada frente ao texto que se distribui numa rede de infinitas conexões, pelas quais cada leitor cartografa seu próprio texto via leitura difusa dos links. Os códigos de descrição bibliográfica e os métodos de indexação têm sido atualizados para dar conta da nova dinâmica, informação imposta pelas tecnologias digitais e a cultura forjada em seu ambiente.

Nesse sentido, repensar o livro é fundamental para buscarmos uma linha de fuga que possibilite a criação filosófica ou científica. A noção de livro-rizoma trabalhada por Deleuze e Guattari (2011) pode levantar elementos que frutifiquem essa reflexão.

5 O livro-rizoma, ao chão novamente

Deleuze e Guattari (2010) têm na base do pensamento uma ontologia imanente. Por isso se interessam pelas criações produzidas não por um "ser supremo", por uma ideia platônica ou pela razão transcendente. Argumentam que toda criação emana do caos. O criador necessita fissurar a *doxa*, o senso comum, e fazer com que o caos vaze, escorra, trazendo a novidade. O ser humano não pode lidar com o caos absoluto, onde as velocidades são infinitas e o amorfo prevalece. Por isso desenvolveu meios para se relacionar com o caos. A arte, a ciência e a filosofia são meios para contactar com o caos, as quais lidam com o caos à sua maneira. A arte atua a partir de sensações, a ciência, pelas referências e a filosofia por conceitos. As três formas de pensamento são independentes, mas podem estabelecer conexões. Tais conexões são importantes à criação do novo.

O livro-rizoma é um conceito criado pelos pensadores franceses. Um conceito poderoso que não aceita a divisão platônica do mundo. Não há uma dimensão ideal ou uma sensível em que o conceito de livro-rizoma possa ser enquadrado, encaixado, hierarquizado. O conceito age nos estratos que uma abordagem mais tradicional chamaria de epistemologia, mas também numa dimensão sociocultural, mais terrena.

A filosofia opera a partir da não-filosofia (DELEUZE; GUATTARI, 2010), por isso os autores destacam o livro-clássico, não como conceito filosófico, mas como signo que pode desencadear o pensamento e a criação conceitual.

A ciência também cria, a partir de sua negação, o senso comum. Otlet (2018) busca dar cientificidade à noção de livro, projeto resultante do acúmulo de trabalhos que tomam esse elemento como objeto na BCI. Em Naudé (2016), o discurso sobre o livro o torna diferenciado, como fenômeno que merece um profissional adequado e um saber específico, e a simbologia do livro e da biblioteca é destacada. No código de catalogação francês (MASSIEU, 1791), é representado como um bem do Estado, uma variável a ser controlada pela racionalização, um elemento que corrobora a construção da sociedade iluminista. Em Panizzi (1841), aprofunda-se o processo de objetificação do livro, tornando-o um elemento reificado a partir do qual as informações são extraídas e descritas no catálogo.

Otlet busca a cientificidade na matemática, define o livro na fórmula: livro é igual à soma dos elementos materiais, gráficos, linguísticos e intelectuais, sobre a soma da encadernação, frontispício, preliminares, corpo da obra, tabela e apêndices:

$$L = \frac{E\,(M + G + L + 1)}{S\,(r + f + p + c + t + a)}$$

O produto pode ser multiplicado pela determinação de um lugar e um tempo (dados relativos ao autor).

$$L = \frac{E}{S} \times e \times t$$

Além disso, Otlet traça paralelos entre as leis científicas e suas aplicações no âmbito do livro. Segundo o belga, na ciência do livro, compreendem-se os fatos comuns a todos os livros, considerados como "um todo orgânico do qual cada livro é uma parte". (OTLET, 2018, p. 656). Afirma que as leis consideradas universais, válidas a todos os campos de conhecimento, são válidas aos livros também e cita a lei da mudança e da evolução; as leis da adaptação, da repetição e da oposição e, a lei da repetição amplificadora.

Da matemática, os algoritmos são importantes, sobretudo no estabelecimento de notações de classificação dos livros. Da mecânica, a noção de mecanismo, "o livro é um mecanismo", e aponta que os estudos sobre como o espaço e o tempo podem tornar o livro um recurso mais apto para atender à crescente demanda do consumo de informação. Cita leis da físico-química, como a da conservação de energia, da biologia, como as leis da filogênese, ontogênese, lei da organização e a seleção natural. No psiquismo, busca a lei da associação e a lei do equilíbrio. Na sociologia, cita as dez leis do desenvolvimento da organização do trabalho social.

Grande parte dessas leis já foram contestadas ou mesmo superadas, todavia há referências a elas que demonstram o esforço em tornar o livro um objeto científico. O pensamento científico enfrenta o caos, traz dele intensidades e busca desacelerá-las, conferindo-lhes referências (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Otlet (2018) busca pensar o livro sobre referências estáveis, estáticas, passíveis de apreensão sensível. Mesmo essas leis, tendo origens em diferentes áreas, o documentalista europeu considera que elas podem ser experenciadas na realidade, não em um ambiente controlado, mas no mundo social.

Enquanto criação filosófica o conceito de livro-rizoma é estruturado a partir da noção de rizoma, um caule geralmente subterrâneo caracterizado por sua capacidade de desenvolver novos ramos em qualquer parte de sua extensão. Deleuze e Guattari (2011) buscam nesta noção elementos para compor o conceito filosófico. Os autores inserem o termo em outro contexto na construção do conceito filosófico: "Até animais o são, sob sua forma matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de hábitat, de provisão, de deslocamento, de evasão e de ruptura". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 22).

Rizoma é uma rede, mas não uma rede homogênea, ele conecta elementos distintos, cadeias semióticas, biológicas, sociais, econômicas. Conecta a atualidade ao caos criativo. É uma lógica de operação pragmática, utilizada para relacionar elementos distintos e promover devires, mudanças e atualizações. Deleuze e Guattari (2011) caracterizam o rizoma de forma aproximativa a partir de seis princípios: 1 — princípio da conexão; 2 — princípio da heterogeneidade; 3 — princípio da multiplicidade; 4 — princípio da ruptura assignificante; 5 — princípio de cartografia; e, 6 — princípio de decalcomania.

O princípio de conexão diz respeito à versatilidade em estabelecer conexões, o de heterogeneidade, à diversidade de elementos que são conectados. O princípio de multiplicidade é sobre a impossibilidade de sobrecodificar um rizoma, pois esse é horizontal, o que o faz fugir, se modificar, impossibilitando a sua representação, hierarquização ou previsibilidade. O quarto princípio diz respeito às rupturas, quebras, estancamentos de fluxos, que são assignificantes, pois a significação depende da estabilização, da verticalidade. O rizoma inviabiliza a dicotomia e o fechamento de sentido. O princípio de cartografia diz respeito à inexistência de um eixo genético no rizoma, pois ele se comporta como um mapa aberto e em constante atualização. Por fim, a decalcomania é o princípio que permite ao rizoma tornar-se interpretável, estruturável, hierarquizável: o decalque estrutura o rizoma. Este último princípio é fundamental para a dinâmica, pois a operação rizomática desemboca no decalque, mas não termina nele. O rizoma se abre novamente, com outras conexões e novos elementos, sempre que forçado a tal.

> O que está em questão no rizoma é uma relação com a sexualidade, mas também com o animal, com o vegetal, com o mundo, com a política, com o livro, com as coisas da natureza e do artifício, relação totalmente diferente da relação arborescente: todo tipo de "devires". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 44).

Deleuze e Guattari (2011) discursam sobre dois tipos de livro. O livro-raiz ou livro-árvore espelha a imagem do mundo. "É o livro clássico, como bela interioridade orgânica, significante e subjetiva". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 19). O livro-clássico imita o mundo, sob a lei da reflexão. O livro-clássico é operado e opera pela

lógica da árvore, a lógica binária, aquela que divide o uno em dois, dois em quatro e, assim, sucessivamente. É um livro aristotélico, lógico, taxonômico, ordenado por capítulos métricos. O livro decalque, entidade cultural. O livro é "decalque dele mesmo, decalque do livro precedente do mesmo autor, decalque de outros livros, sejam quais forem as diferenças, decalque interminável de conceitos e de palavras bem situados, reprodução do mundo presente, passado ou por vir". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 47). O livro tomou como modelo o Estado, isto é, a vontade de Estado, de organização, controle, expansão, submissão à uma dinâmica própria. "É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 48).

Já, o livro-rizoma é um organismo que está sempre se desfazendo, desconstruindo-se, ele não é composto por capítulos, mas por platôs, que se comunicam com outros platôs que não se definem na unidade do livro. O livro-rizoma é um agenciamento, composto por articulações estruturadas, mas com linhas de fuga. É uma multiplicidade, por isso, inatribuível, por isso, não tem não tem sujeito ou objeto. (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

O livro-raiz subsiste no livro-rizoma, contudo como passado ou como possível. O rizoma faz a raiz perder seu pivô, centralidade, centro organizador. Dessa forma, o livro-rizoma se constrói pela dobragem de um texto sobre outro, que implica uma dimensão suplementar a do texto.

> O mundo perdeu seu pivô, o sujeito não pode nem mesmo mais fazer dicotomia, mas acede a uma mais alta unidade, de ambivalência ou de sobredeterminação, numa dimensão sempre suplementar àquela de seu objeto. O mundo tornou-se caos, mas o livro permanece sendo imagem do mundo, cosmo-radícula, em vez de cosmo-raiz. Estranha mistificação, esta do livro, que é tanto mais total quanto mais fragmentada. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 21).

Por não enfocar o autor, os pensadores franceses não prezam pela distinção entre autor e leitor e, como consequência, "Não se perguntará nunca o que um livro quer dizer, significado ou significante, não se buscará nada compreender num livro, perguntar-se-á com o que ele funciona". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18). Desta forma,

> Não se tem mais uma tripartição entre um campo de realidade, o mundo, um campo de representação, o livro, e um campo de subjetividade, o autor. Mas um agenciamento põe em conexão certas multiplicidades tomadas em cada uma destas ordens, de tal maneira que um livro não tem sua continuação no livro seguinte, nem seu objeto no mundo nem seu sujeito em um ou em vários autores. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 45).

Sem autor, objeto, leitor, o que um livro tem? Exterioridade! "Um livro existe apenas pelo fora e no fora". (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 18). Constitui-se por uma dimensão externa que o subtrai de sua unidade. O livro é uma peça que promove a desterritorialização, um limite, um devir.

A potência de um livro escapa às condições normativas bibliográficas. O caso *Tarnac Nine* exemplifica isso. Um entrave nos trilhos ferroviários em Paris provocou o desligamento de energia no sistema que gerenciava os trens. O caso foi encarado pela justiça e pela mídia como um ato terrorista e fez com que a inteligência francesa buscasse incriminar um grupo de jovens residentes no vilarejo *Tarnac*. Sob forte apelo midiático e ações desproporcionais da polícia, alguns jovens foram presos. Um dos principais elementos considerados como evidência, cerceamento da liberdade de um desses jovens foi a relação de autoria que a justiça estabeleceu entre Julien Coupat e o livro *L'Insurrection qui vient,* de 2007, publicado anonimamente. O caso foi encerrado sem provas contra os jovens, mas expôs um novo *modus operandi* da inteligência, que buscou culpabilizar os indivíduos de maneira preventiva, com amplo aparato midiático e sob a justificativa do antiterrorismo. Contudo, com o passar do tempo, foi descoberto que pessoas ligadas à investigação forjavam provas e promoviam vazamentos à mídia, a fim de interferir nos processos jurídicos e acirrar a violência de Estado contra movimentos que se opunham ao capitalismo, mesmo que de maneira pacífica. (TOSCANO, 2009). Interessante citar que a inteligência francesa se dispôs a ajudar o governo da Tunísia a conter as manifestações que, posteriormente, foram compreendidas no conjunto do movimento *Primavera Árabe*.

Outro exemplo de ação rizomática de um livro se dá no romance de Edgar Allan Poe, *The Narrative of Arthur Gordon Pym*, de 1838. Narrado pela personagem Pym, que conta suas aventuras em um navio que acaba naufragando. O narrador se salva em um

bote com outras três personagens. À deriva no mar, a fome faz o grupo tirar na sorte qual deles seria canibalizado pelos outros três e, quem acaba morrendo, é a personagem Richard Parker. A cena de canibalismo beira à irrealidade. Todavia, quase 50 anos mais tarde a realidade nos surpreende: o veleiro Mignonette afundou e quatro sobreviventes escaparam em um bote. Após três semanas em alto-mar, realizaram um sorteio e um dos marinheiros foi canibalizado. Seu nome era Richard Park.

É importante refutar qualquer linearidade casuística entre o livro e os fatos decorrentes, pois a situação é rizomática. Há um verdadeiro agenciamento do qual o livro participa. Um rizoma que conecta o livro à elementos heterogêneos, que perpassam dimensões semióticas, políticas, sociais, culturais, subjetivas, pessoais... Mais que autor, título, data, imprenta, é necessário dar conta das conexões que um livro apresenta para tornar seu acesso potencializado. Propomos que tais relações das obras com o mundo passem a compor o registro bibliográfico, pois o livro não se delimita em suas margens, mas compõe e é composto pelo próprio mundo. São os lações do livro com o mundo que interessam, não mais o ideal do livro partido entre conteúdo e forma. Cabe a quem explorar tais laços? Talvez, a uma ampla gama de profissionais e pesquisadores, dentre eles, os profissionais da informação.

6 Considerações Finais

O platonismo é caracterizado pela valorização dos objetos ideais em detrimento dos objetos sensíveis. Somente no mundo das ideias a verdade pode ser alcançada. O procedimento para tal é a dialética, segundo a qual se identifica uma ideia unitária para então subdividi-la.

Para Deleuze (2007), a principal herança do platonismo foi a vontade de selecionar, de escolher uma linhagem e a exclusão dos simulacros. O simulacro é a diferença em si e, como tal, não poderia ter sido aceita em sua rebeldia pela filosofia tradicional. Aristóteles aborda a diferença, não a exclui como pretendeu Platão. Contudo, não libera o simulacro, submete-o à identidade. A diferença em Aristóteles é a específica, segundo a qual um objeto do mundo pode ser hierarquizado a partir de suas propriedades. A lógica aristotélica é uma das responsáveis pelo abafamento que a

filosofia tradicional exerceu sobre a diferença.

O livro, enquanto problema científico da BCI foi constituído sob o platonismo. Elege-se um livro ideal, do qual se divide partes, divide-se conteúdo e forma, em seguida, autor, título, assunto. O registro e controle bibliográfico é realizado a partir de tal estrutura. Compreende o livro como reflexo do mundo, sob a ordem do Estado ou do capital.

O livro-rizoma é um conceito filosófico. Não uma ideia, embora a ideia seja um conceito de Platão. O conceito está neste mundo, operando os processos de individuação, de criação. É por isso que se cria a partir de um livro. Um livro nos transforma, transforma o mundo. As *Teses* de Lutero, o *Manifesto* de Marx ou de Breton, *Um Lance de Dados* de Mallarmé. Livros que arrastam o mundo por uma linha de fuga.

O conceito de Deleuze e Guattari (2011) nos revela que além de autoria e assunto, há um universo para a BCI explorar e, ao invés de olhar um obra e perguntar "qual é seu autor"? ou "qual é seu assunto"?, podemos perguntar, "como o livro funciona?", "com o que se conecta?". Mais que uma indagação, é uma atitude do profissional da informação frente aos desafios do mundo contemporâneo.

Lutero criou uma máquina na qual as teses eram parte de engrenagem. Uma máquina que transformou o poder da Igreja. Marx criou uma engrenagem na máquina revolucionária socialista. Breton e Mallarmé, máquinas de vanguarda, que transformaram a estética, os costumes.

Otlet (2018) fala de uma "metalurgia dos livros". Talvez a imagem da metalurgia já não seja adequada ao *soft* trabalho informacional. O rompimento das barragens mineiras revela o caráter dessa indústria. A informação fica encoberta pela massa de rejeitos. Todavia, o profissional da informação é uma espécie de mecânico, que busca engrenar livros e pessoas, conectar para funcionar e transformar. Mais que representar, é necessário a esse profissional maquinar a informação.

Transformar uma realidade já soterrada do Mesmo, da identidade, das essências e binaridades cansadas. Os registros bibliográficos, mais que pontes de acesso, devem ser botões das maquinações, podem ampliar o interesse do livro objetificado ao livro conectado, explorar as histórias que cada documento possui, os impactos que causaram, as relações não lógicas entre as obras.

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Brasil: Martins Fontes, 2007.

ARAÚJO, A. V. N. A reversão do platonismo como possibilidade de abertura para uma linhagem imanentista de pensamento em Gilles Deleuze. **Revista Trágica**: estudos de filosofia da imanência, 2º quadrimestre de 2015, v. 8, n. 2, p. 86-104. Disponível em: tragica.org/artigos/v8n2/araujo.pdf.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 27, n. 4, p. 197-204, 1976.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização e representação do conhecimento. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.). **Temas de pesquisa em ciência da informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010, p. 85 — 103.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, vol.1- São Paulo: Editora: 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Que é a filosofia?.** São Paulo: Editora 34, 2010.

FLORIDI, L. Open problems in the philosophy of information. **Metaphilosophy**, v. 35, n. 4, p. 554-582, 2004.

FOUCAULT, M. Theatrum Philosoflcum**.** In: _____. **Nietzsche, Freud e Marx Theatrum Philosoficum**. São Paulo: Princípio, 1997. p. 45-81.

MASSIEU, J-B. **Instruction pour procéder à la confection du catalogue de chacune des bibliothèques sur lesquelles les directoires ont dû ou doivent incessamment apposer les scellés**, Paris: Mpremiere Nationale, 1791. Disponível em: https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64658219/f5.image.

MELOT, M. **Livro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

NAUDÉ, G. **Conselhos para formar uma biblioteca**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde et al. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PANIZZI, A. 91 Rules for Compilation of the Catalogue. In: **Catalogue of Printed Books in the British Museum**, v, 1. Londres: Department of Printed Books at the British Museum, 1841. p. iii — iv.

TOSCANO, A. The war against pre-terrorism: the Tarnac 9 and The Coming Insurrection. **Radical Philosophy**, v. 154, n.1, 2009. Disponível em: https://www.radicalphilosophy.com/commentary/the-war-against-pre-terrorism.

VIEIRA, L. **Nietzche e a reversão do platonismo**. 2000. lisztvieira [sítio]. Disponível em: <https://lisztvieira.com.br/2015/12/22/nietzche-e-a-reversao-do-platonismo/>.

WIENER, N. **Cybernetics or control and communication in the animal and the machine**. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1965.

II

Representação em Domínios do Conhecimento

A representação do objeto museológico pela ótica da reprodutibilidade técnica

Renata Cardozo Padilha
Coordenadoria Especial de Museologia
Universidade Federal de Santa Catarina

1 Considerações iniciais

As formas de representação dos objetos museológicos ou do patrimônio cultural atendem às leis, normas e procedimentos determinados por órgãos e instituições de preservação patrimonial, tais como: Comitê Internacional para a Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museologia (ICOM), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outros. Apresentam diretrizes à organização e tratamento de bens culturais, nacionais e internacionais, considerando as transformações sociais, históricas, culturais, econômicas, etc., que influenciam as políticas de promoção e proteção do patrimônio cultural da humanidade.

No âmbito dos museus e da Museologia, o patrimônio cultural, material ou imaterial, passa pelo processo de musealização que visa à comunicação, salvaguarda e pesquisa, a fim de disseminar, organizar e tratar os aspectos físicos e de conteúdo de cada bem. Compreendidos como objetos museológicos, esses bens culturais musealizados possuem múltiplas informações de características intrínsecas e extrínsecas que devem ser consideradas, visto a relação contextual com os indivíduos e o ambiente e território o qual fizeram ou fazem parte.

Ressalta-se que com o advento da internet, as instituições museológicas têm utilizado de ferramentas e processos específicos vinculados às tecnologias de informação e comunicação (TICs), com o intuito de atender as necessidades da cultura digital, seja

por meio de: aplicativos, plataformas digitais, bem como processos de digitalização, objetos digitais, entre outros. Identifica-se que as formas de compreensão sobre os objetos museológicos ou patrimônios culturais são ampliadas e modificadas, consequentemente, leva-nos à reflexão sobre a representação destes bens no âmbito do digital.

Diante do exposto, encontram-se desafios no campo da Museologia em relação à representação dos objetos museológicos ou patrimônio cultural no que tange ao meio digital. Benjamin (2012), em seu texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* já nos alertava para as transformações nas formas de reprodução da arte; na época de sua análise, década de 30, a técnica em voga era o cinema e a fotografia. Na atualidade, deparamo-nos com a técnica da digitalização e do formato digital, que expõe tanto a arte quanto a cultura por outra ótica de informação, comunicação, mediação, linguagem, formato e ambiente, neste último caso, o virtual.

Assim, neste ensaio, propomo-nos a refletir e ampliar a discussão sobre o processo de representação dos objetos museológicos, considerando a digitalização e o formato digital pela perspectiva da reprodutibilidade técnica.

2 A documentação do objeto museológico: aspectos da representação

É de função estrutural dos museus a pesquisa, a salvaguarda e a comunicação de suas coleções; essas três ações compreendidas como partes fundamentais no processo de musealização dos objetos na instituição. No que diz respeito à pesquisa, seja ela interna[1] ou externa[2] ao museu, encontra-se em grande medida vinculada a todas as atividades elaboradas na instituição, uma vez que a investigação sobre as características informacionais intrínsecas e extrínsecas ao objeto museológico é contínua. Pinheiro (1996, p.7) destaca isso quando aponta que a pesquisa "[...] é o motor propulsor da

[1] Trata-se das pesquisas realizadas pelos profissionais que trabalham no museu, elaboram investigações relacionadas ao acervo, à montagem de exposições, como também a criação de projetos institucional.

[2] Diz respeito às pesquisas desenvolvidas por pesquisadores não vinculados ao museu, mas que investigam o patrimônio material ou imaterial salvaguardado na instituição.

organização de acervos, pois o seu trabalho repousa e é desenvolvido a partir de dados, documentos e informações do acervo cuja plena utilização pressupõe a sua organização e fácil recuperação".

Assim, é a pesquisa no museu que legitimará todas as ações desenvolvidas pelos profissionais que trabalham na instituição. Pode compreender-se que tanto as atividades relacionadas à salvaguarda quanto as com a comunicação do acervo museológico, implicam uma investigação minuciosa que envolve questões de segurança, controle, acesso e cuidado com aquele. Bruno (2009) indica que os museus precisam estabelecer um conjunto de ações que visem à proteção, à gestão e à disseminação da informação dos acervos, de modo que possibilite a diversidade de interpretações sobre ele e que permita que a sociedade se aproprie destes bens culturais.

Diante disso, no âmbito do museu, as ações que visam à representação do conhecimento e da informação (BRASCHER; CAFÉ, 2010) dizem respeito principalmente à atividade de documentação museológica que visa: organização, representação, gerenciamento e recuperação do objeto museológico, referentes a sua salvaguarda. Para tanto, é necessário compreender a ideia de objeto museológico enquanto documento e, identificar os processos tradicionais à sua organização e representação, uma vez que são processos fundamentais ao reconhecimento dos caminhos a serem realizados no contexto do digital e da *web*.

O documento por muito tempo foi atrelado à noção de registro gráfico, principalmente textual e em suporte de papel. Otlet e Briet, a partir de seus estudos ampliam o conceito de documento ao acrescentar que, praticamente, tudo poderia ser um, desde que a coisa ou objeto representasse ou comprovasse um acontecimento. Eles identificaram que a documentação não poderia reduzir seus anseios apenas ao registro gráfico, pois os objetos de diferentes formas e suportes, também, necessitavam ser explorados por serem potencialmente carregados de valor documental e informacional.

Apropriando-se deste pensamento, é possível fortalecer a ideia de que as coisas ou objetos podem se tornar documento a partir das relações que se estabelecem entre eles e os indivíduos. A contribuição desses estudiosos, no alargamento do conceito de documento, permitiu que identificássemos o museu como o espaço que valoriza o objeto tridimensional como documento e que possibilita esta relação.

O museu é um espaço destinado a transformar as coisas e objetos em documentos; é por meio do processo de musealização que novos significados, referências, sentidos e usos tornam o objeto museológico num documento. Lara Filho (2009, p.168) diz que "Ao assumir as consequências da transformação do objeto em documento, o museu trabalha não só com bens materiais, mas simbólicos", ou seja, não são somente as propriedades físicas do objeto museológico-documento que devem ser consideradas como informação, há uma série de simbolismos e historicidade em volta dele que necessitam ser investigados e apresentados no museu.

Assim, qualquer objeto pode vir a ser um documento, desde que possua registro de informação. O documento é um objeto originado pelo homem ou pela natureza independentemente da sua forma ou suporte, podendo representar um indivíduo, um grupo, um acontecimento, uma cultura, entre outros. O essencial é que o documento seja um testemunho fiel de algo que queira comprovar ou informar.

> O que faz de uma coisa ou de um objeto um bem cultural ou um documento? Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído quando e onde foi feito, qual é o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas, etc. (CHAGAS, 1994, p.35).

Constata-se que o documento se constitui no momento que passa a ser investigado e, a partir disso, suas informações podem ser levantadas e interpretadas. O documento é um suporte que comprova algo para alguém, por isso ao passar por um processo técnico específico, denominado de documentação, acaba por manifestar todo seu potencial informativo.

A documentação, por meio do registro do documento, sistematiza sua informação, possibilita a pesquisa nele e sobre ele, assim como controla e o assegura.

É apontado que no processo de documentação se

> discute questões relacionadas ao acesso à informação,

> levando em conta diversidades culturais e problemas de distribuição da informação, bem como questões relacionadas à preservação da informação [...], e questões relacionadas à seleção e autenticidade da informação, [...]. (SMIT, 2008, p.20).

A ação de documentar permite que o documento seja acessível e, consequentemente, facilite o processo de busca e recuperação da informação pelos seus interessados. Na documentação, organizamos o conhecimento a partir de leis, de normas, de diretrizes, de códigos, de valores, entre outros. Cabe ressaltar que esta técnica não é neutra, fatores internos e externos influenciam diretamente na forma como o objeto museológico-documento vai ser investigado e tratado (físico e conteúdo). Pois, além de as diferentes instituições como bibliotecas, arquivos, museus poderem adquiri-lo e desenvolverem procedimentos técnicos e metodológicos distintos, o contexto social e cultural no qual o objeto fez ou faz parte influenciará no modo como terá sua informação representada.

A documentação é um processo de organização que estipula técnicas que visam à recuperação, acesso e uso da informação contida nos objetos museológicos-documentos. Conforme expõe Guimarães (2009), este processo deve ser desenvolvido a partir de uma análise do contexto social no qual o objeto museológico-documento foi produzido, ou seja,

> a organização da informação deve ser entendida como um conjunto de procedimentos que incidem sobre um conhecimento socializado (que, por sua vez, é um produto social e tem uma utilidade social e individual), os quais variam em virtude dos contextos em que são produzidos ou os fins a que se destinam, pois é a partir destes que se desenvolvem os parâmetros de organização. (GUIMARÃES, 2009, p.106).

Para tal, as características informacionais físicas e de conteúdo dos objetos museológicos-documentos tratados, devem ser abordados tanto pelo estudo de seu contexto social e cultural no qual foram produzidos, quanto por onde circulam na atualidade. Dessa forma, é necessário reunir um conjunto de fatores que apresentem a estrutura, o assunto e os simbolismos deles.

Ressalta-se que para uma representação da informação (física

e de conteúdo) de qualidade, devem ser adotados metadados[3] minimamente padronizados, principalmente com relação à terminologia utilizada, o que garantirá ao sistema de informação um tratamento mais eficiente e com maior possibilidade de diálogo entre outros sistemas e entre ele e seu público-usuário heterogêneo.

A Resolução Normativa Nº2, de 29 de agosto de 2014 do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), constitui os metadados indispensáveis à descrição das informações dos acervos museológicos, bibliográficos e arquivísticos para serem declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, segundo consta no art. 3º como sendo bens culturais museológicos. Com a finalidade de controle, gestão e segurança dos bens museológicos nacionais, essa resolução visa ao estabelecimento de um padrão de informação sobre os objetos museológicos de acervos de museus, a fim de identificar com um conjunto mínimo as informações consideradas significativas para representá-lo e poder gerar assim um diálogo entre os acervos.

Este processo de representação da informação dos acervos museológicos é proporcionado, como já mencionado, pela atividade de documentação museológica. Dessa forma, neste texto, identificam-se as formas de representação da informação no cenário do museu tradicional, uma vez que é a partir disso que o contexto do digital deve ser pensado. Ao colocar em destaque as formas de representação de objetos produzidos em formato digital ou digitalizado, constata-se pouca discussão entorno destes bens criados para atender uma demanda social e cultural, que surge em meio aos avanços tecnológicos à disseminação da informação e comunicação democrática e acessível. Nesse caso, a elaboração de processos de documentação nas instituições acaba por não atender, especificamente, esta necessidade que visa outra linguagem e mediação.

Na documentação do objeto museológico, cada bem possui um conjunto de informações referentes às suas características intrínsecas e extrínsecas. Cabe a esta ação, por meio de um sistema de informação, produzir meios para a descrição dos objetos museológicos, a fim de criar elementos que representem

[3] São dados correspondentes a outros dados, trata-se de elementos que descrevem as informações sobre forma e conteúdo de um objeto/documento que é fonte de informação.

toda sua multiplicidade de informação. A documentação do objeto museológico deve ser desenvolvida com responsabilidade, pois se trata de uma ação fundamental para todas as atividades elaboradas no museu. A partir dela é que se determinam as possibilidades de uso do objeto museológico na instituição, sejam em exposições, publicações, ações educativas e culturais, funções administrativas, interoperabilidade entre museus e apoio às pesquisas internas e externas ao museu.

No que diz respeito ao tratamento documental, algumas etapas devem ser realizadas da entrada do objeto ou coleção no museu até o procedimento de registro, sua interpretação e organização. Dentre as etapas estão: o registro do objeto no livro tombo, o arrolamento, o inventário do objeto, a identificação do objeto (numeração e marcação) e a descrição das suas informações intrínsecas e extrínsecas na ficha de catalogação.

O processo de catalogação possibilita a compreensão dos aspectos informacionais do objeto museológico que o caracteriza como documento. A ficha de catalogação faz parte do sistema de informação desenvolvido pela instituição museológica, cuja finalidade é a descrição das informações intrínsecas e extrínsecas referentes aos objetos museológicos, pertencentes ao acervo. Por isso, a ficha de catalogação é o instrumento síntese de representação da informação dos objetos que compõem os acervos dos museus tradicionais.

A criação de metadados para este instrumento de descrição de objetos museológicos precisa: identificar o objeto, apresentar suas propriedades físicas, tratar das informações históricas, simbólicas e de seus usos antes e depois de incorporado no museu. Por isso, o controle terminológico deve subsidiar a padronização dos metadados que compõem a estrutura dessas fichas de catalogação, no entanto, cada acervo de cada instituição museológica não pode se sentir engessado em suas possibilidades informacionais.

Os metadados servem para descrever as informações sobre os objetos e documentos, por isso são elaborados de maneira a indicar e dar consistência à representação da informação destes bens. Cabe ressaltar que, para atender a nova realidade dos objetos e documentos no âmbito digital, é preciso aprofundar os estudos de documentação museológica, a fim de expandir e conectar essas formas de representação entre eles.

Uma vez que são criados digitalmente, os bens digitais se aproximam dos públicos variados que se encontram na *web*, mais especificamente, permitem maior acesso e democratização à cultura. A representação da informação tem por objetivo facilitar a disseminação e a recuperação dos objetos e documentos e, quando pensadas em diálogo com as tecnologias de informação e comunicação (TICs), apresentam amplas possibilidades de acesso e produção de conhecimento pela sociedade.

Nessa perspectiva, O *International Committee for Documentation* — CIDOC[4], produziu orientações e diretrizes internacionais à padronização da descrição para documentação de objetos de museus, denominada *Definition of the CIDOC Conceptual Reference Model*, que se encontra atualizada na versão 6.2[5] de 2015 (ICOM, 2015). Este documento é uma ontologia formal que visa promover a integração, mediação e intercâmbio de informações sobre o patrimônio cultural e documentação em museus. Trata-se de um modelo de referência para que museus e instituições afins, que lidam com os objetos museológicos ou patrimônio cultural, possam descrever suas coleções e partilharem informações entre eles. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2016).

O Modelo de Referência Conceitual CIDOC-CRM (ICOM, 2015) busca promover a interoperabilidade entre dados e sistemas de informação, a partir da investigação dos conceitos comuns por trás de estruturas de dados e metadados que descrevem o patrimônio cultural. Estruturalmente, possui 94 classes que correspondem à categoria de itens que compartilham um ou mais pontos em comuns, servindo de critérios para identificar cada item pertencente à classe. Para interligar uma classe a outra, são empregadas as propriedades, que têm o objetivo de estabelecer o sentido e a relação do objeto; no total, o documento possui 168 propriedades. Segundo o modelo CIDOC-CRM (ICOM, 2015), a propriedade é caracterizada por uma intenção, definida e registrada no modelo por uma nota de escopo.

---

[4] Trata-se de um dos comitês que pertence ao *International Council of Museums* — ICOM.

[5] Esta é a versão considera pelo CIDOC atualizada e para uso da comunidade interessada, as outras versões mais avançadas que foram desenvolvidas estão em processo de elaboração e verificação.

No âmbito do objeto museológico e de sua representação no contexto digital, identifica-se a transformação ocorrida no seu aspecto físico e de conteúdo. Assim, verifica-se que não estamos mais nos referindo ao objeto museológico tradicional salvaguardado na instituição museológica, pois para ser disponibilizado na internet necessita ser reproduzido no formato digital, seja por meio da digitalização, da fotografia digital ou criado digitalmente a partir de bits. Além disso, tem suas relações comunicacionais e informacionais alteradas frente à demanda dos públicos heterogêneos da cultura digital.

Conforme aponta Smit (2008),

> A materialidade do documento eletrônico obriga a uma nova reflexão, quando se reconhece que o documento eletrônico não é produto de uma inscrição em um suporte, mas a associação de três partes: estrutura lógica (que especifica a organização de um documento para indicar suas diferentes partes), o conteúdo do documento (formado pela informação contida em cada parte) e a estrutura de apresentação (a forma como o documento aparece na página, sua formatação). (SMIT, 2008, p.19).

Refletir sobre a representação desses documentos eletrônicos apontados por Smit (2008), ainda é um grande desafio às instituições museológicas. Observa-se que este tipo de objeto museológico-documento em meio digital amplia ainda mais as possibilidades de informação que o objeto museológico tradicional possui, uma vez que além das informações referentes a ele, antes e depois de ser incorporado no museu, também terá as características informacionais a respeito desta reprodução digital.

Segundo Roberts (2004, p.47), "Se o museu estiver a desenvolver registros informáticos e imagens digitais, isto pode ser o começo para providenciar acesso à informação sobre seu acervo na Internet.". Nesse sentido, a mesma preocupação que o museu deve apresentar ao produzir e disponibilizar objetos museológicos em formato digital, ele deve ter com a possibilidade e amplitude de informação que essa transposição proporciona.

Cabe destacar, que independentemente do meio pelo qual o objeto museológico é produzido e disponibilizado, é dever da instituição promover a pesquisa, a salvaguarda e a comunicação de modo a destacar o seu valor patrimonial, documental e

informacional. Evidencia-se, diante disso, que a documentação museológica é a ação que liga o objeto museológico aos públicos. Portanto, é necessário que se criem métodos legítimos de representação dos objetos museológicos, seja físico ou digital, que atendam às perspectivas de seu contexto informacional, social e cultural, de maneira atualizada, ampla e acessível.

3 A reprodutibilidade técnica e a representação do objeto museológico

A crescente inserção de objetos museológicos em formato digital no contexto *web*, apresenta-nos a possibilidade de lançarmos outro olhar interrogativo conforme nos aponta Chagas (1994). A informação que estes objetos digitais podem nos proporcionar está diretamente ligada ao processo de reprodução ou reprodutibilidade pelo qual passam, assim como, no meio de disseminação que são expostos e na necessidade dos públicos imersos na cultura digital.

Diante disso, é fundamental refletir sobre a transposição do objeto museológico físico para o digital, principalmente no que tange à representação descritiva de seu suporte, conteúdo e usos, quando é reproduzido ao meio digital e disponibilizado na *web*. A reprodutibilidade técnica de Benjamin (2012) está diretamente relacionada ao acesso em massa do objeto reproduzido, ou seja, a principal questão da reprodução é a democratização e o acesso, já que possibilita ao observador ampliar seus conhecimentos por meio do objeto-documento exposto, bem como lhe proporcionar uma aproximação independentemente da distância geográfica estabelecida. Aqui a discussão está entorno da transformação da percepção humana, e de como os públicos pertencentes à cultura digital se comunicam, buscam se informar e compartilhar ideias, perspectivas e conhecimentos diversos.

Verifica-se que a reprodução digital do objeto museológico nos apresenta outra forma de compreender e visualizar o patrimônio cultural que, por sua vez, possui múltiplas possibilidades de representar suas informações. Nesse caso, categorizado como patrimônio digital, esse que, "nascido digital ou posteriormente digitalizado, [...] não deve ser apreendido apenas como um objeto, mas como um valor agregado de informações sobre o objeto, seja

esse objeto de natureza material ou imaterial". (DODEBEI, 2008, p.9). E, adaptado ao contexto dos museus, é considerado objeto museológico digital, já que ao ser digitalizado a partir da referência do objeto museológico salvaguardado no museu ou produzido nato-digital, agrega informação de sua origem e passa a receber uma carga valorativa patrimonial, documental e informacional, tendo em vista sua nova história, usos e disseminação por meio do processo de virtualização, proporcionado pelo ambiente *web*.

No que diz respeito à reprodutibilidade técnica, a partir dos estudos iniciais de Benjamin (2012), é possível compreender que a transformação dos meios de produção cultural e artística foram e ainda são inevitáveis ao processo de desenvolvimento social, cultural e tecnológico. Uma vez modificadas as necessidades informacionais, sociais, culturais e econômicas da sociedade, alteram-se também as formas, os meios, as técnicas e os seus significados. Na época da reprodutibilidade técnica de Benjamin, a obra de arte ganhou as massas, a produção era em larga escala, e a democratização de seu acesso visava à aproximação com a sociedade.

Com a aceleração das técnicas e das tecnologias de comunicação e informação (TICs), emerge uma sociedade que ambiciona compartilhar e interagir constantemente com o outro. Assim, a internet surge como uma ferramenta significativa no processo de comunicação do museu, tendo seus públicos, pois de acordo com Muchacho (2005), a internet se torna imprescindível à disseminação da informação e propagação do conhecimento, ou seja,

> A internet vem possibilitar uma maior interacção com o público e com os especialistas, possibilitando uma rede de troca de experiências e conhecimentos entre instituições com objectivos semelhantes ou convergentes. Na verdade, quase que podemos afirmar que se realiza uma nova visita, abrangendo determinados objectos e percursos expositivos que não foi possível realizar no espaço museológico tradicional. (MUCHACHO, 2005, p. 1542).

O meio virtual se apresenta como uma nova possibilidade para um público maior e heterogêneo usufruir, apreciar, refletir e interpretar o patrimônio em meio digital. Para Muchacho (2005), essas ferramentas de disseminação na rede permitem outra forma de o objeto museológico apresentar sua carga informativa,

educativa e estética, pois possibilita que os públicos participem e interajam com esse novo espaço e tipo de objeto-documento.

Dessa forma, levar em consideração as experiências, o contexto social, os gostos individuais e a cultura do digital, possibilita que cada indivíduo possa construir suas próprias referências e formas de explorar as plataformas de comunicação do patrimônio cultural que estão na *web*. A partir disso, estabelece-se um olhar diferenciado para com os objetos museológicos digitais, disponibilizados nas plataformas de comunicação do patrimônio cultural na rede, tanto em relação ao suporte, que de físico passa para o digital, como sobre as múltiplas abordagens e descrição possibilitadas por ele, tendo em vista que carrega consigo sobreposições informacionais.

Quando se reconhece que o objeto museológico ou patrimônio cultural passa a ser produzido e reproduzido, compreende-se que ele se adapta e ganha novas informações, simbolismos e significações que precisam ser considerados e representados. Assim, precisamos nos atentar às formas de representação destes objetos museológicos digitais, a fim de que os museus, os órgãos e as instituições de preservação repensem suas normativas e procedimentos, para atender as novas realidades informacionais e comunicacionais dos públicos encontrados na *web* e que vivem uma realidade social e cultural própria do ambiente digital.

4 Considerações finais

As formas de proteção e promoção dos objetos museológicos ou patrimônio cultural nos direciona à análise dos aspectos de organização e representação (física e de conteúdo) da informação. Perceber as transformações sociais, históricas, culturais, tecnológicas, artísticas, econômicas da sociedade, leva-nos à compreensão das mudanças pelas quais a preservação patrimonial passou ao longo dos anos.

Acredita-se que, o contexto social, histórico e cultural em diálogo com as tecnologias de informação e comunicação (TICs) em voga, transformam o meio e o modo de representar os objetos museológicos ou patrimônio cultural. Além disso, é preciso considerar que ao identificar a necessidade informacional específica da cultural digital, possa-se encontrar caminhos às mudanças

nas leis, normas e instrumentos, que atendam as características específicas do contexto informacional e comunicacional dos bens digitais e dos indivíduos pertencentes na cultura digital.

Defendo, aqui, a singularidade dos museus e de seus acervos, compreendo a difícil missão de diálogo por conta disso, mas reconheço também a importância da interação entre instituições de salvaguarda do patrimônio cultural, ainda mais quando se propõem a participar de um projeto de compartilhamento, ou seja, de redes. Portanto, reconhecer a realidade da reprodutibilidade digital dos objetos museológicos ou patrimônio cultural é o primeiro passo para problematizar as formas de representação de que este objeto-documento criado necessita, tendo em vista não somente o seu formato, mas também, a maneira pela qual ele passa a ser selecionado, interpretado e utilizado na *web*.

Assim, como os objetos-documentos passam pelo processo de musealização e são identificados, ressignificados e atualizados no contexto de que fez ou que fará parte, os bens digitalizados ou criados digitalmente devem ser repensados e questionados devido a sua possibilidade de democratização, acesso e interação, atingindo um número maior de indivíduos, culturas e regiões.

Referências

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2012. 127 p.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização e representação do conhecimento. In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.). **Temas de pesquisa em ciência da informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010, p. 85 — 103.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Resolução Normativa n.º 2**, de 29 de agosto de 2014. DOU, Poder Executivo, Brasília, DF, 1º set. 2014. Seção 1, p. 14-15.

BRUNO, M. C. O. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocesso e desafios. In: Marcus Granato e marcio R. Rangel. (Org.). **Cultural Material e patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST, v.1. 2009. 14-25p.

CHAGAS, M. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de Sociomuseologia**, v.2, n.2, 1994. Disponível em: http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534. Acesso em: 06 Mar. 2016.

CIDOC-CRM. **Conceptual Reference Model** [online]. Disponível em: http://www.cidoc-crm.org/functional-units. Acesso em: 05 nov. 2017.

DODEBEI, V. L. D. Patrimônio digital virtual: herança, documento e informação. In: **26a. Reunião Brasileira de Antropologia**, p. 1-12, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, 2009. 105-117p.

Internacional Council of Museums — Portugal. Disponível em: http://www.icom-portugal.org/documentos_def,129,161,lista.aspx#. Acesso em: 12 fev. de 2016.

LARA FILHO, D. de. Museu, objeto e informação. **Transinformação**, Campinas, v.21, n.2, mai/ago, 2009. 163-169p. Disponí-

vel em: http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n2/06.pdf. Acesso em: 06 mar. 2016.

PINHEIRO, L. V. R.. Arte, objeto artístico, documento e informação em museu. In: XVIII Annual Conference of UNESCO ICOFOM — International Council of Museums, V Regional Meeting of ICOFOM/LAM, 1996, **Anais…** Rio de Janeiro. Symposium Museology & Art, 1996, p. 8-14.

MUCHACHO, R. Museus virtuais: a importância da usabilidade na mediação entre o público e o objecto museológico. In: Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 4, 2005, Aveiro. **Livro de Actas..**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005, p. 1540 -1547.

ROBERTS, A. Inventário e Documentação. In: **Como Gerir um Museu:** Manual Prático. ICOM, 2004. 33-54p.

SMIT, J. A Documentação e suas diversas abordagens. In: Museu de Astronomia e Ciências afins (MAST). Documentação em Museus, v.10. Rio de Janeiro: MAST, 2008. **Anais**... Rio de Janeiro: MAST Colloquia, 2008. 11-23p.

Os caminhos informacionais da representação da música

Camila Monteiro de Barros
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina

1 Considerações iniciais

A representação de um domínio de conhecimento tem início em um processo classificatório que pode ocorrer de forma mais ou menos rígida, sendo que essa rigidez envolve, principalmente, os parâmetros utilizados no levantamento dos conceitos relevantes ao domínio em questão.

O que nos cabe focalizar é que a organização do conhecimento (OC) abrange tal complexidade que as teorias sustentadoras desse processo de modelagem do conhecimento (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010) se tornam referências centrais para clarificar de que forma a representação de determinado domínio é construída. Isto é, há diferentes maneiras de investigar um domínio, de expor a compreensão que se tem como resultado dessa investigação, de definir e fixar (ou não) os significados dos conceitos e suas relações daí decorrentes. A definição de significados implica contextualização e, portanto, na redução da extensão semântica dos termos, ou seja, o termo é relacionado a um ou mais significados, dependendo do contexto em que é empregado.

A adoção de um ou outro princípio teórico provê um olhar diferente para o conjunto de saberes, seres e fenômenos que se pretende classificar. Percebemos, no entanto, que as teorias atualmente empregadas não se debruçam na investigação das diversas naturezas (nem sempre linguísticas) dos conceitos, que implicam tratamentos distintos para fins de OC. Essa situação tem impacto principalmente sobre aqueles conceitos, cuja primeira relação estética do indivíduo com a realidade é determinante na significação de certo tipo de informação. Esse é o caso da informação musical em que a emoção, o uso da informação e outras

dimensões compõem seu domínio, especialmente do ponto de vista de usuários não especialistas. Para Smiraglia (2002), a dicotomia entre representar a instância física da música e representar a obra permanece no discurso da Ciência da Informação; poderíamos, ainda, adicionar a instância dos efeitos de interpretação que são igualmente necessários na representação da informação musical.

O estudo da significação musical se torna relevante à OC uma vez que é a partir das possibilidades interpretativas que determinada informação oferece a um grupo de usuários, que serão tomadas as decisões de quais elementos são pertinentes para sua representação. Tratando-se, por exemplo, de aspectos imediatos como os emocionais, não é possível desempenhar qualquer modelo de análise que forneça controle absoluto na expressão desses aspectos. Assim, a Semiótica de Peirce "é essencial para o domínio da Organização do Conhecimento, pois a teoria semiótica define parâmetros de percepção dos 'conceitos'" (FRIEDMAN; SMIRAGLIA, 2013, p. 45) e torna possível a compreensão de como essa percepção é construída, tornando os conceitos revelados.

Para Peirce (1995), a semiose — que é o processo de significação — ocorre com base em três correlatos: o signo, o objeto e o interpretante[6]. Se admitirmos que a música é repleta de expressividade, então transmite significados que, por sua vez, são percebidos somente na relação entre a música em si (signo, na teoria peirceana), as experiências do indivíduo (possíveis objetos do signo) e a percepção do indivíduo (formação do interpretante).

O objetivo, neste capítulo, é a exploração das especificidades do domínio da informação musical com base na Semiótica de Peirce.

2 Organização do conhecimento

O processo de OC pode ter como base distintas perspectivas. Dentre elas, podemos citar Thellefsen (2002), que propõe a organização semiótica do conhecimento, com uma abordagem epistemológica que situa os conceitos em relação às respectivas teorias em que ocorrem. Já, a teoria do

[6] No andamento do texto, utilizaremos o termo "interpretante" para designar o conceito peirceano, "intérprete" para referir-nos àquele que interpreta o signo e "*performer*" para designar o indivíduo que realiza a performance musical.

conceito (DAHLBERG, 1978) é uma abordagem estrutural da investigação dos atributos que constituem um conceito, sendo que tais atributos seriam "enunciados verdadeiros sobre determinado objeto" (DAHLBERG, 1978, p.102). Há, ainda, as teorias provindas da Terminologia e da Linguística e os princípios daí derivados, como o princípio da garantia literária, defendido por Barité (2007) e Svenonius (2000), entre outros.

A análise de domínio, proposta por Hjørland e Albrechtsen (1995), está fundamentada, principalmente, na perspectiva sociológica do conhecimento e tem como base as divisões sociais do trabalho. Hjørland (2002, 2011) propõe a investigação de diferentes atores em uma comunidade discursiva específica, incluindo as formas de comunicação, baseadas em uma perspectiva sociológica e epistemológica. Hjørland não apresenta uma definição precisa do que seria empiricamente um domínio, mas, para Smiraglia (2014, p. 85), três características se combinam na sua definição: "Um domínio é um grupo que compartilha uma ontologia, assume pesquisas ou trabalhos em comum e também se engaja em discursos ou comunicação, formal ou informalmente".

Para Smiraglia (2015), já que a ordenação do conhecimento é o alvo da OC, o conhecimento registrado em documentos acaba se tornando o foco da área. Entretanto, o autor admite que a emergência da análise de domínio, baseada em comunidades discursivas, é uma consequência da necessidade de a OC considerar o conhecimento como produto de uma atividade discursiva, sendo que "toda atividade pode ser vista como produtora de conhecimento" (SMIRAGLIA, 2015, p. 3), seja ela relacionada ao trabalho, a disciplinas científicas, à forma de registro, ou a outros aspectos. Mas, ainda de acordo com Smiraglia (2015), para que certo grupo constitua um domínio, é necessário que haja um entendimento comum a respeito das bases de conhecimento, que implica o compartilhamento do objetivo das atividades em comum que tal grupo realiza. De outra forma, não se configura um domínio.

Tratando-se da música, utilizar somente a linguagem especializada para representar seu domínio incorre em transpor os paradigmas específicos da área científica da Música à OC (ABRAHAMSEN, 2003), generalizando-os e influenciando a forma como a CI "vê" a música. Aliada a isso, a linguagem técnica se sobressai na representação do domínio sob pena de impossibilitar

a representação de outras relações que têm início, não na técnica de composição, teoria musical ou performance, mas na experiência musical do ouvinte. No contexto da percepção e da experiência musical, as fronteiras do que seria um domínio não são claras.

A percepção que os indivíduos têm da realidade é somente aproximativa, já que ocorre sempre pela mediação do signo; essa distância é chamada por Mai (2011) de distância semiótica. De acordo com García Gutierrez (2014, p. 4), a realidade é uma totalidade inalcançável, ficando, então, como que "suspensa" na medida em que

> A Realidade deixa de ser percebida gradualmente pelos humanos conforme começa a ser interferida pelos conceitos e [...] a ser transferida, comunicada e substituída por eles. Isto não significa que a Realidade não exista, mas que é cada vez mais difusa por nossa mediação (e medição) conceitual [...]

A discussão de García Gutierrez (2014) está mais relacionada ao contexto político e social da representação conceitual, no entanto emprestamos sua reflexão para sustentar a ideia de que o conceito é uma reformulação, uma interpretação da realidade. Dada a impossibilidade de se conhecer a realidade na sua completude, os conceitos representam apenas uma pequena parte do prisma de possibilidades de significação dos fenômenos. Os conceitos são construídos com base em referências da realidade que, por sua vez, são percebidas de forma diferente em cada cultura, grupo, pessoa, etc. Assim, de acordo com García Gutierrez (2014), é fundamental que se trabalhe na garantia de espaço à pluralidade de significados quando se trata de conceitualização dos fenômenos, de forma a assegurar a transculturalidade da representação.

Nesse sentido, García Gutierrez (2011) explora um novo olhar, que o autor chama de desclassificação. A desclassificação incorpora à classificação as noções de pluralidade, dúvida, contradição, falibilismo e outros aspectos que emergem naturalmente do ato classificatório, considerado sob o prisma de uma lógica não-essencialista. Nesse viés, o fato de uma mesma música ser considerada "alegre" e "triste" na mesma descrição não seria um problema. Pelo contrário, essa ambiguidade respeitaria a natureza das possibilidades que a informação musical suscita. Trata-se, portanto, de questões

relacionadas à percepção daquele que interage e interpreta o fenômeno, caracterizando um processo semiótico.

Para Gnoli (2012), os documentos (registros de conhecimento) podem ser vistos como relatos dos fenômenos do mundo real de acordo com o ponto de vista da atividade epistêmica que elabora tal relato. A argumentação de Gnoli (2012) mostra que a OC lida fundamentalmente com três camadas do conhecimento: a ontológica (o fenômeno como percebido — o que está sendo descrito), a epistêmica (o ponto de vista sob o qual o fenômeno é descrito) e a documental (o registro). O autor ainda cita outras camadas do conhecimento, relevantes em outros processos da OC (GNOLI, 2016). Para Gnoli (2012), ao classificar ou descrever determinado documento como, por exemplo, uma música instrumental, a dificuldade em estabelecer o fenômeno (dimensão ontológica) ao qual tal documento está se referindo faz com que a dimensão documental se sobressaia no processo de análise. Concordamos com Gnoli neste sentido, pois o referente do significado de uma música não está, necessariamente, no seu registro, já que pode evocar memórias pessoais, sensações e outros fenômenos da experiência do ouvinte. Nesse ponto, a Semiótica traz um entendimento que, acreditamos, complementa a discussão de Gnoli: com frequência, o referente (chamado objeto do signo na semiótica de Peirce) é construído pelo ouvinte no momento da sua experiência com a música. Ibri (1992) discorre que na arte não há um sentido direto de externalidade, isso quer dizer que a música é plena de *possíveis* objetos, cujos contornos dependem da mente que interpreta. Assim, "ao desfazer-se a representação, desfaz-se com ela o objeto". (IBRI, 1992, p. 26).

Dessa forma, o "fenômeno percebido" parece ser a dimensão mais elementar do estudo da OC da música, seguida da dimensão que abrange as diferentes perspectivas em relação à interpretação do fenômeno e da dimensão documental. De fato, tradicionalmente, para a ciência a percepção do indivíduo sobre a realidade não é central, mas sim o objeto que incorpora parte da realidade e da estabilidade da realidade que independe do que pensamos sobre ela. Mas a subjetividade é fundamental, quando nos voltamos ao sujeito que ouve e interpreta a música. Se tomarmos a música como signo, veremos que o objeto ao qual se refere tem uma função específica no processo de interpretação,

conforme já discutido em Barros, Café e Laplante (2016).

Se: I) a realidade é alcançada pela mediação do signo e é compreendida por meio do processo perceptivo; II) OC da música inclui a experiência musical do ouvinte; III) o estudo do fenômeno como percebido é a forma de ultrapassar a dimensão documental da informação musical e alcançar a construção conceitual que advém da sua percepção; então, parece plausível observar que estamos no campo da Semiótica — a ciência do significado.

3 Um olhar semiótico para os possíveis significados da música

Apesar da tradicional distinção entre compositores, *performers* e ouvintes — papéis não excludentes entre si (AGAWU, 1991) –, pensar o significado da música é compreender que ela existe no fluir dessas dimensões que ocorrem num contexto social. Vale lembrar que na Semiótica peirceana qualquer interpretação está, de fato, ligada à crença, a um código de reconhecimento aprendido culturalmente, pois significados dos quais não se tem nenhum conhecimento não podem ser reconhecidos. (PEIRCE, 1995). No entanto, é fato que a música enquanto arte é criada também com base em uma estrutura própria de seu sistema. Isso quer dizer que há elementos estruturais internos ao discurso musical que se relacionam conforme certas regras, possibilitando a externalização da música enquanto linguagem. É o uso das ferramentas estruturais da música (notas, compassos, instrumentos, sonoridades), para transportar o sentido da esfera mental e individual ao âmbito público e compartilhado, que permite contato com outros receptores.

Entretanto, diferentemente do que ocorre com as palavras na linguagem verbal, não é possível isolar um ou um grupo de elementos que compõem a estrutura da música em busca da definição de unidades de significado. A segmentação dos elementos de uma música não é uma estratégia eficiente, pois sua significação ocorre somente com a relação de todos os elementos, incluindo aqueles imputados à música pelo ouvinte. (BYRD; CROWFORD, 2002).

No campo da OC, a CI se volta ao universo da linguagem, mais especificamente, à linguagem verbal escrita, cuja simbolização é convencionada. Assim, o universo bibliográfico

ocupa um espaço grande na manutenção do paradigma atual da OC. De acordo com a Semiótica de Peirce (1995), a convenção permite que sejam deduzidas certas leis de fundamento lógico que regem o comportamento dos significados. Por exemplo, lugar social da música em determinada cultura, sua estrutura, evolução histórica são aspectos da representação do conhecimento que podem ser mais facilmente reconhecidos devido ao alto grau de convenção implicada nesses conceitos, ainda que guardem desafios particulares. Dentre os possíveis significados que a música pode suscitar — por exemplo, o reconhecimento de sua origem histórica e de sua estrutura elementar -, a emoção, constituída de sentimentos e sensações (SAVAN, 1981), aparece como uma dimensão relevante para ouvintes não especialistas, cujos percursos de significação que a originam não são claros à OC. A emoção é justamente o tipo de significado, cuja conceitualização depende primariamente das referências construídas pelo ouvinte em que a percepção musical, cujo foco é a recepção e apreensão do signo musical, é determinante. Para Cumming (2000), considerar as qualidades afetivas da música faz parte da construção de uma opinião crítica a seu respeito, já que constituem os fundamentos empíricos da experiência musical. Surge, então, o entrelaçamento da Semiótica e do Pragmatismo, em que percebemos as consequências pragmaticamente experienciáveis do significado. Ao adentrarmos no entendimento dos "efeitos práticos", que fazem parte da concepção das ideias, iniciamos uma incursão ao Pragmatismo de Peirce.

Na música, o enfoque pragmatista fica claro à medida que as qualidades do som são consideradas como pertencentes ao signo e não de forma separada dele. O objeto de um signo musical que, por exemplo, invoca o significado de "inocência" é concebido no próprio signo, está presente na música (CUMMING, 2000). Não é possível verificar esse mesmo significado na linguagem, ou seja, tomar o conceito carregado no termo "inocência" no seu uso geral e relacioná-lo ao significado invocado pelo signo. Explicar verbalmente o que é "inocência" não capta o fenômeno de percebê-la no signo. Isso porque o Pragmatismo tem como ponto inicial a *percepção* de "inocência" que, nesse caso, se dá em função da escuta da música em determinado tempo e espaço, ao invés de adotar a descrição linguística do fenômeno observado.

Assim, é possível remarcar a diferença entre o interpretante e as condições prévias que possibilitam sua ocorrência. Ou seja, os estados mentais previamente experienciados concorrem para a formação dos significados, e ideias gerais representam essa situação, mas "ideias gerais não capturam o que é transmitido pelo som, mas as condições para seu entendimento". (CUMMING, 2000, p. 76). Esse exame trata de um esclarecimento do papel do interpretante na semiose que consuma a relação entre o signo e o objeto e exemplifica a diferença substancial entre a análise baseada na semiose e a análise baseada na linguagem verbal.

Dependendo da relação do indivíduo com a música e do uso que dela faz, a música comportará um ou vários significados particulares. Ou seja, a música provocará um efeito de significação diferente na mente de cada indivíduo, e sua relação com o objeto a que se refere, também, se estabelecerá de forma distinta. (CP 1.280[7]). Para Peirce (CP 1.366), a consciência é um constitutivo especial da mente, cujos estados ocorrem em relação às três categorias fenomenológicas que configuram três formas dos fenômenos se apresentarem à mente: primeiridade, secundidade e terceiridade, que correspondem à natureza dos três patamares de interpretante: emocional, energético e lógico.

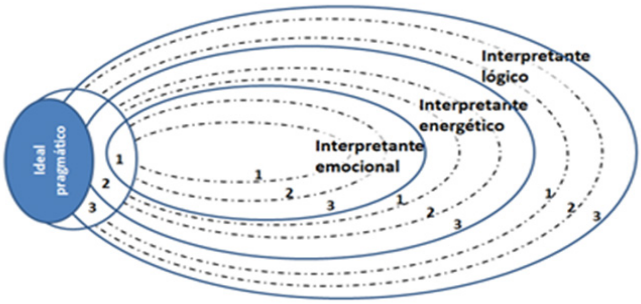
A análise teórica da relação do signo musical com o objeto e com o interpretante traz elucidações a respeito do comportamento peculiar desses correlatos na semiose dada à natureza do signo, que lhe confere diferentes potencialidades. Além disso, é possível observar que os segmentos de interpretantes (emocional, energético e lógico) encontram-se numa relação diferente com o ideal pragmático peirceano no que concerne à sua estabilidade e generalização crescente do significado. O ideal pragmático é representado pela mudança de hábito, baseada no autocontrole e na autocrítica para o desenvolvimento da razão criativa. (SANTAELLA, 2004). O método pragmático de Peirce está pautado na verificação dos efeitos práticos dos conceitos e envolve, portanto, análise, raciocínio, inteligência e autocontrole.

A figura 1 — baseada teoricamente na relação entre o Pragmatismo de Peirce e os interpretantes do signo musical e

[7] Estudiosos e comentadores da obra de Peirce usualmente utilizam a sigla CP seguida do número do volume e do parágrafo para fazer referência à obra *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*.

na abordagem de Silveira (2007) e, graficamente, nas figuras utilizadas por Silveira (2007, p. 55) e Martinez (2001, p. 63) — sugere a correspondência entre os três patamares de interpretantes e a proximidade com o ideal pragmático peirceano. Os números 1, 2 e 3 se referem às categorias fenomenológicas primeiridade, secundidade e terceiridade.

Figura 1: Relação entre os patamares de interpretante e o ideal pragmático



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Na figura 1, pretende-se mostrar que cada segmento de interpretante está mais ou menos distante do ideal pragmático, comportando elementos de primeiridade e secundidade, representados pelas linhas pretas pontilhadas e elementos de terceiridade, representados pelas linhas contínuas. O círculo sólido, à esquerda da figura, indica o ideal pragmático. Com relação à experiência da escuta, Cumming (2000, p. 48) propõe que "a demanda pragmática de qualquer intérprete é, então, ter condições de distinguir vários momentos de consciência", à medida que a obra musical ocorre no tempo.

O interpretante emocional, um desses momentos de consciência, é aquele em que a experiência da escuta não chega (ou não tem) ao propósito de "testar o que está sendo ouvido", a mente simplesmente ensaia um esclarecimento a respeito do fenômeno experienciado.

O interpretante emocional é uma hipótese simplificadora

(SAVAN, 1981) que não se origina do pensamento deliberado. De tal modo, não há qualquer indício lógico que permita avaliar sua inclinação à verdade, constituindo nada mais que uma suposição. Por exemplo, o sentimento de ansiedade que advém da percepção de determinada música não é uma *conclusão* pautada na identificação de suas variadas características. Por outro lado, de acordo com Savan (1981), pela impossibilidade de compreensão lógica do fenômeno nesse grau de primeiridade e pela dificuldade em traduzi-lo à linguagem verbal, o interpretante emocional atua como uma "resolução" desse conflito.

Assim, as emoções não podem ser testadas (com relação à realidade) indutivamente, não sendo possível chegar a uma afirmação assertiva sobre a constituição desse tipo de hipótese formulada de maneira associativa e sugestiva que deverá, portanto, permanecer como tal.

Martinez (1993) indica que o interpretante energético poderia ser entendido como a motivação que o som provocaria em um indivíduo para se movimentar física ou mentalmente. Nas palavras de Santaella (2009, p. 82), esse estágio é "uma escuta que reage no corpo". Certa música que resulta no aumento da concentração para estudar é um exemplo de interpretante energético. Outro exemplo é a já conhecida "música de academia" (seja lá qual for o gênero musical), cuja intenção é que a música motive a prática de exercícios físicos. De fato, uma análise mais aprofundada poderia apontar que a motivação para o exercício é, na verdade, um interpretante emocional que, por sua vez, desencadeia o interpretante energético. No entanto, acreditamos que, partindo de uma reflexão classificatória mais geral, o uso da música pode ser entendido como uma manifestação do interpretante energético.

Esse estado de interpretante tem um grau de convenção relativamente maior que o emocional, especialmente no que concerne à relação entre o ritmo, a tonalidade da música e seus efeitos no corpo. Na tradição tonal, por exemplo, as músicas em tons maiores são mais comumente relacionadas aos sentimentos mais positivos, conforme já afirmado por Hevner (1936) e outros autores, sendo, provavelmente, mais motivadores à prática de exercícios físicos. O mesmo ocorre com as aplicações da musicoterapia, em que se espera que certos tipos de música

desencadeiem certos resultados físicos ou mentais, cujo método desenvolvido por Alfred Tomatis[8] é um exemplo.

O interpretante lógico envolve pensamento deliberado, hábito, convenção. Santaella (2009) relaciona este nível àqueles indivíduos que conhecem música e, portanto, são capazes de compreender suas estruturas. Mesmo no primeiro estágio dessa escuta, a autora considera que somente os "ouvidos educados" poderiam alcançá-lo. Martinez (2001), entretanto, parece expandir essa noção também àqueles que não têm conhecimento musical e que atingem o interpretante lógico, baseados não só no sistema musical, mas em outras percepções, envolvendo pensamento indutivo, dedutivo e abdutivo.

O pensamento indutivo implica a análise da situação específica, particular, relacionando-a a uma regra geral, ou seja, o signo musical tem suas características e partes discriminadas e identificadas. (MARTINEZ, 2001). De acordo com Martinez (2001), esse reconhecimento é fundamental para o pensamento dedutivo, que envolve a síntese e a conceitualização das ideias musicais. Por exemplo, ao ouvir uma música, a abdução poderia sugerir certo gênero musical, cujas informações gerais sobre o gênero constituem o pensamento dedutivo. Por meio da escuta atenta e da análise lógica de partes da música, a indução fornece as informações particulares à determinação do gênero musical.

A cultura musical do intérprete influencia na formação do interpretante. Tatit (2003, p. 7) explica que ao longo da vida o ouvinte apreende uma espécie de "compreensão global de uma gramática, [...] um dispositivo de gramática melódica, fundamental para a retenção da memória". Essa memória musical não é, necessariamente, apreendida de forma consciente, mas como uma construção cotidiana e evolutiva que envolve todas as experiências com o som, incluindo a voz humana, os sons da natureza, a tradição musical, etc.

O interpretante, em qualquer instância, será sempre um tipo geral (CP 5.476). Enquanto especialistas poderiam perceber notas, escalas, instrumentos, movimentos e intenções do compositor (em função do arranjo da música), no contexto da escuta da música com fins de recreação por ouvintes não especialistas — ou seja, em que o conhecimento da estrutura

[8] Disponível em: <http://www.tomatis.com.br/>.

musical é pequeno ou inexistente —, o interpretante lógico pode ocorrer em direção ao reconhecimento do gênero musical, do gênero do artista, dos instrumentos que fazem parte da performance, identificação da banda, entre outras informações. A familiaridade que o intérprete tem com o signo e com o objeto do signo impacta no reconhecimento dessas características, portanto, conclusões mais ou menos assertivas no âmbito do interpretante lógico estão ligadas às condições prévias que o ouvinte tem para empreendê-las, podendo o interpretante lógico ocorrer somente no parâmetro da abdução.

Percebe-se que a ideia de convenção com base no pensamento deliberado se apresenta de forma peculiar a cada interpretante, assim como os conceitos e demais representações alcançadas em cada patamar. Em outras palavras, mapear conceitos que exprimem emoções (interpretante emocional) exige procedimentos diferentes daqueles empregados para mapear conceitos como "compasso" ou "tonalidade". (interpretante lógico).

Ora, nos níveis emocional e energético, a música não comporta nenhuma regra de como *deve ser* ouvida ou interpretada, estando, portanto, mais distante da proposta do ideal pragmático. O interpretante de nível lógico, que envolve os conceitos, seria o único capaz de — sempre de forma aproximativa e por vir — chegar ao ideal pragmático. Podemos considerar que todo conceito é uma representação, mas nem todas as representações são conceitos, podendo ocorrer também como ideias, pensamentos, objetos, etc. (ALMEIDA, 2017). É nesse ponto que a representação do domínio da informação musical encontra o seu limite a ser superado.

4 Movimento e fluidez no âmbito da informação musical

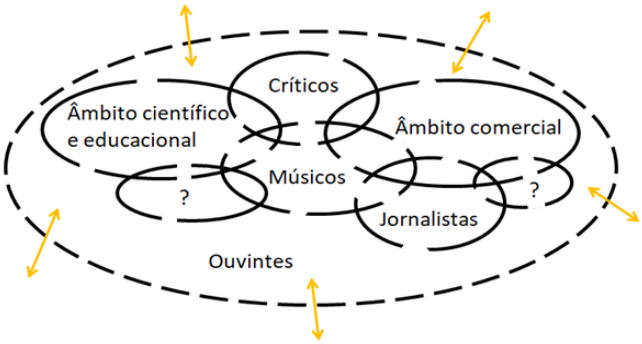
Para refletir sobre a representação do domínio da informação musical, trouxemos à discussão três aspectos apresentados anteriormente: a noção de domínio, a relação entre conhecimento e realidade e os níveis de significado da música. É no cruzamento desses aspectos que podemos construir um *framework* teórico que permita visualizar melhor as especificidades da informação musical.

No que tange à música enquanto domínio de

conhecimento, Abrahamsen (2003) relata que os atores desse domínio são os produtores de música (compositores, músicos), os produtores de conhecimento sobre música (estudantes, musicólogos, sociólogos, críticos de música) e os intermediários (jornalistas, bibliotecários, professores), incluindo também leitores e ouvintes em geral. Têm-se, nessa configuração, atores de diferentes contextos, cada qual com uma visão e relação própria com a música. Para o autor, os ouvintes estão mais conectados às experiências pessoais (nem sempre verbalizadas), diferentemente das "partes mais institucionalizadas do domínio da música ou da indústria da música" que buscam pesquisa, lucro, etc. (ABRAHAMSEN, 2003). Assim, a Musicologia, que é uma área de pesquisa institucionalizada, tem seus próprios paradigmas, desenvolvidos na sua evolução científica. Tais paradigmas não refletem, necessariamente, os mesmos paradigmas dos atores que têm relação com a música fora desse âmbito científico.

Isso torna o domínio da música extremamente dinâmico. O problema que decorre dessa flutuação da música em diferentes esferas se revela na tarefa de mapear seu domínio para definir os conceitos que o compõem e estabelecer suas relações. Críticos de música, jornalistas, publicações e instituições comerciais, educacionais e científicas têm imensa influência na verbalização da música e, por conseguinte, "na forma como a música é entendida e como seu domínio é percebido". (ABRAHAMSEN, 2003, p. 163). Essas esferas são reflexos das divisões sociais do trabalho, como sugere a teoria de Hjorland (2011), que se traduzem na sistematização da produção de conhecimento. Tal sistematização, por sua vez, impacta no conteúdo, na forma e na linguagem com que o conhecimento é estruturado e registrado, de acordo com os meios de comunicação utilizados. Dessa forma, quando essas esferas são adotadas como parâmetros do domínio da música para análise conceitual, os contornos desses recortes são mais claros do que aqueles que se referem ao universo dos ouvintes, já que as possíveis referências que projetam na música são influenciadas por aspectos mais discretos que a estrutura social. Ilustra-se, na figura 2, essa noção de domínio da informação musical que, do ponto de vista dos ouvintes, não apresenta fronteiras claras.

Figura 2: Dinamismo dos "ouvintes" no domínio da informação musical



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Na figura 2, o círculo pontilhado busca indicar que a concepção do que seriam os ouvintes de música é variável por suas características heterogêneas, cuja dinamicidade é representada pelas setas. Os ouvintes de música podem ou não pertencer a áreas institucionalizadas, essas últimas representadas pelos círculos contínuos. Os círculos contínuos também apresentam espaços vazados indicando que, mesmo nessas áreas, seus atores não são fixos, assim como não o é a própria projeção do domínio, como se vê nos círculos com pontos de interrogação.

É preciso estar criticamente atento à compreensão de que qualquer representação de um domínio de conhecimento nunca é neutra, ou seja, é preciso tomar decisões, fazer certos recortes. Na análise de domínio de Hjørland, por exemplo, para que seja possível empregar uma abordagem sociológica e epistemológica de comunidades discursivas, é necessário pautar-se na convenção que se traduz no uso da linguagem em meios formais de comunicação (como publicações científicas, análises de cocitação, palavras-chave, etc.). Além disso, os limites de um domínio, como proposto por Hjørland, são determinados por aspectos diferentes daqueles que definem os usuários da música.

Um possível recorte de domínio, baseado na noção de ouvintes de música, seria operar, por exemplo, com combinações de elementos referentes ao perfil desses ouvintes (como faixa etária,

conhecimento formal em música, tipo de uso da informação musical, gênero, etc.) para que, do ponto de vista metodológico, fosse possível delimitar um grupo mais conciso de usuários da informação musical e aplicar algum tipo de análise em. De fato, os conceitos provindos da representação sígnica, realizada por ouvintes não especialistas, sem conhecimento formal de música e com fins de recreação, traz uma miríade de tipos conceituais que se mostra interessante, por assim dizer, à OC. (BARROS, CAFÉ, LAPLANTE, 2016).

Em geral, a OC estuda o movimento que vai da informação (registro) à conceitualização que constituirá os SOC. Mas propomos, aqui, um caminho inverso: o movimento que vai da percepção à informação, ou seja, no domínio da música pode depreender-se que os sujeitos não compartilham uma linguagem, mas compartilham objetos, práticas, representações, sensações, etc., ou seja, o fenômeno como percebido: esse é o ponto inicial de mapeamento da música.

Assim, não é o *termo* que designa o significado que vai estabelecer a ligação entre a realidade e sua representação mental, mas sim o próprio fenômeno que desencadeou a experiência, sendo a linguagem secundária. Sabemos, no entanto, que não é possível compartilhar a percepção do fenômeno em si, mas somente a sua "tradução" para alguma forma de comunicação, como a verbal. Por um lado, a experiência não pode ser compartilhada, precisa ser transmitida pela linguagem, por outro lado, a experiência mesma não pode ser captada por termos linguísticos. Entretanto, sua comunicação pode ser semanticamente enriquecida por meio da *descrição das referências, intensidades* e *contextos das experiências* vividas pelos usuários. Por isso, para fins de OC da música, não é viável utilizar princípios da terminologia ou qualquer tipo de tratamento estatístico.

Essa situação indica a problemática da tentativa de transportar o icônico para o simbólico, justamente o que caracteriza o domínio da informação musical. Por exemplo, um usuário que busca uma música para se concentrar nos estudos consulta um site web de *streaming* de música como o Spotify[9] e se depara com a seguinte categoria: "Brain food". Para a OC da música, as palavras e expressões são fontes interessantes

[9] Disponível em: <https://www.spotify.com/br/>

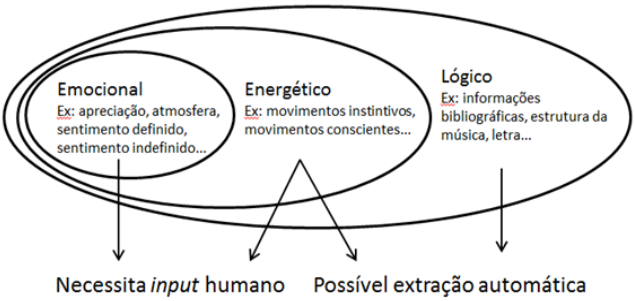
de mapeamento, desde que fornecida uma descrição semanticamente rica sobre os referentes dessas expressões. Ora, é necessário expandir a descrição dessa categoria de forma que seja útil aos usuários. A expansão da descrição se daria justamente em direção ao detalhamento da experiência, sua intensidade e do objeto que usuários tenham construído e percebido no momento da sua experiência com músicas dessa categoria. A OC da música se debruçaria, então, sobre essa multiplicidade de expressões, na sua maioria metafóricas, para iniciar as relações entre um e outro conceito.

Nesse ponto, a semiótica traz uma base para tal empreitada: os níveis de interpretante funcionam como grandes categorias das formas de percepção dos fenômenos, permitindo que as expressões dos possíveis significados da música sejam atreladas a essas categorias. Vale lembrar que as categorias se referem à experiência fenomenológica e não à linguística. Assim, teríamos os conceitos que expressam experiências no campo emocional, no nível energético e no nível lógico.

Peirce (CP 5.486) lembra que "o interpretante lógico é um efeito do interpretante energético, no sentido de que este último é um efeito do interpretante emocional". Nessa mesma passagem, Peirce esclarece que as expectativas e desejos (incluindo medos, esperança e outros conceitos gerais dessa natureza, como as emoções) são a causa e não o efeito de um esforço (físico ou mental, que caracteriza o interpretante energético). A partir dessa análise, podemos traçar possíveis relações entre os significados, que se traduziriam em relações conceituais. Por exemplo: uma música que evoca um efeito emocional de forte intensidade está mais propícia a evocar também um efeito energético.

Conforme já discutido anteriormente, os níveis de interpretante apresentam diferentes graus de generalidade, sendo que os interpretantes de nível lógico estão mais sujeitos de serem preditos, em função da regularidade das leis lógicas que os governam. Nesse mesmo sentido, pode compreender-se que tais efeitos interpretativos estão também mais sujeitos de serem extraídos por máquina, de forma automática, como é sugerido na figura 3.

Figura 3: Dimensões de significado do domínio da música



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Conforme já sugerido em Barros, Café e Laplante (2019), em cada dimensão de significado poderíamos subdividir as expressões com relação ao signo (contextos das experiências: quais elementos do significado se referem à música em si?), as expressões com relação ao objeto (descrição das referências: a quê e por que a música se refere?), as expressões com relação ao interpretante (percepções e intensidades). Obviamente, tal análise deve ser acompanhada da avaliação da relevância das informações do ponto de vista da sua representatividade do domínio.

A abordagem proposta se conforma como framework teórico, de base semiótica, para exercício do pensamento crítico a respeito da OC do domínio da música e suas particularidades. As condições metodológicas para sua aplicação prática no âmbito da OC estão em fase inicial de apreciação.

5 Considerações finais

No caso da música (e não da "Música"), quando vislumbrada fora do seu campo científico, torna-se mais difícil perceber quais elementos são, de fato e de forma regular, compartilhados entre os indivíduos, conforme podemos observar na definição de Abrahamsen (2003) de que o domínio da música seria definido como tudo que pudesse ser a ela conectado.

Com foco no interpretante, a Semiótica peirceana permite que se extrapole o estudo do sentido no signo ou sistema de signos,

propriamente, dito e se atinja as dimensões de interpretação do sistema de signos por agentes exteriores a ele. Dessa forma, permite que se amplie, consideravelmente, o entendimento do significado da música enquanto um tipo de signo e, mais especificamente, que o estudo dos interpretantes desse signo forneça categorias de significado que podem subsidiar, na área de OC, a compreensão da representação da informação musical.

Em suma, trata-se da proposição de uma noção semiótica de domínio, que engloba outros aspectos além do linguístico, tendo como principal fonte de referência os relatos dos ouvintes sobre suas próprias experiências.

Financiamento

Pesquisa realizada com apoio da CAPES, por meio do Programa Institucional de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE).

Referências

ABRAHAMSEN, K. T. Indexing of musical genres: an epistemological perspective. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 3/4, 2003, p. 144-169. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2003-3-4-144/indexing-of-musical-genres-an-epistemological-perspective-jahrgang-30-2003-heft-3-4> Acesso em: 22 abr. 2019.

AGAWU, V. K. **Playing with signs**: a semiotic interpretation of classic music. Princeton (EUA): Princeton University Press, 1991.

ALMEIDA, C. C. Garcia Gutierrez e Peirce. 2017 [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <camibarros2010@gmail.com> em 17 maio 2017.

BARITÉ, M. La garantía literaria: vigencia y proyección teórico-metodológica. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 8, Salvador, 2007. Disponível em: http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--068.pdf. Acesso em: 03 ago. 2018.

BARROS, C. M.; CAFÉ, L.; LAPLANTE, A. Emotional Concepts in Music Knowledge Organization. In: INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE, 14, Rio de Janeiro, 2016. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FGV, 2016.

BARROS, C. M.; CAFÉ, L.; LAPLANTE, A. As contribuições da autonarrativa da experiência semiótica musical para a organização do conhecimento. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 2, 2019 [no prelo].

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.) **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 87-103, 2010.

BYRD, D.; CRAWFORD, T. Problems of music information retrieval in the real world. **Information processing & management**, v. 38, n. 2, 249-272, 2002. Disponível em: https://dl.acm.org/citation.cfm?id=637509. Acesso em: 22 abr. 2019.

CUMMING, N. **The sonic self***:* musical subjectivity and signification. Bloomington: Indiana University Press, 2000.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 101-110, 1978. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115. Acesso em: 22 abr. 2019.

FRIEDMAN, A.; SMIRAGLIA, R. P. Nodes and arcs: concept map, semiotics, and knowledge organization. **Journal of Documentation**, v. 69, n. 1, 27-48, 2013. Disponível em: https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220411311295315. Acesso em: 22 abr. 2019.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **TransInformação**, v. 23, n. 1, 5-14, 2011. Disponível em: http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/475. Acesso em: 19 ago. 2018

_____. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (obstáculos epistémicos, regencia de la transcultura y desclasificación). *Brazilian Journal of Information Science*: research Trends, v. 8, n. 1/2, 2014. Disponível em: http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4450/3265 Acesso em: 22 abr. 2019.

GNOLI, C. Classifying phenomena part 1: dimensions. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, 2016, p.403-415. Disponível em: https://www-dimat.unipv.it/gnoli/gnoli2016.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. Metadata about what? Distinguishing between ontic, epistemic, and documental dimensions in knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 39, n. 4, 268-275, 2012. Disponível em: http://mate.unipv.it/~gnoli/gnoli2012.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

HEVNER, K. Experimental studies of the elements of expression in music source. **The American Journal of Psychology**, v. 48, n. 2, 246-268, 1936. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/43db/b2af8861ba8294562f4d565553a814de2396.pdf. Acesso em: 22 abr. 2019.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, 422-462, 2002. Disponível em: https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220410210431136. Acesso em: 22 abr. 2019.

_____. The importance of theories of knowledge: Browsing as an example. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 62, n. 3, 594-603, 2011. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.21480. Acesso em: 22 abr. 2019.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, 400-425, 1995. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199507%2946%3A6%3C400%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Y. Acesso em: 22 abr. 2019.

IBRI, I. A. **Kosmos Noētos**: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva, Hólon, 1992.

MAI, J. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, v. 67, n. 4, 710-730, 2011. Disponível em: https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/00220411111145061. Acesso em: 22 abr. 2019.

MARTINEZ, J.L. **Semiosis in Hindustani music**. Delhi: Montilal Banarsidass, 2001.

_____. Uma possível teoria semiótica da música (pautada logicamente em Charles Sanders Peirce). *Cadernos de estudo*: análise musical, n. 5, 1993. Disponível em: http://www.atravez.org.br/ceam_5/teoria_semiotica.htm. Acesso em: 15 jun. 2018.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

PEIRCE, C. S. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Ed. Hartshorne, C.; Weiss, P.; Burks, A. W. Cambridge: Harvard University Press, (1931-1958).

SANTAELLA, L. Contribuições do Pragmatismo de Peirce para o avanço do conhecimento. **Revista de Filosofia**, v. 16, n. 18, 75-86, 2004.

_____. **Matrizes da linguagem e pensamento**: sonora, visual, verbal: aplicações na hipermídia. 3. ed. São Paulo: Iluminuras; FAPESP, 2009.

SAVAN, D. Peirce's semiotic theory of emotion. In: KETNER, K.

L. et al. **Proceedings of the C. S. Peirce Bicentennial International Congress**. Texas: Texas Tech University, 1981.

SILVEIRA, L. F. B. **Curso de semiótica geral.** São Paulo: QuartierLatin, 2007.

SMIRAGLIA, R. P. Musical Works and Information Retrieval. **Notes**, v. 58, n. 4, 747-764, 2002. Disponível em: http://www.jstor.org/discover/10.2307/900532?uid=2&uid=4&sid=21103290020431. Acesso em: 24 jan. 2018.

_____. **The elements of knowledge organization**. Zurique: Springer, 2014.

_____. **Domain analysis for knowledge organization**. Waltham: Elsevier, 2015.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TATIT, L. Elementos para a análise da canção popular. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 1, n. 2, p. 7-24, 2003. Disponível em: http://piwik.seer.fclar.unesp.br/casa/article/download/623/538. Acesso em: 08 dez. 2018

THELLEFSEN, T. Semiotic knowledge organization: theory and method development. **Semiotica**, v. 142, n. 1/4, 71-90, 2002. Disponível em: https://www.degruyter.com/view/j/semi.2002.2002.issue-142/semi.2002.086/semi.2002.086.xml. Acesso em: 22 abr. 2019.

Organizando o conhecimento em ambientes arquivísticos

Graziela Martins de Medeiros
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina

Luciane Paula Vital
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Santa Catarina

1 Considerações Iniciais

A organização do conhecimento (OC) é um processo central no escopo da Ciência da Informação (CI), disciplina que por sua vez se preocupa com o tratamento da informação para torná-la acessível aos usuários. Assim, OC e CI compartilham objetivos comuns, já que os processos de organização e representação são considerados fundamentais como meios de fornecer acesso aos recursos de informação em todos os suportes. Proporcionam a criação de uma estrutura conceitual e a descrição de objetos informacionais, visando especialmente à recuperação. O desenvolvimento de modelos e metodologias de representação da informação e do conhecimento implica maior qualidade na recuperação da informação.

Neste sentido, o estudo de Brascher e Café (2010) é considerado uma referência para diferenciar os processos e produtos da Organização da Informação (OI) e do Conhecimento (OC), especialmente no Brasil. Embora, neste capítulo, reconheça-se a importância da referida publicação, utiliza-se a perspectiva pautada em Dahlberg (1993), empregada no âmbito da *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*, segundo a qual a OC inclui os processos e produtos (sistemas), tanto da OI quanto da OC.

No contexto da Arquivologia, a organização do conhecimento

também se configura como campo de interesse e de estudos. Trabalhos como o de Esteban Navarro (1995) e Yakel (2003) dão conta de indicar que os processos de classificação e descrição são os responsáveis por representar o documento arquivístico; essas representações consideram elementos contextuais, tais como a função e as razões pelas quais o documento foi criado.

Ainda que seja indiscutível a noção de que o documento arquivístico deve ser representado por aspectos contextuais, a representação do assunto dos documentos é também necessária para que se ampliem as possibilidades de busca e recuperação da informação e a representação seja mais precisa, já que a busca por tipologias documentais e por documentos específicos está na essência do processo de recuperação e acesso à informação arquivística.

Diferentes autores nacionais e internacionais identificam a indexação de assunto como um processo a ser aplicado no campo dos arquivos, tais como Lytle (1980), BCA (1992), Maurel e Champagne (1999) e Ribeiro (1998, 2011).

Ribeiro apresenta os fundamentos teóricos da indexação e as suas especificidades no contexto dos arquivos e afirma que "a questão da indexação nos arquivos tem sido muito pouco pensada e discutida e, por isso mesmo, a literatura sobre o assunto é escassa e com limitações evidentes". (RIBEIRO, 2011, p. 40). Segundo a autora, com a qual concordamos, há três processos no cerne da organização arquivística: a classificação, a descrição e a indexação, as quais não devem ocorrer de forma meramente tecnicista.

Assim, neste capítulo, visamos enfatizar a representação do assunto no contexto arquivístico, especialmente no processo de indexação de assunto. Não obstante, a utilização de linguagens documentárias, também, é evidenciada como forma de representar o assunto em outros processos de representação, tais como na classificação e na descrição, no intuito de compreender o assunto em sua abordagem mais ampla.

Não se pretende com o exposto neste capítulo apresentar uma visão conclusiva, pois os estudos sobre o tema, na perspectiva nacional e internacional, encontram-se em desenvolvimento. O objetivo é expor as diferentes noções encontradas na literatura da área, sobretudo devido ao número reduzido de estudos existentes aplicados ao contexto arquivístico.

2 Organização do conhecimento em Arquivologia

De modo geral, a organização e representação do conhecimento (ORC) em Arquivologia ocorre por meio dos processos de tratamento documental, os quais apresentam desenvolvimento dinâmico e acompanham as modificações do contexto social ao qual se inserem. Como dito, enfatiza-se a classificação, a descrição e a indexação.

Dessa maneira, a ORC em arquivos exibe características marcantes no processo de descrição, como a relação de organicidade, que possibilita a reconstituição do contexto e fundamentar a autenticidade e a fidedignidade dos documentos. Configura-se em um processo complexo, levando em consideração que os documentos arquivísticos e, consequentemente, a informação vinculada a eles, precisam expressar a natureza orgânica e estrutural que os originaram. Assim, concordamos que a organização e representação em documentos arquivísticos têm bases teóricas e metodológicas comuns à Ciência da Informação.

A ORC é indicada por Esteban Navarro (1993) como pertinente aos processos arquivísticos, apesar da falta de diálogo da Arquivologia com o resto das ciências da documentação, segundo o autor. Ao tratar sobre o tema, Esteban aponta para elementos que particularizam esse tratamento, derivados dos princípios arquivísticos, como a proveniência e a ordem original. Identifica, assim, que a classificação e a descrição são os processos em que essas operações acontecem.

A classificação em arquivos objetiva a organização e a representação da documentação, impulsionadas pelo acúmulo e complexidade da produção documental, aliada à necessidade de localizar e recuperar a informação. Na classificação, os documentos são divididos e agrupados em classes, atividade que requer uma análise do contexto e das funções e atividades que originaram a documentação. Essa análise é que possibilitará o desenvolvimento das classes, que são representações da estrutura física e intelectual. O Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.49) define classificação como:

> 1 Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação,

> código de classificação ou quadro de arranjo;
> 2 Análise e identificação do conteúdo de documentos, seleção da categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se-lhes atribuir códigos.

Assim, a classificação se fundamenta em um processo analítico-sintético, utilizando o termo de Ranganathan (1957 *apud* ESTEBAN NAVARRO, 1993) e apresenta duas dimensões implícitas: "a operativa, quer dizer, o processo intelectual que se produz para realizá-lo; e a instrumental, quer dizer, a ferramenta de estrutura lógica e linguística que se emprega como auxiliar." (ESTEBAN NAVARRO, 1993, p.99, tradução nossa), o que evidencia a sua complexidade.

A partir da criação da estrutura classificatória, a Descrição Arquivística (DA) é desenvolvida, respeitando as relações estabelecidas. A classificação fornece a base, o plano de classificação, sobre a qual a descrição arquivística é desenvolvida. De acordo com Sousa (2007), a classificação pode ser considerada uma função matricial no tratamento documental arquivístico.

A descrição é um processo fundamental para a recuperação da informação e para realizá-lo representam-se diferentes elementos de contexto e conteúdo, dentre eles o assunto dos documentos. Ou seja, a descrição é a ponte que comunica o documento com os seus usuários, embora não seja o único meio. Heredia Herrera (1991, p. 300) esclarece que: "a descrição documental inclui não apenas a análise dos documentos: de seus tipos, tanto diplomáticos quanto legais, de seu conteúdo, o local e a data de sua redação e seus caracteres externos, mas também os dados de sua localização". A norma ISAD (G), na sua 2ª edição de 2000, sedimenta esse entendimento quando define a Descrição Arquivística como:

> A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu. (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000, p.4)

A norma ISAD (G) caracteriza essa atividade como um processo de organização e representação da informação.

O processo de representação que acontece na DA, parte de princípios amplamente aceitos na área, como a proveniência, sob os quais as normas de descrição foram construídas. O princípio da proveniência, segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.136) é o "princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras." Por outro lado, nas complexas relações de produção e uso dos documentos, essa divisão não é tão simples. Tognoli (2012, p.81) evidencia o aspecto positivista dos princípios, afirmando que, "a partir da enunciação do princípio da proveniência e do conceito de fundo, o trabalho do arquivista moderno passa a ser livre de interpretações, uma vez que não há outra maneira de ver o documento, que não por meio das relações que estabelece com seu produtor." É essa atuação que os manuais da área vêm propagando em relação à atividade de descrição, restrita à informação que o documento é capaz de fornecer.

No Brasil, baseada na ISAD (G), foi desenvolvida a Norma Brasileira de Descrição Arquivística — NOBRADE (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.18) que, como diferença marcante, incluiu uma nova área de descrição denominada área de pontos de acesso e descrição de assuntos, "onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição".

O contexto pós-moderno apresenta o documento como resultado de uma relação dinâmica, estabelecida entre instituições e que estão armazenados em ambientes digitais, sem custódia estabelecida, tornando a identificação da proveniência uma tarefa complexa. Yakel (2003, p.4. tradução nossa), ao discutir a representação em arquivos, afirma que "arquivistas devem começar a pensar menos em termos de um processo de descrição e classificação único, definitivo e estático, mas em termos de arranjos e descrições contínuos, relativos e fluídos, como processos representativos em andamento". Assim como Oliveira (2012, p.60), que defende a descrição arquivística como uma atividade de pesquisa e considera que, "a descrição arquivística é uma representação produzida pelo arquivista, decorrente de um processo de pesquisa, com metodologia própria da área, que objetiva a produção de conhecimento sobre determinado arquivo e o seu acesso". Assim sendo, é dinâmico e complexa.

Por fim, o processo analítico de identificar o contexto documental, as relações e os vínculos entre os documentos e torná-los explícitos nos processos e instrumentos do tratamento arquivístico, requer precisão e padronização terminológica para que os resultados, tanto da organização como da recuperação sejam por sua vez mais precisos e satisfatórios aos usuários.

Assim, insere-se nesses processos também a representação do assunto, especificamente a indexação de assunto e seus produtos, além da própria análise documentária como possibilidades de aprimorá-los.

3 Tratamento Temático da Informação (TTI) e suas abordagens

Ao se tratar sobre a representação do assunto, evoca-se a título de contexto o Tratamento Temático da Informação (TTI). A obra *Theory of Subject Analysis: a sourcebook,* editada por Lis Mai Chan, Phyllis A. Richmond e Elaine Svenonius, de 1985, teve o objetivo de compilar autores que apresentaram contribuições importantes para o desenvolvimento do tratamento temático da informação, com diferentes abordagens teóricas e metodológicas. Nela estão publicados trabalhos dos principais pensadores do tratamento temático da informação, desde o final do século XIX como, por exemplo, Paul Otlet, Henri La Fontaine, Julius Otto Kaiser e Ranganathan. No final do século XIX, início do século XX, crescia a produção documental e as preocupações com seu controle e acesso. É desse período os dois principais Sistemas de Classificação Bibliográfica ainda em uso, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), de 1876, criada por Melvil Dewey e a Classificação Decimal Universal (CDU) que é baseada na CDD, concebida por Paul Otlet e Henri La Fontaine, publicada entre 1904 e 1907.

Com base na obra citada, *Theory of Subject Analysis: a sourcebook,* é interessante observar que as primeiras proposições à construção de entradas por assunto em catálogos, feitas por Cutter em 1876, foram um marco para se visualizar a importância do assunto e, assim, seguir aprimorando essa representação. Esse processo fez emergir um campo teórico básico em que se destacam os trabalhos de Melvil Dewey, que desenvolveu a Classificação Decimal de Dewey e publicou sua primeira versão em 1876; Julius O. Kaiser (1911),

com o processo de indexação sistemática; S. R. Ranganathan, na década de 1930, com a teoria da Classificação Facetada e o trabalho do *Classification Research Group* (CRG), década de 1950, que a partir dos estudos de Ranganathan aprofundaram e ampliaram as possibilidades do Tratamento Temático da Informação.

No desenvolvimento da área de organização da informação, Guimarães (2009, p.105) atribui à obra de Foskett (1973), intitulada '*The subject approach to information*', publicada em 1969 e traduzida no Brasil como "A abordagem temática da informação", o principal impulsor do destaque que o termo Tratamento Temático da Informação recebeu a partir da década de 1970. Foskett (1973) divide a análise da informação em duas, uma que se preocupa com o acesso físico aos documentos e outra que trata do acesso ao conteúdo, de natureza mais complexa e que denomina de Tratamento Temático da Informação — TTI.

Posteriormente, Guimarães (2009, p. 109) situa a Análise Documental (AD) de origem francesa, como uma vertente do Tratamento Temático da Informação (TTI), que objetiva analisar para representar o conteúdo do documento, "[...] tendo uma preocupação com o desenvolvimento de referenciais teórico-metodológicos para o processo de TTI [...]". Os estudos dessa vertente têm uma forte influência linguística, especialmente de Jean-Claude Gardin (1970 *apud* TÁLAMO; MAIMONE, 2015).

Guimarães (2009), além da Análise Documental, cita outras duas vertentes, a Catalogação de assunto e a indexação e discute suas características, as quais são apresentadas brevemente a seguir.

A "Catalogação de assunto": matriz norte-americana, "[...] de preocupação mais pragmática, centrada primordialmente nos produtos a serem gerados no TTI" (GUIMARÃES, 2009, p.106). É uma vertente direcionada à função da representação de assuntos de um documento, sua recuperação pelo usuário, ligada às classificações bibliográficas, gerando produtos como catálogos e cabeçalhos de assunto. As primeiras proposições de representação de assuntos em bibliotecas, como Cutter, Kaiser,Bliss, Rnaganathan, entre outros, tinham como objetivo resolver problemas práticos. (CHAN, RICHMOND, SVENONIUS, 1985).

A "Indexação": Atua no domínio da informação especializada, relaciona-se ao uso que se faz do documento. É desenvolvida na perspectiva do usuário, ou seja, atendendo a

recuperação da informação e, por isso, foca no desenvolvimento de índices, produtos desse processo. Centra sua análise em três pontos: 1) *aboutness* (assunto do documento em si mesmo), 2) contexto em que a unidade de informação está inserida e 3) a política de indexação. Da mesma forma que na catalogação de assunto, carece de procedimentos para o processo de seleção dos conceitos "[...] a questão procedimental relativamente à identificação e seleção de conceitos ainda aparece de maneira superficial e por vezes ingênua [...]" (GUIMARÃES, 2009,p.109).

No Brasil, a perspectiva linguística relacionada à análise documental no Tratamento Temático da Informação foi introduzida pela professora Johanna W. Smit, do departamento de Biblioteconomia e Documentação, da Universidade de São Paulo, que realizou estudos na década de 1970 com Jean-Claude Gardin na França. A partir dessa experiência, Smit fundou o grupo de pesquisa TEMMA, com o objetivo inicial de aprofundar estudos de 'análise documental (AD)' e, atualmente, trata, também, de outras questões relacionadas à organização da informação. (VOGEL, 2009; LARA, 2011). Um dos primeiros trabalhos publicados por esse grupo foi o livro 'Análise Documentária: a análise da síntese', em 1987, com um capítulo intitulado 'Análise Documentária', de Isabel M.R. Ferin Cunha, no qual é apresentado o conceito acerca do termo. Para Cunha (1987, p.41),

> A Análise Documentária visa expressar o conteúdo dos textos/documentos com o fim de recuperar e disseminar a informação. Na medida em que procura expressar o conteúdo dos textos/documentos ela se aproxima de outras realizadas com fins idênticos. É o caso das análises de conteúdo, literárias, semióticas e linguísticas, realizadas quer manualmente quer de forma automática.

Assim, na perspectiva apresentada por Cunha (1987), a AD objetiva tratar o conteúdo dos documentos e, a partir dele, desenvolver representações de diversas formas, como resumos, termos e notações.

Pinto Molina (1993) apontou as contribuições mais significativas sob as quais a AD vêm construindo sua teoria e prática, citando Paul Otlet como o primeiro teórico preocupado com essa temática. A autora afirma que:

> Quando falava da fase de utilização, introduzia um elemento de enorme importância no conjunto operativo da análise, como é "a criação de novos livros por extrato ou fusão e assimilação de outros livros". De alguma maneira estava se referindo aos produtos de AD tais como resumos, índices, etc. (PINTO MOLINA, 1993, p.78, tradução nossa).

Outro teórico citado por ela é Gardin, que na década de 60 publicou estudos de análise documental de uma perspectiva linguística, referindo-se especificamente à análise de conteúdo; visão compartilhada por Chaumier (1988), que foca na representação do conteúdo dos documentos em detrimento da forma. Em síntese, partindo dos principais marcos teóricos, Pinto Molina (1993, p.81, tradução nossa) apontou algumas "ideias elementares" à formação da base conceitual da AD, quais sejam:

> a) O processo complexo de AD, praticado sobre documentos originais ou primários, pretende a obtenção de outros documentos derivados ou secundários, que são representativos desses efeitos documentários;
> b) A matéria prima da AD, ponto de partida obrigatório, é a unidade texto-contextual;
> c) Objeto da AD são também as demandas documentais dos usuários. A análise desses objetos deve ser executada desde um prisma documental e, por conseguinte, irá se referir aos aspectos funcionais do texto (AD de conteúdo) e também ao formal (AD da forma), sendo ambas as vertentes de um único problema;
> d) Duas são as variáveis fundamentais da AD: o conhecimento base do analista, bagagem conceitual da pessoa que executa a tarefa analítica e que a condiciona significativamente; e os objetivos documentais do momento. Ambas influenciam o resultado.
> e) A Análise Documental é um domínio interdisciplinar que se abastece dos conhecimentos derivados de outras disciplinas, entre as que se destacam a psicologia (cognitiva), a linguística (textual) e a lógica (formal);
> f) É sua vertente funcional ou de conteúdo a mais difícil e importante, e consiste fundamentalmente em um processo cognitivo controlado em que se podem distinguir três momentos fundamentais: compreensão, interpretação e síntese;
> g) O rigor científico necessário para esse domínio documental não pode ser satisfeito se ele não oferece uma metodologia de avaliação rigorosa que permita avaliar a qualidade do produto.

Considerando o objeto da Análise Documentária, Guimarães (2009) aponta a tendência espanhola de dividi-lo em forma e conteúdo. Pinto Molina (1993) apresenta essa divisão da seguinte maneira: Análise Documental de Forma (ADF) tem como processos a descrição bibliográfica e a catalogação, e a Análise Documental de Conteúdo (ADC) tem como processos a indexação, classificação e a condensação.

Já, a influência francesa na AD no Brasil faz com que o seu objeto seja visto de forma integrada como o conteúdo e assunto do documento, pela maioria dos autores (GUIMARÃES,SALES, 2010). Guimarães (2009, p.109) afirma que:

> A abordagem da AD, de orientação predominantemente francesa e com nítidos reflexos nas tradições brasileiras, notadamente a partir dos trabalhos de Smit (1974, 1978), e espanhola, a partir dos trabalhos de Izquierdo Arroyo e Sagredo Fernández (1983) e de Garcia Gutiperrez (1984), centra seu foco no processo de TTI em si, vale dizer, na explicitação dos procedimentos voltados para a identificação e seleção de conceitos para posterior representação e geração de produtos.

No Brasil, a consolidação da AD se dá, como já citado, com o grupo de pesquisa TEMMA, a partir dos seus estudos, métodos e metodologias científicas para essa representação que começar a ser desenvolvida com base na linguística. Aproximando, dessa forma, a Biblioteconomia da Linguística como uma nova possibilidade de abordagem na representação temática.

Guimarães e Sales (2010) fizeram um estudo em que foi analisada a base conceitual da AD e suas relações interdisciplinares no contexto brasileiro, partindo da literatura e do entendimento de pesquisadores da área de Ciência da Informação. Na análise e síntese das respostas fornecidas pelos pesquisadores, afirmam que,

> [...] torna-se necessário destacar, em concordância ao 'declarado' pela maioria dos pesquisadores respondentes, que: a análise documental, ou análise documental, é por natureza um conjunto de procedimentos que envolve os processos de análise, síntese e representação, cujo objeto são os conteúdos documentais, os quais, devidamente organizados, geram produtos como catálogos, notações classificatórias, índices e resumos. Os objetivos da

> ADC estão diretamente ligados à representação do conteúdo documental e à recuperação da informação. (GUIMARÃES, SALES, 2010, p.10)

Apesar do foco ser as representações do conteúdo, a análise documental pode ter abordagens a partir do texto, do profissional, do contexto ou do usuário dessa informação, evidenciando as diferentes influências que o processo de representação do conteúdo sofre. Cunha (1987, p.51) afirma que, partindo das proposições da linguística, temos dois índices de análise, a análise do texto, que evidencia a construção do autor ou produtor do documento e a análise documentária, "[...] visando a identificação das macroproposições semânticas/traços descritivos/informações "significativas", capazes de traduzir o conteúdo sob a forma de conceitos/palavras-chave." Ressaltando que essas análises também têm objetivos diferentes, o autor ou produtor, quando escreve o documento tem seus motivadores, os mais diversos possíveis; já, o profissional da informação na análise documentária, objetiva codificar o documento para promover sua recuperação, acesso e uso. Desse modo, a Análise Documentária é estabelecida dentro de parâmetros de análise, desenvolvimento e codificação, Guimarães (2009, p.111) afirma que,

> Tem-se que a ênfase da concepção de AD reside na identificação, na descrição de etapas, para cujo desenvolvimento se utilizam de instrumentos e de onde decorre a geração de produtos. Percebe-se, assim, na preocupação em explicitar procedimentos, inerente à concepção de AD, as bases teórico-metodológicas que neles subjazem, assim como as peculiaridades que os mesmos podem assumir em distintas áreas de especialidade ou tipologias documentais.

E o autor frisa, ainda, que os aspectos procedimentais na AD pressupõem bases teóricas e metodológicas, evidenciando "a natureza eminentemente cognitiva da AD".

Chaumier (1971) inclui a análise documental como uma fase do processo de tratamento da informação que objetiva transformar (ou formar), organizar e recuperar os documentos. O autor, ainda, reitera seu caráter intelectual e cita dois métodos de análise à construção dessas representações, o resumo e a

indexação, sendo assim, partes da análise documental. Analisando o discurso de pesquisadores da Ciência da Informação no Brasil, Guimarães e Sales (2010, p.11), em relação aos processos da análise documentária, identificam que,

> Especificamente no âmbito dos processos, alguns pesquisadores partem de uma dimensão macro, em cujo âmbito identificam etapas de duas naturezas: Análise (Tálamo, Cordeiro) e Síntese' (Tálamo, Cordeiro, Smit) ou Coleta e Verificação de Dados' (Bufrem). Esse universo se amplia com a inserção de processos mais específicos de Condensação (Moraes) e de Representação (Lima, Moraes, Fujita, Boccato, Moura e Dodebei) mais especificamente no que tange à síntese e, no âmbito da análise, a previsão da 'Leitura' (Dias). Café, por sua vez, valendo-se de uma terminologia distinta — 'Classificação, Indexação e Condensação' — refere-se a processos específicos da análise documental que, no seu bojo, poderiam trazer as dimensões acima citadas.

Conciliando os discursos dos pesquisadores citados pelos autores supracitados, poderíamos traçar macroprocessos da AD: Análise, Síntese e Representação; e processos específicos dentro desses: Leitura, Classificação, Indexação e Condensação. O desenvolvimento desses processos tem aspectos específicos quando pensados em relação aos documentos arquivísticos.

4 O "assunto" na Arquivologia

Considera-se que a perspectiva histórico-conceitual do processo de Tratamento Temático da Informação e dos respectivos estudos sobre a análise documentária fornecem subsídios às práticas aplicáveis a diferentes contextos, dentre eles a Arquivologia. Porém, as diferentes abordagens indicadas na seção anterior, conforme mencionado pelos próprios autores, indicam a existência de diferentes perspectivas.

Nesse sentido, ilustrou-se a existência de três vertentes teóricas do tratamento temático, indicadas por Guimarães (2009, p. 106), a saber: "a catalogação de assunto (*subject cataloguing*) de matriz norte-americana, a indexação (*indexing*) de matriz inglesa e a análise documental (*analyse documentaire*), de matriz francesa".

São diferentes vertentes sobre o tema que não são objeto de

estudo nessa pesquisa. Sendo assim, após discutir as três vertentes, o próprio autor conclui que elas se complementam inclusive do ponto de vista histórico. Afirma que:

> De uma análise geral dessa literatura, observa-se que nas três concepções discutidas — catalogação de assunto, indexação e análise documental — fica evidenciada a preocupação com o desenvolvimento de determinados processos (mais discutido pela análise documental), valendo-se de um conjunto de instrumentos (mais discutido na indexação) para que se possa chegar à geração de determinados produtos (mais discutido na catalogação de assunto) que, de forma defensável, viabilizem ou facilitem a recuperação da informação (aspecto comum a todos) (GUIMARÃES, 2009, p. 111).

Enfatiza-se que há dois métodos indicados por Chaumier para o TTI: o resumo (representação condensada da informação) e a indexação, que visa "destacar os conceitos do texto do documento e exprimi-los com ajuda de termos da linguagem escolhida: palavras-chave, descritores ou índices de um sistema de classificação". (CHAUMIER, 1973, p. 16).

A indexação pode ser definida como o "ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento em termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação. (NBR 12676/1992)". Esta definição está contemplada na Norma Brasileira de Indexação, mas representa o entendimento de diferentes autores da área. A indexação foi recentemente definida neste mesmo sentido, porém de forma mais completa:

> [...] um processo formado por sub processos ou etapas que tem como objetivo identificar o conteúdo de um documento, por meio de uma metalinguagem construída — a linguagem de indexação — com o intuito de promover a efetiva recuperação da informação. Em termos teóricos, qualquer recurso informacional é passível de ser indexado ou representado por conceitos. Esta ação viabiliza que a informação documental seja acessada e recuperada para usos distintos por sujeitos com interesses específicos. (TARTAROTTI; DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2017, p. 2).

Percebe-se que diferentes autores ao conceituar a indexação indicam o conteúdo como elemento a ser representado. Dessa

maneira, vale lembrar que a indexação é um processo que pode ser realizado com base em diferentes elementos, já que o conteúdo abrange assuntos, nomes, lugares, ou seja, uma variedade de possibilidades. Desta forma, seus produtos, como os tradicionais índices, podem ser de diferentes tipos.

O objetivo da seção vai ao encontro do objetivo neste capítulo que, após serem identificados os aspectos mais abrangentes da OC e dos processos de representação arquivísticos, juntamente com o TTI evoquem elucidações para sua abordagem no campo arquivístico, especificamente na indexação de assunto.

Assim, na Arquivologia, destaca-se que a importância do assunto na descrição foi incorporada à Nobrade e nela consta como objetivo da área 'Pontos de acesso e indexação de assuntos', "Registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado". (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p.59). Frisa-se a distinção que a norma brasileira faz entre 'pontos de acesso', como sendo qualquer informação que permite acessar o documento ou conjunto documental e 'indexação de assuntos", que se refere ao que o documento trata, ao seu conteúdo.

A Indexação como processo mais amplo envolve a representação do conteúdo, que pode ser efetuada por diferentes elementos, dentre eles o assunto ou tema (*subject*).

Para analisar e identificar o assunto no contexto dos arquivos, diferentes autores indicam o processo de "análise de conteúdo", como o Relatório do BCA (1992), Maurel e Champagne (1999) e Ribeiro (1998, 2011). Na perspectiva do BCA (1992):

> [...] o propósito da análise de conteúdo é identificar conceitos contidos em documentos e representá-los primeiramente de forma abreviada (isto é, na forma de notas, resumos indicativos ou informativos) para que eles possam ser examinados mais rapidamente por conteúdo — isto é resumir — e depois codificar de forma para facilitar a sua recuperação (BCA, 1992, p. 45, tradução nossa).

A compreensão dos referidos autores é que essa análise trata de um processo que complementa a descrição. Logo,

serve aos dois processos, tanto à descrição quanto à indexação. A análise permite a identificação de elementos de conteúdo de forma a apresentar uma informação mais sintetizada aos usuários, mas que por esta razão se torna um acesso indireto ao conteúdo e pode ser limitado, especialmente se não for adequadamente efetuado. Ademais, afirmam que:

> O usuário deve ter o conhecimento necessário para poder tirar conclusões sobre o conteúdo dos documentos que estão sendo descritos com base em informações como: a ocupação ou afiliação do criador dos fundos; o endereço de uma carta; os lugares mencionados ou referências citadas; as pessoas que contribuíram de formas diferentes para a criação de um documento audiovisual (o produtor, decorador, ilustrador, etc.); as datas de criação, gravação, publicação, apresentação pública, etc. (BCA, 1992, p. 46, tradução nossa).

Essa afirmação nos remete a outro aspecto que o usuário deve conhecer, aspectos que geralmente são de domínio do arquivista para poder localizar os documentos que respondem às suas consultas. Dentre esses aspectos, estão aqueles ligados à proveniência e ao produtor, tais como a ocupação ou a afiliação do criador dos fundos.

Com a demonstração de alguns aspectos do processo de análise de conteúdo na citação acima, é possível vislumbrar que a análise de conteúdo [*content analysis*] abrange uma realidade mais ampla do que a análise de assunto [*subject analysis*]. A última indica o assunto de um documento ou grupo de documentos. Devido à importância de separar esses dois processos, especialmente, porque contribuem para verificar a diferença entre conteúdo e assunto.

As duas análises são complementares ou podemos compreender que são dois aspectos dentro do mesmo processo de análise, divididos somente para fins teóricos, pois na prática podem ser efetuados em conjunto.

Deste modo, alguns autores consideram somente a análise de conteúdo como forma de envolver os dois elementos, conteúdo e assunto. Esse parece ser o caso de Ribeiro (1998, 2011) que, apesar de conferir clareza no entendimento do assunto, apresenta evidência significativa para compreendermos que há uma "análise arquivística" que serve aos dois processos,

descrição e indexação. Esta análise pode, também, ser utilizada para outras funções arquivísticas.

Maurel e Champagne (1999) confirmam que a ideia de "assunto em arquivística" dá origem a uma complexa problemática e que a distinção entre o substantivo próprio, assunto e o substantivo criador (ou autor) é importante, especialmente na elaboração de um índice onomástico. Os autores também explicitam elementos de acesso por assunto numa perspectiva mais abrangente, quais sejam:

> - um tema como tal;
> - uma função, uma atividade (por exemplo, uma atividade administrativa) ou uma ação do criador do fundo ou de um autor específico;
> - uma ocupação, profissão ou comércio; um lugar (nascimento, morte, emprego, residência, etc.) onde uma ação ou atividade ocorreu;
> - dados cronológicos (a data de nascimento, morte, evento, fato histórico), mais frequentemente usado como um assunto secundário em relação a uma ação ou atividade;
> - um tipo ou suporte de documentos, mais um assunto secundário em relação a uma ação ou atividade;
> - o um nome de indivíduo, família ou organização em relação a ações ou atividades, ou do qual os documentos tratam, desde que este nome não esteja vinculado, aqui, à proveniência. (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 330, tradução nossa).

A citação acima abrange aspectos do assunto numa perspectiva mais ampla, uma vez que contém elementos de assunto mais relacionados à proveniência, como a função ou atividade, mas também aqueles mais específicos e relacionados ao assunto (tópico). A diversidade de elementos possíveis demonstra que a identificação do assunto tópico no momento de representação pode estar partilhado em outros pontos de acesso, os quais podem ser indicativos de seu assunto.

Ressalta-se ser recomendável que a utilização dos elementos que envolvem o assunto siga diretrizes e normas, se possível que esses aspectos estejam inseridos nas normas de descrição arquivística de cada país.

Ainda em relação ao processo de indexação nos arquivos, uma relevante característica diz respeito aos níveis de indexação

e de descrição, conforme se verifica: "Recomendamos que a indexação arquivística, como a descrição arquivística, seja baseada em níveis hierárquicos de descrição e proceda do geral para o específico. Um item não deve ser indexado antes que o arquivo, a série e os itens aos quais ele pertence tenham sido indexados". (BCA, 1992, p. 118, tradução nossa).

As características do documento arquivístico, juntamente com a descrição multinível fazem com que a indexação seja realizada conforme os índices da descrição. Isso deve ser feito com qualquer outro procedimento arquivístico, visando à manutenção da natureza orgânica e do valor informacional. Um ponto a ser destacado nas características apresentadas pelo BCA (1992) é a relação entre a terminologia e conteúdo dos documentos, pois "ao longo do tempo o conteúdo de um tipo particular de registro ou forma de material pode permanecer constante, mas a terminologia associada a ele pode não ser." (BCA, 1992, p. 28, tradução nossa). Pressupõe-se que os instrumentos de acesso à informação e, logo, as descrições e indexações devam acompanhar essas modificações, considerando o contexto também terminológico no qual o documento se insere. Os instrumentos de controle de vocabulário, também, podem ser destacados nesse sentido.

No tocante à indexação por níveis, um ponto a ser enfatizado é o entendimento de que o processo de análise arquivística é comum à descrição e à indexação e ocorre antes de qualquer operação realizada:

> Nas técnicas de representação da informação, a descrição e a indexação assumem, para o caso que aqui nos ocupa, particular importância. Cada uma dessas operações supõe a análise prévia da indexação que vai ser descrita e indexada e, de acordo com a ISAD(G), essa análise deve ser feita a diversos níveis No nosso entendimento é mais apropriado falar em níveis de análise arquivística do que níveis de descrição arquivística, pois a análise precede não apenas a descrição, mas todas as operações de representação da informação, como é o caso da indexação (RIBEIRO, 2011, p. 47).

A análise indicada por Ribeiro (2001) relaciona os níveis com a profundidade, o que leva a verificar que no primeiro nível (arquivo) a indexação é sumária, no segundo (série) exaustiva e no terceiro

(documento), por sua vez, profunda. Uma discussão interessante, que já indicamos, é quanto ao volume de informação existente que pode impedir ou dificultar a indexação de assunto de ser realizada no terceiro nível, especialmente considerando a especificidade que o nível exige. Assim, ao realizar qualquer operação técnica arquivística, deve considerar-se o nível a ser representado, tanto na descrição, indexação, na criação de quaisquer pontos de acesso à informação, que são escolhidos a partir de elementos da descrição e em conexão com ela, conforme afirma Ribeiro (2011).

5 O controle do vocabulário em arquivos

A discussão sobre a normalização e padronização nos arquivos é indissociável da discussão sobre o controle terminológico e linguagens de indexação ou documentárias. Santos Canalejo (1998) se dedica à normalização arquivística e afirma que "o controle terminológico advém das linguagens de indexação e supõe a seleção dos termos que representam o próprio documento, seu conteúdo e o contexto para fornecer a qualidade das informações que são atualmente solicitadas aos arquivos, inseridas em um arquivo". Assim, salienta que: "[...] o arquivista requer o uso das chamadas linguagens documentárias, isto é, aquelas que, por procedimentos sintáticos convencionais, representam o conteúdo de um documento ou um conjunto de documentos para facilitar a busca e a recuperação de informações. [...]" (SANTOS CANALEJO, 1998, p.117, tradução nossa).

Nessa perspectiva, apresentamos discussões a respeito dessas linguagens e suas aplicações nos arquivos, lembrando que nosso foco é a indexação de assunto e, nesse sentido, o tocante às linguagens utilizadas para controle vocabular é ilustrado no capítulo.

Em relação às linguagens documentárias e sua aplicação nos arquivos, Aguiar e Tálamo (2012) apresentam artigo fruto da dissertação de uma das autoras, no qual utilizam a expressão "linguagem orgânico-funcional" para demonstrar que, mesmo na elaboração de um vocabulário controlado nos arquivos, não é possível dispensar as informações contextuais. Sendo assim, focam-se num aspecto diferente das discussões sobre tesauros no campo mais amplo da Ciência da Informação, na qual são utilizados os termos que se referem a assuntos para representar os

documentos e, logo, criar as linguagens.

As autoras enfatizam que há necessidade de controle vocabular das funções, atividades e procedimentos, que não devem ser feitos com linguagem livre, mas com controle terminológico. Tratam sob a perspectiva de um "tesauro funcional" e deixam claro que se refere às informações ligadas à proveniência (ou contextuais) e não ao seu conteúdo. Sobre os elementos de contexto, asseveram:

> No escopo da Arquivologia, as linguagens de indexação ou vocabulários controlados podem padronizar essa ambiguidade, como produtos do processo de indexação no âmbito da linguagem funcional. Nessa área de domínio, o vocabulário controlado pode ser entendido como uma lista de termos (descritores) com a finalidade de orientar com precisão a organização e a recuperação da informação arquivística, remetendo às séries ou conjuntos de documentos (AGUIAR; TÁLAMO, 2012, p. 128).

As autoras supracitadas criticam o fato de os sistemas de base terminológica para controle vocabular serem utilizados apenas na fase permanente, na elaboração do plano de classificação. Apresentam proposta à construção de um sistema com base terminológica que envolva toda a gestão arquivística, que serve para nomear as funções, atividades, procedimentos e órgãos produtores pode contribuir para "[...] a racionalização dos fluxos da informação orgânico-funcional; a eficácia nos processos de controle de uso da informação; a eficácia nas atividades de recuperação da informação orgânico-funcional; evitar dispersão de documentos produzidos por um mesmo órgão e pela mesma atividade; a eficácia nos processos de gestão e avaliação de documentos; garantir a memória documentária arquivística [...] (AGUIAR; TÁLAMO, 2012, p. 128).

Verifica-se que a visão acima é convergente com Esteban Navarro (1995), quando propõe elevar a gestão documental a um recurso estratégico, o que exige aumentar os rendimentos dos bens informativos de um organismo, com o menor gasto possível. Assim, o arquivo passa a ser pensado como elemento de um sistema de informação da instituição a qual pertence. (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

Sob o aspecto metodológico e prático, tanto os planos de classificação como os tesauros funcionais podem ser considerados

exemplos de vocabulários controlados para os arquivos, sendo que a classificação não possibilita estabelecer a relação entre termos e conceitos, enquanto o tesauro permite. Assim, recomenda-se elaborar primeiro o plano de classificação para, posteriormente, construir o tesauro. Este último pode aperfeiçoar o processo de recuperação da informação e a comunicação da informação funcional. (AGUIAR; TÁLAMO, 2012).

Percebe-se que o vocabulário controlado é uma ferramenta citada nesse processo que já é alvo de pesquisas na Ciência da informação, tendo como foco os arquivos. Como exemplo, no livro de Smit e Kobashi (2003) é apresentada uma discussão sobre o desenvolvimento de vocabulário controlado em arquivos e evidencia que esse instrumento deveria:

> 1. hierarquizar as funções e respectivas atividades: esta hierarquia pode ser mais ou menos detalhada, mas é necessária por duas razões: — para dar uma ideia do universo funcional abrangido (a visão do todo), incluindo os termos num sistema significante; — para orientar a organização física das séries documentais;
> 2. contemplar o controle de vocabulário, particularmente no que diz respeito à sinonímia, pela inclusão de remissivas na lista alfabética. As remissivas têm por função orientar a nomeação dos documentos (em sua geração e no momento de sua busca) de termos ou expressões não adotados para termos ou expressões adotados pelo sistema;
> 3. relacionar termos presentes em categorias diferentes;
> 4. conceituar os termos e as condições de seu uso. (SMIT; KOBASHI, 2003, p.42).

Verifica-se que, no item 1, evidenciam-se as funções e atividades como elementos relevantes à representação temática nos arquivos, caracterizando o contexto e associados à classificação arquivística. Já, com relação aos demais itens, não apresentam diferenças substanciais voltadas à construção de um vocabulário controlado. O que apresenta variação é o objetivo do processo como, por exemplo, as remissivas, importantes em qualquer contexto; nos arquivos são utilizadas para nomear documentos, sendo assim fundamentais tanto no momento da criação quanto na recuperação de documentos. (SMIT e KOBASHI, 2003).

A ISAD (G) (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES — ICA, 2000, p.11) aponta a representação do

conteúdo dos documentos arquivísticos como um dos objetivos da descrição,

> [tem como objetivos] identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados.

É interessante compreender que os vocabulários controlados no contexto dos arquivos podem auxiliar as próprias operações de tratamento documental, sendo utilizados juntamente com a descrição arquivística, conforme pontuaram os trabalhos de Esteban Navarro (1995), Santos Canalejo (1998) e Aguiar e Tálamo (2012). Esta parece ser uma visão diferente daquela que trata das linguagens como produtos da indexação, amplamente discutidas no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Conforme se verifica "são claras as vantagens apresentadas pelo uso do vocabulário controlado em comparação à linguagem natural. As vantagens se referem também ao ciclo documentário, tendo em vista que "[...] a utilização de uma linguagem normalizada de acordo com o contexto e a cultura organizacional de uma instituição é um dos fatores determinantes para garantir a dinâmica e a totalidade do ciclo documentário (produção, organização, disseminação)." (AGUIAR; TÁLAMO, 2012, p. 117).

Ribeiro (1998), ao especificar esse aspecto do controle do vocabulário, ressalta que se pode utilizar as linguagens tanto controladas como não controladas. No campo da Biblioteconomia, é comum a utilização de listas de controle de autoridade para entradas do título e de autor em catálogos. No caso da Arquivologia, esta especificidade se refere ao controle de autoridade com o uso da norma ISAAR (CPF), a qual não foi enfatizada, devido ao fato de não termos tratado sobre o aspecto do controle de autoridade.

6 Considerações Finais

De acordo com a perspectiva apresentada neste capítulo, o arcabouço teórico-metodológico desenvolvido na organização do conhecimento, como área de estudo e pesquisa central da Ciência da informação, pode ser utilizado para o tratamento documental

arquivístico, uma vez que fornece subsídios teórico-metodológicos aplicáveis em qualquer contexto.

No que se refere aos processos de classificação e descrição, consolidados em termos teóricos e práticos no campo arquivístico como processos centrais do tratamento documental, o controle vocabular e os respectivos vocabulários controlados podem ser usados com ferramentas no desenvolvimento dos referidos processos, tendo em vista que o processo de análise dos documentos é comum a qualquer processo arquivístico.

Assim, ao ser utilizado no contexto da classificação em arquivos, o controle vocabular com uma LD permite padronizar os termos a serem empregados na construção dos instrumentos de classificação. Deste modo, como processo fundamental e basilar para o desenvolvimento de outros processos arquivísticos, a classificação mais precisa resulta na melhor organização dos documentos dentre os níveis e a manutenção dos vínculos arquivísticos, o que facilita, por sua vez, o processo de descrição, considerando aqui a perspectiva da representação do conteúdo documental.

Conforme se verifica, a organização em níveis é fundamental à representação dos documentos de arquivo e é efetuada nos processos de classificação e descrição, mas também no processo de indexação.

Conclui-se, então, que as linguagens documentárias são aplicáveis aos diferentes processos de tratamento da informação, a saber: a classificação, a descrição e a indexação, visto que o controle vocabular é fundamental para resultar em representações e produtos (sistemas) mais precisos, tanto para o usuário, como é o caso dos instrumentos de pesquisa resultantes da descrição, quanto para os profissionais que produzem as informações documentárias, como na elaboração de instrumentos de classificação ou no próprio desenvolvimento da descrição.

Por fim, o usuário dos arquivos, com a representação temática, recebe um lugar de destaque, tendo a preocupação da construção de representações que suportem o processo de recuperação desses documentos, havendo qualidade. E a Arquivologia, no estudo e aprofundamento desses processos, abre um espaço profícuo de discussão e interação científica.

Referências

AGUIAR, F. L.; TÁLAMO, M. de F. G. M. O controle de vocabulário da linguagem orgânico-funcional: concepção e princípios teórico-metodológicos. **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 117-138, jan./jun. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: CONARQ, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. **ISAD(G):** Norma geral internacional de descrição arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

_____. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BUREAU OF CANADIAN ARCHIVISTS (BCA). **Subject indexing for archives**: the report of the Subject Indexing Working Group. Bureau Canadien des Archivistes, 1992. 144 p.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento?. *In:* LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010, p. 85-102.

CHAUMIER, J. **As técnicas documentais.** Mem Martins: Europa-America, 1973. 108 p.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. *In:* SMIT, Johanna Wilhelmina (Org.). **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília, DF: IBICT, 1987. cap. 3, p. 38-60.

DAHLBERG, I. Knowledge organization: its scope and possibilities. **Knowledge Organization**, Frankfurt, Germany, v. 20, n. 4, p. 211-222, 1993.

ESTEBAN NAVARRO, M. A. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. *In:* ENCUENTRO DE ISKO-ESPAÑA, 1., 1993, Madrid. **Anais…** Madrid, 1993. Zaragoza: Universidad Librería General. 1995. p. 65-90. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/07/065-090_Esteban.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação: catalogação de assunto,indexação e análise documental. **Ibersid:** Revista de Sistemas de Información y Documentación, v. 3, p. 105-117, 2009.

GUIMARÃES, J. A. C.; SALES, R. Análise documental: concepções do universo acadêmico brasileiro em Ciência da Informação. **Datagramazero,** v. 11, n. 1, 2010.

MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. In : _____. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte-Foy (Québec), Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 255-371.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental:** fundamentos y procedimientos. 2. ed. Madrid : EUDEMA, 1993. 270 p.

RIBEIRO, F. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. In*:* SOUSA, F. F. de; SANTOS, E. C. (Org.). **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011. p. 31-59.

_____. Subject indexing in archives: theoretical and pratical considerations. In: PIERULIVO, M.; CERRI, R. (Orgs.). **I Soggetti e altri apparati di indicizzazione in archivistica**: ipotesi di lavoro. San Miniato, 1998. p. 87-94.

TARTAROTTI, R. C. D.; DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. Avaliação da consistência da indexação em bibliotecas universitárias federais da região nordeste do Brasil. **Anales de Documentación**, Espanha, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63549938004. Acesso em: 13 fev. 2020.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, n. 3, p. 31-25, 2003.

Organização do conhecimento crítica: reflexões sobre representação e homossexualidade

Fabio Assis Pinho
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco

Suellen Oliveira Milani
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense

1 Considerações Iniciais

No âmbito da organização do conhecimento, especificamente na sua vertente do Tratamento Temático da Informação, uma das preocupações se volta à conduta profissional em relação a uma atuação ética no que tange à concepção de bem fazer e bem atuar, visto que as competências específicas para os profissionais que trabalham nesse âmbito estão intimamente ligadas a uma dimensão ética, principalmente, porque é necessário levar em conta que tanto o sistema quanto o processo de representação devem estar imbuídos da preocupação com a sua utilidade e sua recomendação para determinado grupo-alvo.

Durante muito tempo a representação do conhecimento foi entendida como atividade puramente técnica. Entretanto, sabemos que tanto o processo de representação quanto os sistemas de representação do conhecimento não são neutros, uma vez que seus idealizadores impõem uma visão particular de mundo, refletindo posições ideológicas e políticas; além de que, representar conteúdos significa recortar e segmentar, resultando em uma tributação de hipóteses. De certa forma, atualmente, o trabalho tecnicista busca amparo no trabalho intelectual, graças ao trabalho ao qual os estudiosos da área se dedicam para provê-la de fundamentação teórica e metodológica, necessária a todo campo científico.

Pois bem, o que seria então uma organização do conhecimento compromissada? Para entendermos essa pergunta, convém iniciarmos com dois exemplos, a saber: o primeiro é *And Tango Makes Three* (Com Tango, somos três), que é um livro infantil escrito em 2005 por Justin Richardson e Peter Parnell e ilustrado por Henry Cole, onde é contada a história de uma experiência real de dois pinguins machos que chocam um ovo por 34 dias. Do episódio, nasce Tango, formando uma família em que os três membros são do sexo masculino. Pais norte-americanos, revoltados, fizeram com que o livro fosse retirado da seção infantil da Biblioteca de Savannah nos Estados Unidos, por considerá-lo de temática homossexual. Já, o segundo exemplo trata do livro infantil *King & King* (Rei e Rei), escrito em 2002 por Linda de Haan e Stern Nijland, que conta a história de um príncipe que não gostava de princesas e acaba se casando com outro príncipe. Esse livro foi tão bem-sucedido que se transformou em uma série de aventuras. Entretanto, é um dos livros que mais sofre pressão para ser retirado das bibliotecas norte-americanas.

Em que medida essas ações contrárias a uma orientação sexual interferem no desenvolvimento das coleções? E, também, como essa temática é representada? Ela sofre influência por parte dessa cultura contrária à diversidade? Por quê? A pressão à retirada de obras polêmicas é tanta que a American Library Association publica a *Top Ten Most Challenged Books List,* anualmente, baseando-se nas denúncias recebidas, as quais advêm de diferentes segmentos da sociedade. O intuito dessas compilações é o de promover reflexões acerca da censura e o livre acesso à informação. Nesse sentido, não podemos ser ingênuos e pensarmos que as repostas para essas perguntas são fáceis, para não nos enganarmos e torná-las simplistas. Os problemas em torno das publicações que abordam, com clareza, a diversidade de orientação sexual criaram situações nas quais os bibliotecários não podem estar alheios, notadamente, no que tange à censura advinda do tema da obra, bem como a sua representação em nossos catálogos.

As duas presunções da Biblioteconomia e Ciência da Informação: "Fornecer aos usuários o que eles disseram que querem" e "Fornecer aos usuários o que julgamos que eles precisam" figuram como tarefa crítica dos teóricos da organização do conhecimento em reconhecer o vazio moral dessas posições e fomentar concepções pluralistas de verdade. (FURNER; DUNBAR, 2004).

No atual contexto global de *fake news*, personalizações (e criação de bolhas no Big Data) e falta de avaliação de fontes pelos usuários da Internet, aspectos sobre comportamento informacional e necessidade de informação emergem como reveladores de padrões que envolvem comunidades de pessoas. Essa situação levou a organização do conhecimento a levantar uma discussão sobre aspectos relacionados à relevância (valor e medida almejados pela Biblioteconomia e Ciência da Informação) e à verdade (valor discutido pela Filosofia) e seus papéis na promoção da justiça social.

Por isso, os bibliotecários compromissados têm o objetivo de promover justiça, principalmente justiça social e, para isso, estudos críticos sobre a biblioteca e seus serviços, incluindo os sistemas de organização do conhecimento, deverão ser conduzidos. (FURNER; DUNBAR, 2004).

É por essa razão que os estudos sobre os aspectos éticos na organização do conhecimento são necessários, uma vez que a ética se estabelece à medida que se torna uma noção de limite de poder (controle), pois a atitude ética se distancia do poder sobre o *outro* e evita ser objeto de qualquer ideologia. Dessa forma, teremos uma vertente do compromisso. Não é a nossa intenção trazer soluções, entretanto mencionaremos o que acreditamos ser tangencial à organização do conhecimento em relação à sociedade.

Quando questionados sobre a neutralidade ao classificar ou indexar um documento ou mesmo ao construir um tesauro, os alunos de Biblioteconomia poderiam mencionar que não acreditam serem imparciais, afinal têm suas crenças, seus posicionamentos perante diversos assuntos e, por vezes, comentariam que as suas visões de mundo são diferentes das visões de mundo do seu colega de classe. Se aprofundarmos um pouco a conversa, introduzindo declarações sobre valores éticos, conceitos como honestidade, cuidado com o outro, comprometimento profissional e destreza seriam citados de modo a elaborar um bom discurso, que soe correto e consciente sobre como temos responsabilidades para com os nossos usuários.

Essa postura é muito importante em uma profissão que não cuida apenas da informação, mas também das pessoas. Porém, se pararmos um momento para analisá-la, perceberemos que os usuários não são "nossos" nem estão em nossa instituição para que sejam "iluminados"; seria mais produtivo se enxergássemos os

usuários como pessoas pertencentes às comunidades que estão em busca de voz, afinal não queremos evocar o conceito de público majoritário de Cutter com sua perspectiva unificada de necessidades informacionais nem sugerir que teríamos, na organização do conhecimento, a possibilidade de considerarmos as particularidades de cada indivíduo. Essa busca por voz poderá ser alcançada por meio do acesso a um documento, pelo empréstimo, por uma troca de ideias entre o usuário e o bibliotecário ou mesmo uma entrevista de referência, por uma percepção aguçada nesse usuário a partir de um passeio pelas prateleiras físicas ou virtuais da biblioteca ou, ainda, por meio de uma nota de escopo apresentada no registro catalográfico de um documento no catálogo; enfim, esses são alguns dos caminhos que poderiam ser sugeridos para auxiliar esse usuário em sua busca por maior entendimento sobre si mesmo ou sobre um tópico de assunto ou validar uma proposição.

Por haver muitas comunidades de usuários, os bibliotecários têm se preocupado em mapeá-las, descrevê-las, refletir sobre os seus comportamentos informacionais, oferecer-lhes meios para desenvolver suas competências informacionais e isso é muito profícuo para os estudos éticos em organização do conhecimento. Porém, devido ao caráter situacional dessa discussão, poucos exemplos concretos são dados quando discutimos dilemas éticos, e os alunos esperam que aquela aula de indexação ou classificação, na qual o professor mencionou a importância de sermos éticos na atuação profissional termine com, ao menos, um exemplo do que, de fato, poderia ser considerado ético ao extrair ou atribuir um termo de indexação ou número de classificação a um documento no contexto de uma biblioteca e como ele poderia fazer isso.

2 Ética na organização do conhecimento

Os estudos sobre ética em organização do conhecimento vêm ganhando espaço nas agendas da Biblioteconomia e Ciência da Informação nesta última década, mas ainda ocupam um segundo plano das temáticas de pesquisa como observou Smiraglia (2015).

É interessante notar que ao discorrer sobre o papel ativo da subjetividade do bibliotecário, percebemos o fato de que fazemos parte de um poderoso discurso cultural deflagrador de poder. (OLSON, 1999).

A ética reflete sobre o fenômeno da moralidade e dentro da complexidade da moralidade de cada pessoa; as profissões são espaços importantes à vivência das experiências humanas tanto por envolverem sonhos, expectativas, habilidades e investimentos, quanto por dedicarmos tempo a elas e termos o nosso sustento financeiro proveniente delas, conforme explica Souza (2014).

A ética profissional abarca o desejo dos membros de uma determinada profissão em apresentar uma conduta exemplar e funciona como um espaço para os seus membros pensarem sobre suas condutas cotidianas, suas ações, tomadas de decisão, destacando os seus compromissos com quem usufrui dos seus serviços, a instituição onde trabalham, seus objetos de trabalho, suas categorias profissionais e suas individualidades.

Nesse cenário, temos os processos, instrumentos e produtos da organização do conhecimento. Um dos produtos que podemos citar tem o índice, gerado por *intermediação* de uma linguagem documental, de natureza mais generalizante, pois busca o tema do documento, e com relativa independência do sistema de significação do texto principalmente se comparado ao resumo. O índice figura como um mapa acerca dos assuntos veiculados pelos documentos e essa intermediação pode, inclusive, gerar alguns desvios (*bias*, em inglês). Já, sobre os instrumentos, temos os sistemas de classificação como, por exemplo, CDD e CDU. E em relação ao processo, temos a indexação como um exemplo. Todos eles podem carregar desvios, pois são frutos do trabalho humano e de determinada época.

Biases na representação de assunto podem ser interpretadas como direcionamentos presentes nos substitutos documentais e nos sistemas de organização do conhecimento que fomentem qualquer prejuízo a uma determinada comunidade de usuários; por vezes, esses direcionamentos visam garantir especificidade às comunidades por meio da representação de assunto, no entanto, podem revelar inclinações ou tendenciosidades, evocando crenças e princípios de quem construiu o substituto documental ou o sistema de organização do conhecimento em questão. Essas tendenciosidades podem, ainda, reforçar preconceitos ou promover desvios na representação de assunto, causando efeitos danosos aos usuários da biblioteca que não pertencem às comunidades dominantes. Quando presente no documento a ser analisado, o

bibliotecário tomará uma decisão ética sobre a maneira pela qual negociará com essas *bias,* salienta Milani (2015).

Enquanto substantivo, desvio significa mudança ou afastamento. Se aplicado ao âmbito social ele tem uma relação direta com o que é normal e, este último por sua vez, não é evidente, visto que normal é resultado de discursos e práticas sociais. O que entendemos como anormal é resultado de criações históricas elaboradas pela sociedade burguesa, que considera como padrão o homem branco, heterossexual e burguês. Por isso, o desvio é sempre relativo a uma das características desse padrão. No âmbito da organização e representação do conhecimento, temos dois tipos de desvios:

- representação deturpada ou inapropriada (*misrepresentation*, em inglês) onde alguns aspectos da representação encontram-se claramente errados de acordo com os padrões de exatidão estabelecidos;
- representação tendenciosa (*biased representation*, em inglês) onde os valores e interesses de alguns usuários da representação não são contemplados.

Os desvios na organização e representação do conhecimento residem, principalmente, em algumas categorizações dicotômicas em classificações ou tesauros. O conceito de Categorizações dicotômicas em **Porfírio** descreve um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies (isto é, do geral para o específico) que funciona por dicotomias sucessivas. Esse esquema dicotômico tem grande influência na posterior classificação dos seres. (POMBO, 2003).

As categorizações dicotômicas em classificações ou tesauros são baseadas na tradição aristotélica de oposição dos conceitos e, quando adotadas de forma categórica, passam a evidenciar ou reforçar a ideia de preponderância, desrespeito entre diferentes culturas e, às vezes, de proselitismo. Vejamos alguns deles a seguir mencionados em Guimarães (2008), Guimarães e Pinho (2008) e Milani (2015).

Religiões cristãs X Religiões não-cristãs

Essa representação tendenciosa é estabelecida pela dicotomia exibida acima e nos mostra uma visão predominantemente cristã sobre as outras religiões. A determinação de "não-cristãs" remete

a um entendimento de que o idealizador era cristão. Obviamente, que todas as demais religiões não têm o mesmo tratamento, sendo organizadas e representadas sem o mínimo de entendimento e respeito que deveriam ter.

Perversão sexual VER TAMBÉM Homossexualismo

É representação deturpada ou inapropriada. Primeiramente, há que se notar a grafia do termo "homossexualismo". O sufixo *ismo*, nesse caso, remete-nos a uma ideia de patologia e, atualmente, atrelar a orientação sexual a um tipo de doença ou desvio sexual é sabidamente enganoso. O termo é homossexualidade. Além disso, temos uma remissiva equivocada, atrelando perversão sexual à homossexualidade, visto que o desvio da heterossexualidade, considerada como um padrão burguês, era considerado como forma de insanidade ou degeneração sexual. Desde 1973, a Associação Americana de Psiquiatria deixou de classificar a homossexualidade como doença, bem como, a Organização Mundial de Saúde o fez a partir de 1990.

Vadios e vagabundos VER TAMBÉM Ciganos

É uma representação tendenciosa. Os Roma são conhecidíssimos por ser um povo nômade e estão espalhados pelo mundo todo e são conhecidos vulgarmente por ciganos. O nomadismo é determinante no modo de vida e nas condições em que vivem, por isso, muitas vezes são vistos de maneira preconceituosa. Dessa forma, temos outra remissiva que está carregada de preconceito.

Lesbianismo USE Desvios sexuais

Outro indício de uma representação deturpada ou inapropriada. Temos aqui o uso de um termo preferido, destacado para estabelecer uma relação de equivalência, indicando uma ação de similaridade. Assim como foi relatado anteriormente, orientação sexual não é considerada doença nem desvio de comportamento. Erro grave.

Além desses casos citados, é interessante voltarmos nossa

atenção à Classificação Decimal de Dewey (CDD), pois nela são encontrados muitos casos de desvios. A CDD é o sistema mais utilizado no mundo, totalizando mais de 135 países e traduzido para mais de 30 línguas, uma vez que consegue reunir, sob uma mesma notação, os aspectos de representação temática e de arranjo físico da obra.

É um sistema que tem sido criticado por seu ponto de vista culturalmente determinado, como é o caso do assunto Cristianismo, de grande prevalência na classe de Religião, especialmente, devido ao fato de a Classificação Decimal de Dewey se revelar a partir de uma concepção de mundo pautada pelo prisma do WASP (*white, protestant and anglo-saxon man*) — homem, branco, protestante e anglo saxão. Além do mais, é um sistema que possui as partes arranjadas pela disciplina e não pelo tema, então, no momento em que os materiais relativos a grupos sociais são classificados, eles são colocados em conjuntos específicos, principalmente se forem subdivididos em gênero, raça, religião, classe e orientação sexual, por exemplo. Isso ocorre porque não há uma área concentrada para eles, que são assinalados em outras áreas, perdendo sua identidade. Vejamos um exemplo do que podemos considerar como "guetificação", ou seja, um encerramento espacial:

305.4 Mulheres

• 2 Status e papel social das mulheres. Classifique aqui discriminação contra mulheres e movimentos feministas.

• Papel social e status de tipos específicos de mulheres com o tipo de mulheres em 305.43-305.48 ...

305.4 Mulheres

- 8 Tipos específicos de mulheres
  - 8 Grupos raciais, étnicos e nacionais
    - 96 Africanas e pessoas de descendência africana [T5]
      - 073 Americanas africanas (Negras dos Estados Unidos)

Podemos perceber que aquelas brincadeiras que ouvimos na época da Graduação como, por exemplo, o livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda que foi classificado em Botânica, perderam a graça. Os exemplos relatados nos mostram o quanto os profissionais precisam estar preparados ao lidar com esse tipo

de trabalho (intelectual, diga-se de passagem). O compromisso do bibliotecário é ser um mediador crítico que forneça uma visão geral sobre o conhecimento produzido, deixando o usuário ciente dos variados pontos de vista sobre esse tema ou assunto, pois dessa forma, o profissional evita a disseminação de preconceitos e contribui à formação de uma sociedade mais justa.

De qualquer forma, as perguntas não cessam. Quais os efeitos positivos no contexto da organização do conhecimento? Há uma mudança social positiva? Creio que uma mudança social positiva é a mediação no intuito de impedir a disseminação de ideias preconceituosas ou discriminatórias, especialmente nas atividades de representação, bem como em instrumentos como os catálogos de bibliotecas.

Mesmo assim temos ainda outras questões a apresentar, de acordo com Budd (2006). Quais os valores éticos que regem os profissionais no âmbito da organização do conhecimento? E ainda: quais atributos estão associados a esses valores, para quem tal valor é importante e por quê?

Em um primeiro momento, entendemos que a ética, enquanto ramo da Filosofia, busca estudar o modo de agir do ser humano junto aos seus semelhantes. Não obstante, a ética busca o entendimento do ato comportamental do ser humano, além de estudar como se dá um determinado comportamento ou conduta. Comportamento esse que traz em si a existência ou ausência de valores éticos, visto que esses últimos existem unicamente em atos humanos como, por exemplo, o comportamento de indivíduos e grupos sociais, realizados de forma livre, ou seja, de um modo consciente e voluntário. Será que os bibliotecários contemporâneos estão imbuídos de liberdade intelectual, justiça, equidade, harmonia social, confiança pública e competência profissional, por exemplo?

A organização do conhecimento possui valores intrínsecos às suas atividades, porém não os assume como tal. Especificamente no fazer da área é desejável que o profissional deva estar estimulado à *reflexão crítica*, deva possuir *competência multilíngue* e agir com *desejo ético*. No caso da reflexão crítica, o valor subjacente é o da transculturalidade na mediação, ou seja, o mediador deve ter uma visão consciente do que será representado, transferindo ao usuário 'pistas' que serão a garantia de uma representação adequada do conteúdo, assumindo um compromisso de representar a

pluralidade. Será uma posição dialógica e não de confronto.

A reflexão crítica encontra reflexo na competência multilíngue — onde o valor subjacente é o mulitlinguismo, uma vez que permeia a questão da definição terminológica, por exemplo, em tesauros. O usuário de um tesauro multilíngue deve ter a possibilidade de consultar a versão linguística mais *apropriada* e cada uma delas deve ser *adequadamente representada*. A barreira linguística é uma questão que deve ser tratada com cautela pelos bibliotecários, já que traz em seu bojo uma ampla gama cultural que não pode ser ignorada.

O que percebemos é que um tesauro multilíngue deve ser encarado como uma transposição de barreiras, no caso a linguística e que, ao mesmo tempo, seja um instrumento aceito por culturas de línguas distintas, o que lhe daria, igualmente, a condição de uma linguagem epistemográfica, isto é, uma linguagem que valoriza as relações associativas para que nenhum tema se sobreponha aos demais, conforme explica García Gutiérrez (2002).

De fato, alguns problemas acompanham a questão multilíngue, pois a adequação de uma estrutura conceitual de uma cultura a outra é considerada inadequada, inclusive a tradução literal de termos, o que pode resultar em expressões sem sentido. Vejam-se, nesse caso, as expressões norte-americanas *'It is raining dogs and cats'* e seu correspondente em português no Brasil *'Está chovendo canivete'*, ou mesmo, *'I slept like a log'* e *'Eu dormi como uma pedra'*.

Certamente esses fatores e dificuldades influenciam a tradução dos termos de uma língua para outra e é uma constante na atuação dos bibliotecários. A passagem de uma língua para outra deixa ambiguidade quando um termo possui mais de um equivalente em outras línguas como, por exemplo, em francês o termo *beau-père*, que possui seus equivalentes em inglês, *stepfather* e *father-in-law*. Vejam, nesse exemplo, que a questão terminológica resgata elementos culturais, visto que os qualificadores atribuídos a pai são de naturezas distintas: belo (*beau*) em francês *versus* substituto (*step*) ou legal (*in-law*) em inglês.

Isso nos mostra que o respeito às línguas possui uma dimensão cultural e política. O tratamento ético no desenvolvimento de um tesauro multilíngue envolve a resolução de problemas de natureza semântica, linguística e administrativa e não apenas na localização de um termo adequado em outra língua. Outro exemplo interessante trata da ocorrência de um termo norte-americano apropriado para

o termo em português *Fonoaudiologia;* o mais próximo que os pesquisadores dessa área recomendam (a nossa conhecida garantia de uso) é *Speech-Language Pathology* ou *Audiology*.

Já temos condições de perceber que trabalhar com a questão da língua não é tão simples, pois envolve a forma como seus falantes interagem com o mundo. Problemas nesse contexto podem assumir algumas dimensões específicas:

a) *Codificação*: reconhecimento de caracteres e de letras, principalmente os de alfabetos não latinos,

b) *Natureza morfológica*: muitas palavras e termos podem aparecer em mais de uma forma em qualquer língua flexível, ocorrendo múltiplas ortografias para a mesma expressão verbal, por exemplo: *Behaviour / Behavior, Clé / Clef,* etc.

Outras variações de problemas morfológicos são de natureza gramatical. As várias formas de uma palavra podem indicar seu número, gênero e, em algumas línguas, sua função no discurso, por exemplo: *Student / Students, Étudiant / Étudiante / Étudiants / Étudiantes,* etc. Em relação a *labor* e *labour*, até que ponto os termos soam plenamente confiáveis, respectivamente, para um inglês e um norte-americano?

c) *Natureza terminológica*: devido ao controle terminológico, o vocabulário que é usado para produzir e indexar documentos é diferente do vocabulário para buscar informação. Uma palavra é a representação verbal de um conceito; entretanto, um mesmo conceito nem sempre é representado pela mesma palavra. Isso ocorre pelo fato de que, dentro de uma mesma língua natural, as diferentes representações verbais carregam marcas e usos nacional, regional e local, por exemplo: *Lift /Elevator*, *Câncer / Carcinoma, Grandmother / Grand-mère / Abuela.*

Questões mais urgentes dizem respeito aos contextos que envolvem o 'politicamente correto' quando, ao longo do tempo, expressões evoluem e adquirem maior precisão, por exemplo, *Usuários deficientes*, *Usuários portadores de deficiência*, *Usuários especiais*, *Usuários com necessidades especiais* e o retorno para o termo *Deficientes*.

E também com relação à sigla GLS [*Gays, Lésbicas e Simpatizantes*] para GLBS [*Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes*] e, logo em seguida, GLBT [*Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros*] e GLBTS [*Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes*] para, posteriormente, ser LGBTS

[*Lésbica, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes*], LGBTTTS [*Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes*] e, atualmente, LGBT+.

Os acréscimos dos termos indicam uma questão de política de identidade; assim, mesmo acompanhando as conotações e usos atuais de vários termos não se assegurará que conseguiremos garantir a precisão conceitual instantaneamente e de forma homogênea, mas nos permitirá classificar e descrever conceitos de um modo consistente com o uso atual e de modo respeitoso às pessoas as quais esses termos descrevem.

d) *Conceituais*: barreiras à recuperação ou identificação de equivalentes entre as línguas, prejudicando, por exemplo, as buscas em bases de dados que contêm documentos em várias línguas.

E como essa organização do conhecimento crítica reflete na questão da homossexualidade?

3 Representação do Conhecimento e Homossexualidade

Acreditamos que a organização e a representação do conhecimento auxiliam, por meio de seus instrumentos, processos e produtos em uma padronização vocabular adequada, para que torne a busca e a recuperação mais precisas em sistemas de informação por parte de usuários desse domínio; este estudo se torna importante e viável, pois a ausência de um vocabulário controlado específico que norteie a classificação e indexação de um domínio, como o da homossexualidade, acaba por tornar a recuperação da informação tendenciosa.

Isso porque a terminologia inerente à homossexualidade e seus indivíduos perpassa por inúmeras metáforas e figuras de linguagem. Como sabemos, as figuras de linguagem configuram-se como desafios à organização do conhecimento (PINHO, 2017).

Ademais, compreendemos que as figuras de linguagem nessa comunidade discursiva colaboram à construção da sua identidade, já que é no discurso dessa comunidade que essas figuras de linguagem ganham significados.

Logo, para que um domínio seja bem representado em sistemas de informação, tanto a garantia literária quanto a garantia de uso e usuário são necessárias; esta última, especialmente, permitindo ao profissional da informação compreender que

aqueles termos, realmente, dizem respeito ao grupo ao qual busca representar e, assim, devem ser utilizados em instrumentos de organização do conhecimento.

Para exemplificar esse desafio, trouxemos 12 metáforas oriundas do universo da homossexualidade (PINHO, 2017): Bareback (sexo sem preservativo), Closet (armário), Coming out (assumir-se), Cruising (caçar), Leather (couro), Queer (Bicha), Chicken (homossexual jovem), Dogging (banheirão), Fag hag (mulher amiga do homossexual), Bears (ursos), Dude (lolito), Don't ask, don't talk (não pergunte, não fale). São metáforas originalmente em Língua Inglesa e que possuem correspondentes em Língua Portuguesa. Com elas, fizemos um exercício com o intuito de iniciar a elaboração de uma linguagem documental. Vejamos, então, os termos, seus conceitos e seus relacionamentos:

ARMÁRIO — CLOSET

Condição de um homossexual que não assumiu publicamente a sua orientação sexual.

TG: Homossexual
TA: Sair do Armário ou Assumir-se — Coming Out
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken
TA: Não Pergunte, Não Fale — Don't Ask, Don't Talk

SAIR DO ARMÁRIO OU ASSUMIR-SE — COMING OUT

Diz respeito ao homossexual assumir publicamente a sua orientação sexual.

TG: Homossexual
TA: Armário — Closet
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken

SEXO SEM PRESERVATIVO — BAREBACK

No contexto homossexual significa a prática sexual sem o uso de preservativo.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken

COURO — LEATHERP

Para além do material, é um termo que expressa um grupo de indivíduos que o utilizam para práticas sexuais.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken

CAÇAR — CRUISING

Ato de ir à busca de uma pessoa para práticas sexuais.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken

BANHEIRÃO — DOGGING

Em seu sentido eufemístico significa a prática sexual em lugares públicos. O termo que mais se aproxima no universo homossexual e que também possui sentido eufemístico é "banheirão".

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer

TA: Frango — Chicken

MULHER AMIGA DO HOMOSSEXUAL — FAG HAG

Mulher que está em companhia constante de um homossexual masculino, seja por amizade ou interesse em um relacionamento amoroso.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken

FRANGO — CHICKEN

Um eufemismo que designa um homossexual masculino jovem, sendo muito usado de maneira pejorativa na região Nordeste do Brasil, especialmente em Recife-PE.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Armário — Closet
TA: Sair Do Armário Ou Assumir-Se — Coming Out
TA: Sexo Sem Preservativo — Bareback
TA: Couro — Leatherp
TA: Caçar — Cruising
TA: Banheirão — Dogging
TA: Mulher Amiga do Homossexual — Fag Hag
TA: Não Pergunte, Não Fale — Don't Ask, Don't Talk

LOLITO — DUDE

Eufemismo que designa um homossexual masculino jovem, mas usado metaforicamente de forma a compará-lo com a personagem "Lolita" do clássico romance do escritor russo Vladimir Nabokov; a essência do termo e da comparação visa expressar a atração sexual pela jovialidade.

TG: Homossexual

TA: Frango — Chicken
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Armário — Closet
TA: Sair Do Armário Ou Assumir-Se — Coming Out
TA: Sexo Sem Preservativo — Bareback
TA: Couro — Leatherp
TA: Caçar — Cruising
TA: Banheirão — Dogging
TA: Mulher Amiga do Homossexual — Fag Hag
TA: Não Pergunte, Não Fale — Don't Ask, Don't Talk

NÃO PERGUNTE, NÃO FALE — DON'T ASK, DON'T TALK

É uma expressão eufemística que designa o ato sexual entre homossexuais que pertencem ao círculo militar e reflete a necessidade de esconder e dissimular a relação homossexual nessa ambiência.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken
TA: Armário — Closet

URSOS — BEARS

Trata-se de um eufemismo que congrega homossexuais masculinos que possuem determinadas características físicas e, dessa forma, a busca por interesses comuns.

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Bicha — Queer
TA: Frango — Chicken
TA: Armário — Closet
TA: Sair Do Armário Ou Assumir-Se — Coming Out
TA: Sexo Sem Preservativo — Bareback
TA: Couro — Leatherp
TA: Caçar — Cruising

TA: Banheirão — Dogging
TA: Mulher Amiga do Homossexual — Fag Hag
TA: Não Pergunte, Não Fale — Don't Ask, Don't Talk

BICHA — QUEER

Ao se referir ao indivíduo homossexual, usa-se no sentido de dizer que é um indivíduo peculiar, excêntrico ou estranho, tratando-se claramente de uma forma eufemística. Trata-se, atualmente, de um termo universalizante que enquadra as sexualidades que, de certa forma, fogem ao padrão e representam as diversas minorias. É, por vezes, conhecido genericamente pela sigla eufemística LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais).

TG: Homossexual
TA: Lolito — Dude
TA: Ursos — Bears
TA: Frango — Chicken
TA: Armário — Closet
TA: Sair Do Armário Ou Assumir-Se — Coming Out
TA: Sexo Sem Preservativo — Bareback
TA: Couro — Leatherp
TA: Caçar — Cruising
TA: Banheirão — Dogging
TA: Mulher Amiga do Homossexual — Fag Hag
TA: Não Pergunte, Não Fale — Don't Ask, Don't Talk

É notória, como se percebe a influência desses problemas no trabalho dos bibliotecários no tocante aos processos de organização do conhecimento. Nesse sentido, o tratamento igualitário às línguas envolvidas, seja nos sistemas de organização do conhecimento, bem como em sistemas de tradução automatizados, é um dos aspectos éticos que permeiam nossas atividades.

É em relação a esses problemas que o bibliotecário deve possuir competência linguística e, dessa forma, contribuir à promoção de soluções locais como o aprimoramento das ferramentas linguísticas, como os glossários e os tesauros multilíngues. Justamente, porque o tratamento igualitário das línguas é uma forma de respeito enquanto valor ético, fazendo com

que as representações dos conceitos sejam identificadas e aceitas por usuários de diferentes línguas, pois ali suas crenças estarão refletidas. Outro espaço à promoção de negociações no bojo dos sistemas de organização do conhecimento que a biblioteca utiliza consiste da inserção de notas de escopo, construção de definições para termos importantes, maximização da utilização da rede sintagmática e, por fim, valorização das remissivas.

Os bibliotecários que atuam na classificação e na indexação devem ter consciência das barreiras que impedem uma representação bem próxima da crença do usuário, inclusive, as de relações semânticas, pois são elas que permitem o entendimento de como um conceito é representado na literatura. Dessa forma, o futuro dos tesauros, além de estarem atrelados ao fator de ajuda interdisciplinar, ainda estão nas mãos de seus idealizadores, pois as questões que envolvem os aspectos culturais e os domínios científicos são discussões que permanecem a cargo desses profissionais que, cada vez mais, devem se preocupar com o acesso igualitário à informação.

Provavelmente, muitos bibliotecários vêm adotando posturas que promovam representatividade, posturas éticas, mesmo sem se darem conta epistemologicamente disso, mas, infelizmente, relatos sobre essas experiências ainda são difíceis de encontrar na literatura de organização do conhecimento no Brasil. Nós acreditamos que classificadores e indexadores desejam evitar opressões e podem exercitar ações éticas, por meio do seu próprio julgamento moral e por meio de solicitações de mudanças aos sistemas de organização do conhecimento por eles utilizados, mesmo que essas mudanças envolvam processos burocráticos e, muitas vezes, longos. Há uma distribuição desproporcional de poder e de agenciamento no contexto da criação, atualização e utilização dos sistemas de organização do conhecimento e isso impede o estabelecimento de uma estrutura ética singular, conforme explicado por Fox e Reece (2012).

O agir com desejo ético é necessário para se evitar que as representações de um sistema sejam inseridas por meio de práticas tendenciosas (por exemplo, em subordinação de conceitos), prejudicando minorias ou matérias como a política, a religião, o gênero, a sexualidade, a cultura e a língua. Isso poderá ser evitado por meio da tomada de decisão ética, pois o valor que temos

aqui é o de garantia cultural, a qual faz com que um sistema de organização do conhecimento preserve as suposições, as crenças, os valores e a língua daquela determinada cultura. Entretanto, ela aumenta a complexidade de representar o conhecimento, uma vez que será acessado por indivíduos de diferentes culturas.

Os problemas éticos resultantes da negação dos valores — reflexão crítica, competência multilíngue e desejo ético — são, respectivamente, a purificação conceitual, o imperialismo linguístico e a tendenciosadade e, esta última, poderá incorrer tanto na purificação conceitual quanto no imperialismo linguístico.

A reflexão sobre os valores e os problemas éticos é necessária, porque uma cultura representa as convicções e as atividades de um grupo de pessoas que, por sua vez, compartilham história, língua, memória e atividades. Além disso, um indivíduo pertencente a uma cultura pode integrar-se a várias outras culturas e, além disso, as relações entre uma cultura com suas necessidades informacionais se formam no intuito de preservá-la e a perpetuar.

Essa transculturalidade na mediação considera que nenhum aspecto pode prevalecer sobre os demais, sejam eles discursos, processos cognitivos, cultura ou usuário, e ela encontra convergência com o tratamento semântico da questão do multilinguismo, respeitando as diferenças de línguas dos tesauros multilíngues, pois não força a existência de um termo que não possui equivalente em outra língua.

Percebemos que é possível extrair um **valor** em comum e que se fez presente, a saber: o respeito à diversidade cultural, garantindo sua presença nos sistemas de organização do conhecimento. Esse valor — respeito — apesar de possuir um caráter geral, embasou os valores que se tornaram inerentes à organização do conhecimento.

Podemos dizer que tanto no cotidiano da biblioteca quanto no ensino de indexação ou classificação, nos cursos de graduação há uma premissa ética que permeia as discussões sobre a estrutura das listas de cabeçalho de assuntos, tesauros e sistemas de classificação ou sobre a postura perante um exemplo que envolva censura, preconceito ou descuido nos processos de organização do conhecimento.

Como rejeitamos epistemologias universais, precisaremos buscar alternativas, afinal as estruturas éticas disponíveis na literatura internacional descrevem as ações de que gostaríamos

fossem praticadas, mas não ampararíam a totalidade, mesmo porque isso seria impossível, de situações que os bibliotecários ou mesmo os estudantes de Biblioteconomia encontram na realidade. É urgente refletirmos no tocante ao modo com que os bibliotecários constroem as suas bases filosóficas, pois segundo Jacobs (2007), a literatura é carente a esse respeito.

É importante registrarmos uma declaração de que entendemos que todas as teorias e crenças são ações políticas e morais e, com questões relacionadas à ética, não é diferente. Budd (2006) ressalta que um grande desafio seria criarmos uma Ética institucionalizada com um conjunto de objetivos específicos a partir de noções de direitos e deveres. É claro que, quando lidamos com dilemas previstos em lei, temos subsídios mais concretos para tomarmos uma decisão, mas isso não garante que não entraremos em conflito quando um valor inviabilizar outro valor.

As metodologias e os métodos que usaremos para discutir questões que envolvem dilemas éticos, também, influenciarão o nosso olhar perante o objeto de pesquisa, sendo assim, o nosso posicionamento ontológico e epistemológico se faz necessário nessas discussões.

Nenhuma alternativa de negociação de espaços para o *outro* no catálogo das bibliotecas ou para a solução de um dilema ético terá caráter universal. Uma vez que cada postura ética contém valores com implicações morais, podemos afirmar que não devemos contar com o bom senso.

Cabe tanto à Biblioteconomia quanto a qualquer profissão decidir o que é bom (por ser algo pretendido), o que é independente de nós e o que tem valor, isto é, que pode ser usado por nós para compreendermos algumas balizas éticas e objetivos que traçamos (BUDD, 2006). Algumas dessas premissas poderão ter caráter global, não universal, mas uma reflexão local ou contextualizada é a chave para evitarmos opressões.

4 Considerações Finais

De acordo com o que foi relatado, podemos tecer algumas considerações e posicionamentos:

- Há uma real necessidade de refletir sobre os atuais

sistemas de organização do conhecimento e a possibilidade de sistemas eticamente aceitáveis;

- Os usuários devem sentir que suas crenças são respeitadas pelo sistema de organização do conhecimento;
- As competências dos profissionais giram, portanto, em torno da necessidade de reflexão crítica, atuação ética, compreensão discursiva e de diferentes línguas, com o intuito de identificar problemas éticos;
- A necessidade de identificar valores inerentes aos processos de organização do conhecimento, tais como: a transculturalidade na mediação, o multilinguismo e a garantia cultural. Esses valores orientam a conduta profissional com desejo de atuação ética, baseados principalmente em um valor de caráter geral: o respeito.
- A compreensão da necessidade de diálogo, não com propósito de confronto, mas imbuído de compreensão para com o *outro*.
- Determinar propostas de soluções para os problemas éticos identificados em sistemas de organização do conhecimento, seja por meio de diretrizes baseadas em premissas universais, seja por meio de uma mudança paradigmática na área, em que a transculturalidade deva ser considerada como visão dialógica, seja ainda por meio do tratamento equitativo de línguas nos sistemas de organização do conhecimento, cuja base se dá por normas que alertam para as dimensões políticas e culturais da língua.

Além das reflexões tecidas até o momento, o que os profissionais podem fazer para identificar dilemas éticos? O bibliotecário pode começar identificando o dilema para, posteriormente, determinar se ele é um dilema ético. Após a determinação do dilema ético, é necessário isolar a dimensão do problema questionando, se é um caso de conflito de interesse ou se é uma questão de direitos e equidade. Assim, será possível reconhecer as partes afetadas pelo problema e quais as alternativas. Os resultados poderão contribuir à tomada de decisão e possibilitarão a criação de políticas éticas institucionais.

Contudo, o reconhecimento de preconceitos dependerá de técnicas especializadas em análises estruturais e semânticas detalhadas e, na (re)interpretação de sistemas específicos de organização do conhecimento.

Representar o conhecimento e disponibilizá-lo para as diferentes culturas, fazendo que essas reconheçam suas crenças em nossos produtos é o nosso desafio. Por isso, tanto os processos quanto os sistemas de organização do conhecimento devem estar pautados em reflexões éticas. Os sistemas de organização do conhecimento que se pretendem universais têm, na maioria das vezes, refletido desvios e, dessa forma, disseminado uma estrutura de conhecimento que, para um determinado grupo social, não é válido ou aceito, e o resultado disso pode acarretar em um constrangimento ou pior, opressão à parcela da sociedade.

Por fim, gostaria de lembrá-los de que as representações nunca são neutras, mas atribuídas com arbitrariedade e motivadas por pré-concepções e também por preconceitos. Assim, muito está por ser feito nesse campo de estudos, principalmente em questões específicas que, decorrentes da dimensão ética, merecem uma reflexão mais verticalizada, como é o caso do eufemismo na representação que, muitas vezes, sob a égide do 'politicamente correto' pode chegar às raias da discriminação, do ocultamento da tendenciosidade, mas isso ainda é um tema para o futuro.

Assim, o bibliotecário deve estar atento para que sua práxis não dê sustentabilidade às imperfeições sociais, mesmo que esses mitos sejam interpretados de maneira radical. Isso também vale para o corporativismo, que se torna um malefício e se desvirtua dos objetivos de demonstrar à sociedade a importância da profissão.

Referências

BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology,** New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.

BUDD, J. Toward a practical and normative ethics for librarianship. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 76, n. 3, p. 251-269, 2006.

BERMAN, S. **Prejudices and antipathies:** a tract on the LC subject heads concerning people. 2. ed. London: McFarland, 1993.

FOX, M. J.; REECE, A. Which ethics? Whose morality?: An analysis of ethical standards for information organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 39, n. 5, p. 377-383, 2012.

FURNER, J.; DUNBAR, A. W. The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical race-theoretic approach. In: McILWAINE, I. C. (Ed.). **Knowledge Organization and the Global Information Society**: Proceedings of the Eighth International ISKO Conference, London, 13-16 July 2004. Würzburg: Ergon, 2004. p. 115-120. (Advances in Knowledge Organization, 9).

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century:** integration of knowledge across boundaries. Wurzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-99, 2008.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Aspectos Éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC). In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. (Org.). **A Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas, Políticas e Institucionais nos Processos de**

Produção, Acesso e Disseminação da Informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 67-85.

JACOBS, C. Ethical places, ethical spaces: stopping to listen. **The indexer**, London, v. 25, n. 3, p. 161-166, 2007.

MILANI, S. O. Biases na representação de assunto: uma perspectiva a partir da literatura internacional de Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science,** Marília, v. 9, n. 1, s.p., 2015.

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

OLSON, H. A. **The power to name:** locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

PINHO, F. A. Percurso investigativo para contextualização de metáforas relativas a gênero e sexualidade em linguagens documentais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 117-143, 2017.

POMBO, O. **Da classificação dos seres à classificação dos saberes**. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/255612117_Da_classificacao_dos_seres_a_classificacao_dos_saberes. Acesso em: 25 jan. 2020.

SMIRAGLIA, R. P. Bibliocentrism revisited: RDA and FRBR00. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 42, n. 5, p. 296-301, 2015.

SOUZA, F. das C. de. Ética profissional bibliotecária: a codificação das boas práticas. In: SOUZA, F. das C. de; SILVA, A. C. P. de O. da (Org.). **Práticas éticas em bibliotecas e serviços de informação**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. p. 1-25.

POSFÁCIO

Escrever sobre este livro é falar da agradável leitura que me proporcionou. Um dos desafios que o livro me suscita é a divisão em que a Organização do Conhecimento é abordada: os pensamentos e os domínios.

O princípio de que o pensamento é construtivo do conhecimento confere ao homem o poder de se mover no mundo e aprofundar-se na realidade, principalmente das comunidades científicas, proporcionado críticas e questionamentos de modelos hegemônicos da contemporaneidade, sem esquecer o passado, vistos nas contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari à organização do conhecimento.

Na teoria de Bakhtin, buscam-se conceitos como dialogismo, consciência intersubjetiva, ato responsável e compreensão responsiva e de polifonia, aplicáveis na Organização do Conhecimento, levando a uma reflexão sobre a atuação do profissional da informação neste processo.

As possibilidades teórico-metodológicas são apresentadas por meio da análise de discurso de Michel Pêcheux e o uso na Organização e Representação do Conhecimento, buscando mostrar as relações entre as ideologias, instituições e os sujeitos, fundamentais à análise dos fenômenos epistemológicos da Ciência da Informação.

O pensamento do filosófico de Ludwig Wittgenstein, no contexto das práticas de representação e de organização do conhecimento, é apresentado a partir de duas obras: Cadernos e Fichas (Zettel), constituindo a representação lógica do mundo, a partir do jogo de linguagem e do discurso humano, moldando-se de acordo com o que o contexto requer.

A imagem platônica do livro é discutida sob a noção de livro-rizoma, numa crítica deleuzeana sobre a relação do homem com as ideias em suportes materiais, que se apresentam para além do autor e assunto, de conteúdo e forma. Cabe ao profissional filtrar informações e conectá-las com os interesses de seus usuários, explorando as histórias que cada documento possui.

Numa visão mais pragmática, a organização de domínios do conhecimento é apresentada na segunda parte deste livro e as diferentes formas e objetos de investigação.

A representação de objetos museológicos é discutida, levando-se em consideração a digitalização e o formato digital numa perspectiva da reprodutibilidade técnica, objetivando a salvaguarda destes objetos em um diálogo com as tecnologias de informação e comunicação. Observa-se a necessidade de mudanças na forma de representar o patrimônio cultural, considerando a necessidade informacional da cultura digital.

O domínio da informação musical é discutido com base na Semiótica de Peirce, o que permite a compreensão lógica dos significados em uma determinada cultura, do significado da música enquanto um tipo de signo. Entretanto, a noção de semiótica de domínio reúne outros patamares além do linguístico, como o relato das experiências dos ouvintes, como principal fonte de referência.

A indexação de assunto é apresentada no domínio da Arquivologia, por meio de processos de tratamento documental, com ênfase na classificação, na descrição em diferentes noções da literatura da área, cujo arcabouço teórico-metodológico da organização do conhecimento, fornece subsídios para o tratamento de documentos arquivísticos.

Os estudos sobre ética em organização do conhecimento apresentam reflexões sobre representação e homossexualidade, que residem em categorias dicotômicas em classificações ou tesauros, caracterizando-se como "desvios" na organização e representação do conhecimento, fazendo com que seja deturpada ou inapropriada pela falta de um controle vocabular de domínio como o da homossexualidade.

Destaco, por fim, que o título desta coletânea "Ensaios em Organização do Conhecimento" confere a densidade da obra com a participação de autores com diferentes experiências de pesquisa e diversidade de áreas de estudo em organização do conhecimento, caracterizando-se, sem sombra de dúvida, em um grande contributo à Ciência da Informação.

Profª Drª Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Departamento de Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba

Este livro aconteceu a partir do desejo de reunirmos textos que suscitem no leitor a vontade de conhecer um pouco mais sobre as possibilidades de se abordar o tema "organização e representação do conhecimento". Para isso, dois caminhos foram tomados: primeiro, procuramos acessar perspectivas de alguns pensadores que podem marcar presença e ampliar o discurso teórico da organização do conhecimento; segundo, buscamos dar ênfase à pluralidade de domínios que podem ser burilados e experenciados pela ótica da organização do conhecimento. Professores, pesquisadores, estudantes e demais curiosos pela estranha tentativa de se organizar o conhecimento podem se interessar por esta obra.

Igor Soares Amorim é professor e pesquisador na área de Ciência da Informação, com interesse na organização e representação do conhecimento e na epistemologia do pensamento informacional. Com doutorado e mestrado na área da Ciência da Informação e bacharelado na área de Biblioteconomia, atualmente é vinculado ao departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Rodrigo de Sales é professor e pesquisador do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tem doutorado e mestrado na área da Ciência da Informação e bacharelado na área de Biblioteconomia. Sua trajetória acadêmico-profissional decorre de estudos ligados à organização e representação do conhecimento.

"Apoiando-se em grandes filósofos e mostrando a complexidade da tarefa de organizar o conhecimento em áreas e documentos não-tradicionais, a escrita dos autores provoca o leitor a pensar e repensar. [...] Nesta coletânea, a combinação do teórico e prático estimula o pensamento crítico e oferece ao leitor os pilares para encontrar soluções a questões atuais da organização e representação do conhecimento e informação. Escritos, tecidos com rigor científico, incitando aqueles que desejam avançar na construção de um saber sólido, adaptado aos tempos modernos." por Lígia Café

UDESC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ABEU
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ISBN: 978-65-88565-20-9
9 786588 565209